



## **PARA UMA TEORIA POLÍTICA DA ESCASSEZ**

### **Contributos para uma percepção política do fenómeno**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política

**Mestrando:** Luiz Alves de Oliveira Filho

**Orientadora:** Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

**Lisboa**

**2011**

## Índice

DEDICATÓRIA .....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
INTRODUÇÃO .....	8
1. OBJECTO DE ESTUDO .....	8
2. RELEVÂNCIA E ACTUALIDADE DO OBJECTO DE ESTUDO PARA A CIÊNCIA POLÍTICA.....	10
3. ESTADO DA ARTE.....	11
4. QUESTÃO DE PARTIDA .....	14
4.1 Questões Derivadas.....	14
5. HIPÓTESES DE TRABALHO .....	14
6. OBJECTIVOS.....	15
6.1 Objectivos Gerais.....	15
6.2 Objectivos Específicos .....	16
7. PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....	16
8. METODOLOGIA.....	18
9. SCARCITY POLITICAL THEORY .....	18
10. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	20
CAPÍTULO I .....	23
MODO DE PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: EQUAÇÕES DE UM FACTOR GEOPOLÍTICO.....	23
I.1. A Formação do Estado Nacional.....	24
I.2. Francis Bacon e a Subjugação da Natureza.....	29
I.3. A Revolução Industrial.....	31
I.4. Liberalismo Clássico: Adam Smith e David Ricardo.....	34
CAPÍTULO II .....	44

TEMPOS MODERNOS: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA .....	44
II.1. A Marcha Para o Oeste.....	45
II.2. O Desenvolvimento da Actividade Económica nos Estados Unidos .....	48
II.3. O Imperialismo Estadunidense .....	51
II.4. The American Way of Life .....	57
CAPÍTULO III .....	64
DA TRANSFORMAÇÃO DE UM PROBLEMA AMBIENTAL NUMA QUESTÃO POLÍTICA.....	64
III.1. O Início do Alerta.....	65
III.2. A Crise do Modelo Consumista de Desenvolvimento .....	80
CONCLUSÃO .....	92
BIBLIOGRAFIA .....	98

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente à Deus pela vida.

Aos meus pais Luiz Alves de Oliveira e Eliana Meireles Mota, pelo esforço, carinho e dedicação dada a mim durante toda a minha vida, em especial a esse momento em que vivi fora do Brasil.

À Ítala Maria Reis Torres Portugal, namorada, companheira e amiga, pelo carinho e dedicação dada a mim nos momentos mais decisivos da minha vida. E claro, por tornar minha viagem à Lisboa um momento de alegria e entusiasmo. Te amo muito!

Aos meus irmãos Rafael Mota de Oliveira e Louise Iara Mota de Oliveira, por acreditarem em mim e me apoiarem sempre nas horas em que mais preciso.

À toda minha família que sempre torceu pela minha vitória, que sempre vibrou positivamente para que tudo o que eu almejasse desse certo.

## **AGRADECIMENTOS**

**“A gratidão é a memória do coração.”**

**Antístenes**

Primeiramente à minha orientadora Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, pelas aulas brilhantes e inspiradoras que me fizeram abrir os olhos para as mais diversas questões sobre a Ciência Política.

Ao Professor Marques Bessa, pelo seu brilhantismo e admiração pelo Brasil.

À todos os meus professores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por terem contribuído para a minha formação académica e pela influência das suas ideias no meu desenvolvimento intelectual.

Ao ISCSP, por ter me acolhido e me proporcionado os dois anos e meio mais importantes de toda a minha vida. A biblioteca da UTL, pela sua magnitude e grandeza, da qual não teria sido possível ter concluído os meus trabalhos, bem como um obrigado especial aos seus funcionários: Dr<sup>a</sup> Paula Saraiva, Alcina Tómas, Manuel Rodrigues, Cristina Silva, Cristina Santos, Susana Sousa, Elizabeth Peralta, Helena Coelho e Glória Ramalho.

Um obrigado especial aos funcionários Mário Quintas, Paula Alpuim, Jorge Martins e Dona Albertina Carvalho.

Ao povo português, pela sua cultura e costumes dos quais muito me enriqueceu ao longo tempo em que passei em Portugal.

Aos meus vizinhos Sr. Abílio Rodrigues Lopes, Sr.<sup>a</sup> Maria da Luz Paraíso Lopes, Maria Teresa Violeiro (minha tia portuguesa) e Maria Helena Andrade pela companhia, cafés, conversas e solidariedade, donde sempre terei nas minhas lembranças os bons momentos em que estivemos reunidos.

Aos meus amigos da Eslovénia: Jan Kajba e Klemen Keravica, pela oportunidade de podermos partilhar o mesmo apartamento, dividindo as nossas culturas e idiomas. E também pelos momentos de festejos, alegrias e desentendimentos.

Aos meus amigos do Sul do Brasil: Gisele Cervo, Luana Betti, André Nunes, Grace Caletti e principalmente ao meu amigo Radaés Picoli. A todos vocês o meu profundo obrigado pela amizade, companheirismo e por proporcionarem uma Lisboa mais alegre e vibrante. Obrigado!

Aos meus colegas: Vlademiro Furtado, Gerson Sousa, Carlos Carvalho, Rui Alves, Miguel Freire, Luis Mira e Catarina Barreto, a quem devo meus cumprimentos pelos momentos juntos no Mestrado.

Um agradecimento especial aos meus colegas e amigos de turma Vlademiro Furtado e Gerson Sousa, pela amizade e pelos bons momentos juntos no Mestrado, a quem tenho grande estima e admiração pela vossa história de vida, garra e determinação.

Aos meus amigos luso-brasileiros Francisca Silva, Eugênio Rodrigues e Hermes Soares, pela amizade dedicada a mim nos momentos que mais precisei aqui em Lisboa.

À biblioteca da Universidade de Fortaleza, pela sua magnitude e respeito para com seus ex-alunos.

Ao meu amigo e mestre Haroldo Aguiar, por me inspirar bons pensamentos e ser para mim um exemplo a ser seguido, seja como cidadão, Mestre e cristão. Obrigado!

Um obrigado especial à Marize Barbosa e Luciano Dias, pela amizade, confiança e carinho dedicado à mim nos mais variados momentos dos nossos encontros. Também agradecer a hospitalidade recebida em vossa residência em Recife, momentos decisivos para meu êxito na obtenção do visto estudantil para Portugal. Obrigado por tudo!

À minha vizinha e amiga Marilene, pela sua paciência, leitura do trabalho e sugestões.

Ao meu tio Pedro Alves, por acreditar e depositar sua confiança em mim.

Um agradecimento especial a Amanda Bueno, colega de residência e amiga a quem devo a gratidão por me incentivar nos meus últimos momentos da entrega da minha dissertação. Obrigado!

Aos meus amigos anónimos que sempre estão comigo me intuindo respostas para minhas indagações e dúvidas.

A todos que contribuíram directa e indirectamente para a elaboração desse trabalho, os meus sinceros votos de sucesso e felicidade!

**RESUMO**

O presente trabalho aborda a temática da influência da escassez de bens primários na esfera política da acção dos Estados. Sendo a escassez um objecto de estudo das ciências económicas, verificou-se que a sua percepção transcende a área de actuação económica e influi directamente na tomada de decisão política.

Não sendo possível alargar esta análise a todos os Estados do mundo, centramos a análise desse fenómeno nos EUA, pelo facto de este ser genericamente percebido como uma potência económica, política e militar que exerce influência ao nível global. Assim, o desenvolvimento deste trabalho é feito através de três divisões: a primeira examina as complexidades económicas (escassez) com que o Estado Absoluto se constituiu e a sua passagem para o Estado Liberal; a segunda aborda a acção política dos EUA e a influência ideológica do *american way of life* (consumismo) para o capitalismo moderno; e a terceira incide sobre as consequências ambientais do crescimento económico e a sua repercussão no domínio político internacional.

Este trabalho procura explorar a influência da economia na acção política do Estado, ocasionada pela debilidade interna da economia associada à escassez de bens primários para o seu desenvolvimento e o exercício do poder ao nível global.

**Palavras-chave:** Teoria Política da Escassez, *American Way of Life*, Crescimento Económico, Desenvolvimento Sustentável, EUA e Estado.

**ABSTRACT**

This thesis shall look at the influence of scarce primary resources in the political sphere of State action or dynamics. Being scarceness an object studied in Economics, it has been observed that its perception transcends the arena of purely economical action or initiative and directly influences on political decision making.

Being unable to enlarge this analysis to all world States, the analysis of the phenomenon shall be centered on the USA, considered the economic, political and military power which exerts its influence at the global level. Thus, the development of this thesis shall be divided in three parts: the first examines the economic complexities (scarcity) through which the Absolute State was built and its passage towards a Liberal State; the second observes the political action of the USA and the ideological influence of the American way of life (consumerism) on modern capitalism; the third reflects on the environmental consequences of economic growth and its repercussions on the international political dominion.

This thesis pretends to explore the influence of the economy on the State's political action, due to internal economic weakness or frailty in conjunction with the scarcity of primary goods for the development and exercise of power at the global level.

**Keywords:** Scarcity Political Theory, American Way of Life, Economic Growth, Sustainable Development, USA, State.

## **INTRODUÇÃO**

Já na década de 1970 mas, principalmente, nas de 1980 e 1990, as discussões sobre o agravamento das mudanças climáticas e a escassez de bens primários, essenciais ao funcionamento da economia, passaram a dominar a agenda política de grande parte dos Estados<sup>1</sup>. Com a percepção mais clara sobre os limites do crescimento económico ao nível mundial, condicionados pelo esgotamento dos recursos naturais, as acções políticas dos Estados passaram a ter como foco a procura de meios que pudessem salvaguardar o crescimento das suas economias. Tais meios podem ser vistos através da formação de blocos económicos regionais, dos acordos bilaterais que visem a cooperação mútua, da instauração de protectorados ou, ainda, através de meios violentos como a acção militar.

Apesar das acções políticas dos Estados serem percebidas, ao longo da história, como uma influência de natureza económica interna, só nos finais do século XX, concretamente a partir de 1970, é que isto se torna evidente e com maior clareza, sobretudo através do exemplo dos Estados Unidos da América. Relativamente a este último actor, as suas incursões militares no Oriente Médio e a sua dependência do petróleo passaram a ser indissociáveis das questões ligadas à Estratégia. É útil para a nossa compreensão referir a ingerência dos EUA nos assuntos internos dos países latino-americanos ao longo da história por ter sido repetidamente demonstrado que, por sua vez, tinham na sua base motivações económicas e estratégicas, condições que podemos interpretar como elementos constituintes que podem identificar-se como contribuintes de base para uma Teoria Política da Escassez.

### **1. OBJECTO DE ESTUDO**

*Para uma Teoria Política da Escassez. Contributos para uma percepção política do fenómeno* constitui o título do presente trabalho, bem como o objecto-teórico de estudo da dissertação que se pretende desenvolver.

Sabemos que analisar os desdobramentos políticos da escassez em todos os Estados é uma tarefa demasiado abrangente. Por esse motivo, optou-se por contextualizar a nossa análise na actuação política dos Estados Unidos da América (EUA) no século XX, como meio de procurar

---

<sup>1</sup> Cfr. **BRUNDTLAND**, G. Harlem. *Nosso Futuro Comum*, Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991, pp. 300-320.

compreender em que medida os aspectos de ordem económica (ligados à escassez) extrapolam a sua área de actuação e acabam por influenciar as decisões de natureza política dos Estados.

No entanto, conhecendo as várias ramificações que o estudo da escassez conhece nas diversas áreas do pensamento económico, torna-se necessário primeiramente conhecer e compreender os seus distintos aspectos teóricos para, em seguida, podermos enquadrar o objecto de estudo.

Dependendo do período histórico de análise da escassez, a sua percepção e os seus impactos vão-se alterando de acordo com o modelo de sociedade de cada época e, por consequência, ganham importância e pesos relativos em cada período distinto. Por exemplo, a percepção que as sociedades primitivas tinham da escassez difere completamente daquela que é dominante na sociedade actual do mundo ocidental, marcada profundamente pela industrialização e extrema divisão social do trabalho<sup>2</sup>.

Nas sociedades primitivas, ao contrário daquilo que se verifica na actualidade, a percepção de escassez resultava da falta de água, da caça ou mesmo de conhecimento agrícola, os quais constituíam factores causais essenciais para que essas sociedades migrassem constantemente à procura destes bens escassos, fundamentais à sua sobrevivência, ao passo que nas sociedades modernas, a percepção de escassez se mede, sobretudo, pelo volume de matérias-primas necessárias para a produção de bens manufacturados que está disponível, como por exemplo é o caso do petróleo e o minério de ferro, que são indispensáveis para a indústria automotora.

Uma vez que o objectivo da nossa investigação não é analisar a percepção da escassez em todos os períodos históricos do desenvolvimento económico ou social optamos, por ser mais compatível com os objectivos definidos no âmbito do nosso objecto de estudo, enquadrá-lo no seio das sociedades modernas<sup>3</sup>, marcadas pelo processo de industrialização e divisão do trabalho social, e onde, como já foi anteriormente referido, a escassez é percebida através dos níveis de bens primários disponíveis para a produção de produtos transformados.

---

<sup>2</sup> Cfr. **DURKHEIM**, Émile. *A Divisão do Trabalho Social*, Editorial Presença, Volume I, Lisboa, 1977, pp. 150-154.

<sup>3</sup> Nesta dissertação, usamos o termo *sociedades modernas* conforme a perspectiva utilizada por Durkheim, que a define como fruto de uma interdependência das relações sociais ocasionadas pela intensa divisão social do trabalho. Idem. pp. 63-79.

## **2. RELEVÂNCIA E ACTUALIDADE DO OBJECTO DE ESTUDO PARA A CIÊNCIA POLÍTICA**

No que tange à relação entre o estudo da Ciência Política e o objecto da dissertação que se procura desenvolver, a sua relevância e pertinência advêm da actualidade e emergência mundial quanto à busca por recursos naturais<sup>4</sup> essenciais ao funcionamento da economia moderna, principalmente quando esta dependência interfere na postura política adoptada pelos Estados, notadamente na forma como estes se relacionam com os seus pares.

Apesar de as questões relativas à escassez de bens primários pertencerem geneticamente ao domínio das ciências económicas, os seus reflexos políticos podem ser expressamente sentidos através do processo de tomada de decisão dos Estados, muitas vezes traduzido na formulação de políticas públicas capazes de atender (ou não) às suas necessidades internas, sejam elas de ordem social e económica, ou através de sua actuação no cenário internacional, na busca por solucionar questões do seu interesse<sup>5</sup>.

Segundo António de Sousa Lara, o objecto de estudo da Ciência Política é a “realidade política presente”<sup>6</sup>, denotando o quão dinâmico e teórico é o campo de estudo da Ciência Política, porquanto tudo o que está sob a influência da esfera política, seja ela de forma branda ou ostensiva, passa a ser “alvo” desta ciência.

Sendo, deste modo, a Ciência Política o estudo das “coisas políticas”<sup>7</sup>, é importante identificar em que medida a escassez de bens primários exerce poder sobre a acção política dos Estados na actualidade. Assim sendo, relacionando este facto com a (pelo menos aparente) eminente escassez abrupta de matérias-primas a nível mundial, é essencial o estudo desta relação com os possíveis desdobramentos geopolíticos que poderão ocorrer, na medida em que a escassez de bens primários possa estar na origem da instabilidade regional e internacional quanto ao abastecimento dos pólos industriais no mundo, em especial das economias desenvolvidas.

---

<sup>4</sup> Os termos recursos naturais, bens primários e matérias-primas serão utilizados sempre como sinónimos ao longo do presente trabalho. A sua aceção é enquadrada no contexto da produção industrial, onde estes são utilizados para a fabricação de manufacturas.

<sup>5</sup> Cfr. **BESSA**, António Marques. *O Olhar de Leviathan – Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, ISCSP, Lisboa, 2001, p.74.

<sup>6</sup> **LARA**, António de Sousa. *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP, Lisboa, 2005, p. 32.

<sup>7</sup> **MALTEZ**, José Adelino. *Princípios de Ciência Política*, ISCSP, Lisboa, 1998, p. 30.

### 3. ESTADO DA ARTE

A relação política entre os Estados, bem como a sua natureza e motivações para a sua existência e manutenção, são preocupações constantes nas reflexões de António Marques Bessa, designadamente na sua obra *O Olhar de Leviathan*, na qual salienta a importância de levarmos em consideração a actuação dos Estados no cenário internacional para a defesa dos seus interesses, traduzidas na elaboração do que se considera ser o Interesse Nacional<sup>8</sup>.

António de Sousa Lara, em suas obras: *A Subversão do Estado*<sup>9</sup>; *Colonização Moderna e Descolonização*<sup>10</sup>; e *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*<sup>11</sup>, contribui de forma decisiva para o desenvolvimento do presente trabalho, na medida em que as suas reflexões nos ajudam a compreender a evolução e a natureza do carácter da política estadunidense, através da análise da sua génese e da complexidade que veio caracterizá-las, bem como as consequentes repercussões na acção política, desde a sua proclamação de independência frente aos ingleses até os diversos cenários (internos e externos) que influenciaram a formação de directrizes políticas. Questões atinentes ao Destino Manifesto, Isolacionismo e Expansionismo, Imperialismo e Doutrinas Políticas são questões de constante análise e estudo nas suas obras, as quais nos permitem compreender a natureza “intima” da política estadunidense.

Compreender o fenómeno da Globalização, sobretudo na óptica Política, bem como o seu papel na tentativa de construção de uma “uniformidade” global do regime democrático e dos ideais económicos do mercado livre, onde a interdependência Norte/Sul (coadjuvada por uma, pelo menos aparente, parcial, Sul/Sul) tende a aumentar cada vez mais, é de primordial importância, como argumenta vigorosamente Sandra Maria Rodrigues Balão na sua Tese de Doutoramento: *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo - Uma Visão Analítica*. Tal compreensão é fundamental para o entendimento e análise elucidada destes factores na construção da actual Ordem Política Mundial<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> Cfr. **BESSA**, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, pp. 73-76.

<sup>9</sup> Cfr. **LARA**, António Sousa. *A Subversão do Estado*, ISCSP, Lisboa, 1987.

<sup>10</sup> Cfr. **LARA**, António de Sousa. *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários Para o Estudo da Sua História)*, ISCSP, Lisboa, 2000.

<sup>11</sup> Cfr. **LARA**, António de Sousa. *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, ISCSP, Lisboa, 2002.

<sup>12</sup> Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo. Uma Visão Analítica*, Edição do Autor, Policopiada, Lisboa, 2008, pp. 10-16 [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais apresentada ao ISCSP-UTL].

No que se refere ao ramo das ciências económicas, a escassez de bens primários é, desde os primórdios do pensamento económico clássico, uma preocupação primordial e recorrente nas reflexões sobre o desenvolvimento da economia enquanto ciência pelos seus grandes expoentes, destacando-se Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.

Nos seus argumentos sobre As Colónias, no seu livro *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Adam Smith explora a questão da escassez através da iniciativa das nações europeias em dominar territórios capazes de suprir as suas demandas económicas que, por sua vez, foram sentidas inicialmente através da escassez de bens primários, em especial os metais preciosos e, posteriormente, através do monopólio que Veneza exercia pelo controlo das rotas comerciais com o Oriente. Através deste monopólio comercial exercido com os mercadores das Índias Orientais, Veneza acabou por sufocar grande parte da actividade económica do continente europeu. Esta realidade viria a constituir um dos principais factores responsáveis pelo papel desempenhado pelos portugueses ao contornarem o Cabo da Boa Esperança na medida em que tal acontecimento resultou na quebra do monopólio comercial italiano com o Oriente, ao serem estabelecidas novas rotas comerciais da Europa com o mundo oriental<sup>13</sup>.

Já David Ricardo, no que se refere ao seu contributo para o desenvolvimento do objecto de estudo da presente dissertação, contribuiu com a sua elaboração da Teoria das Vantagens Comparativas, por meio da qual defende a importância da especialização produtiva dos países em áreas que apresentassem maiores vantagens comparativas nas relações comerciais entre as nações<sup>14</sup>. No entanto, a sua aplicação acabou por “forçar” o desenvolvimento da actividade exportadora de bens primários ou produtos de menor valor acrescentado em diversos países, facilitando assim o suprimento dos pólos industriais na sua demanda por matérias-primas, e assim acabou por contribuir, de forma decisiva, para a divisão internacional do trabalho entre países exportadores de bens manufacturados e países exportadores de bens primários.

Thomas Malthus, tendo como preocupação central a escassez de bens primários, na sua célebre obra *Ensaio Sobre o Princípio da População*, aborda a questão da escassez sob uma perspectiva alimentar, onde revela que o crescimento demográfico e o crescimento da produção de alimentos são díspares, gerando fome e pobreza entre a população. A sua tese pode ser resumida no contraste estabelecido entre as “duas espécies de progressões – o aumento geométrico da população e o crescimento aritmético da produção de alimentos”<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Cfr. **SMITH**, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Volume II, Lisboa, 1983, pp. 91-142.

<sup>14</sup> Cfr. **RICARDO**, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983, pp. 93-108.

<sup>15</sup> **MALTHUS**, Thomas R. *Ensaio sobre o princípio da população*, Abril Cultural, São Paulo, 1983, p. 25.

No que se refere à progressão geométrica da população, Thomas Malthus partiu do pressuposto de que o crescimento demográfico do Reino Unido, no período em que colectou suas análises, dobraria a cada 25 anos, o que representaria um crescimento da população inglesa na ordem de 3% ao ano, ao passo que a produção de alimentos, necessária ao suprimento das necessidades advindas desse novo contingente de pessoas, não dobraria no tempo equivalente destes últimos (ou seja, não cresceria ao mesmo ritmo), por isso sua perspectiva relativa à existência de uma progressão aritmética da produção agrícola<sup>16</sup>.

Já no ramo da historiografia, Nicolau Sevcenko, na sua obra *O Renascimento*, revela-nos a importância que aquele movimento, em sua dimensão económica e cultural europeia, teve para o desenvolvimento do comércio e a formação dos Estados, bem como a passagem do sistema Feudal para o Mercantilista, expondo questões como a escassez de alimentos no continente europeu, as suas medidas de enfrentamento da crise de escassez e as políticas mercantilistas adoptadas pelos Estados como os principais factores<sup>17</sup>.

Ainda no ramo da historiografia, convém realçar os grandes contributos de Eric Hobsbawm para analisar as questões de ordem económica e política entre as grandes potências, presentes nas suas obras: *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991* e *O Novo Século: entrevista a António Polito*. As suas reflexões sobre a escassez de matérias-primas e a sua relação com o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema económico são temas centrais do seu pensamento. Hobsbawm não exclui as consequências resultantes das disputas entre as nações imperialistas para o domínio da economia mundial, principalmente o papel central exercido pelos Estados Unidos enquanto potência hegemónica<sup>18</sup>.

A utilização de uma variedade de fontes de diversas áreas para a abordagem e o estudo do objecto de estudo em apreço, tais como a historiografia, a economia e as ciências sociais vem reforçar, novamente, o contributo de António de Sousa Lara, quando ele argumenta que o desenvolvimento da análise do objecto de estudo no âmbito da Ciência Política dá-se através da utilização das ciências auxiliares que, por sua vez, não a invalida enquanto tal. Ou seja, a utilização dos conhecimentos historiográficos, económicos, geopolíticos, entre outros, pela ciência política, não a torna menos digna de ser considerada uma ciência como as outras. O autor afirma, adicionalmente, que a tentativa de impor limites restritos à abordagem e estudo da ciência política acabaria por ocasionar o seu completo esvaziamento<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Cfr. **SZMRECSÁNYI**, Tamás. *Malthus: economia*, Ática, São Paulo, 1982, p. 15.

<sup>17</sup> Cfr. **SEVCENKO**, Nicolau. *O Renascimento*, Atual Editora, São Paulo, 2003.

<sup>18</sup> Cfr. **HOBBSAWM**, Eric. *A Era dos Extremos: história breve do século XX: 1914-1991*, Presença, Lisboa, 1996, pp. 223-282.

<sup>19</sup> Cfr. **LARA**, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 6, pp. 30-31.

## 4. QUESTÃO DE PARTIDA

I. A escassez de bens primários influencia a tomada de decisão política dos Estados e, neste sentido, reúne as características necessárias e capazes de justificar o esboço/ a formulação de uma Teoria Política da Escassez?

### 4.1 Questões Derivadas

I. Sendo a escassez um objecto de estudo da economia, como ela pode influenciar as decisões políticas dos Estados?

II. Podemos concluir sobre a existência de uma motivação política assente na escassez para justificar as acções desenvolvidas pelos Estados Unidos da América ao longo do século XX, sustentando o *american way of life* e a sua projecção a todo o mundo como “imagem de marca” do capitalismo no mundo contemporâneo?

## 5. HIPÓTESES DE TRABALHO

Sendo as hipóteses de trabalho “suposições que servem de ponto de partida para a realização de uma investigação, representando, assim, a ideia central que a investigação propõe, tendo como objectivo a veracidade ou falsidade do seu fundamento”<sup>20</sup>, surgem na sequência da nossa pergunta de partida e das questões derivadas ou a ela associadas, as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1.** Na medida em que o crescimento económico passa a fazer parte do núcleo central de um número cada vez maior de nações, a capacidade de oferta de bens de consumo ao nível mundial torna-se insuficiente para atender o aumento da demanda por tais bens, no qual contribui para o desequilíbrio entre a demanda e oferta e, por isso, condiciona o processo de formação e

---

<sup>20</sup> DUVERGER, Maurice. *Méthodes de la Science Politique*, Presses Universitaires de France 108, Boulevard Saint-Germain, Paris, 1959, p. 417.

tomada de decisão de quem governa, justificando (ou, pelo menos, contribuindo para justificar) o esboço de uma “Teoria Política da Escassez”.

O crescimento da população nos países desenvolvidos e uma maior participação dos países em desenvolvimento no mercado consumidor fazem com que a disponibilidade de bens primários, essenciais à indústria, se torne cada vez menor ao nível mundial. Isto tende a pressionar os Estados a realizar acções políticas capazes de solucionar os seus problemas de ordem económica, seja através da cooperação no contexto das relações comerciais ou através do conflito e da competição.

**Hipótese 2.** A percepção política da escassez é uma consequência do processo de desenvolvimento da economia, no seio do qual a industrialização é tida como sinónimo de modernização, crescimento e desenvolvimento económico<sup>21</sup>.

Fazendo a indústria parte do sector secundário da actividade económica<sup>22</sup>, onde os bens primários são transformados em bens de consumo, é razoável concluir que quanto maior for o exercício da actividade industrial de uma economia, maior será a sua dependência em relação à disponibilidade de recursos primários para o abastecimento daquela que, por sua vez, é associada às demandas de consumo interno por bens manufacturados e às demandas externas voltadas para as exportações.

## **6. OBJECTIVOS**

### **6.1 Objectivos Gerais**

O trabalho que nos propomos realizar tem como objectivo geral contribuir para aquilo que poderá vir a ser considerada uma Teoria Política da Escassez, podendo ser utilizada para analisar e interpretar o processo de formação e tomada de decisão no domínio da política interna dos Estados bem como a relação entre diferentes Estados no cenário internacional, sejam elas de cooperação ou de conflito, de âmbito comercial, político ou outro.

---

<sup>21</sup> Cfr. **BOBBIO**, Norberto. *Dicionário de Política*, Volume I, UNB, Brasília, 2004, p. 626.

<sup>22</sup> *Idem*.

## 6.2 Objectivos Específicos

Relacionar os problemas resultantes da dificuldade de articulação dos objectivos de crescimento económico à escassez de recursos naturais.

Analisar a influência do problema da escassez na formação da decisão política e na acção política, tendo por base a realidade dos Estados Unidos da América na sua demanda por recursos naturais, e respectivas consequências.

## 7. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Para um melhor enquadramento teórico do objecto de estudo que se procura desenvolver, recorreremos à perspectiva Malthusiana de análise dos problemas políticos na óptica do conflito entre a demanda e oferta.

A contribuição desta perspectiva torna-se pertinente no desenvolvimento do trabalho que a seguir se apresenta, na medida em que este procurará analisar e relacionar a escassez de bens primários enquanto reflexo do aumento da demanda por bens de consumo (resultante do desenvolvimento da economia), com a tomada de decisão política dos Estados no sentido de atender às suas necessidades internas (demandas da população quanto à oferta de bens de consumo)<sup>23</sup>.

Apesar dos contributos teóricos de Malthus serem habitualmente enquadrados no pensamento económico clássico, as suas análises sobre o crescimento da demanda (da população) e a oferta de alimentos enquanto génese da pobreza não nos impedem de o considerar, igualmente no domínio da política e ou da sociologia, na medida em que a identificação da fome e pobreza da população são problemas que são equacionados à escala global, como problemas sociais que urge combater. E é nesta perspectiva que, fundamentalmente, consideramos os seus contributos, na elaboração deste trabalho de investigação.

É válido considerar também os contributos da perspectiva neo-institucionalista de inspiração histórica, uma vez que se trata, segundo Peter e Taylor, “do papel desempenhado pelas Instituições

---

<sup>23</sup> Para uma perspectiva menos ortodoxa da actualidade e relevância do contributo de Thomas Malthus no mundo contemporâneo, Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. *Op. Cit.*, nota 12, pp. 437-438.

na determinação dos resultados sociais e políticos<sup>24</sup>. Assim, é importante realçar que para se chegar às conclusões sobre a acção dos Estados, no âmbito do presente projecto e do estudo por ele proposto, torna-se necessário compreender, através do desenvolvimento histórico<sup>25</sup>, as causas que levaram a produzir os efeitos ou as consequências da acção dos Estados no presente.

Segundo Eduardo Cesar Marques, essa perspectiva apresenta-se como “parte importante do ambiente em que se dão as dinâmicas políticas, emoldurando a política e influenciando os seus resultados”<sup>26</sup>.

Para uma melhor análise e enquadramento dos fenómenos políticos que cercam o objecto de estudo do presente projecto, recorreremos também à perspectiva sistémica de enquadramento teórico, por a julgar mais conveniente no âmbito em que este objecto está inserido. No que se refere à abordagem sistémica<sup>27</sup>, ela baseia-se na noção de um sistema complexo onde a interacção de agentes internos e externos faz com que os governos ou os Estados possam medir as suas acções mediante a “movimentação” constante dos interesses ou problemas que exigem uma contrapartida institucional por parte, nomeadamente, da administração pública (Estado) que visa produzir respostas ou soluções às demandas que são captadas pelo sistema e “devolvidas” ou “respondidas” em forma de políticas públicas, mas também da parte de outros factores, sistemas e subsistemas.

A importância central desta perspectiva prende-se com a elaboração de *inputs*, que se traduz na forma como o Estado capta, assimila, recebe determinadas necessidades e as processa, gerando *outputs* que, por sua vez, definem a forma como o sistema responde aos *inputs* iniciais. Isto significa que é o modo como o sistema responde às demandas ou problemas, seja em forma de políticas públicas (que é sua maioria), seja através da acomodação legislativa dos agentes discordantes.

Como refere Adriano Moreira, a essência da perspectiva sistémica “é uma tentativa de síntese de todas as perspectivas, ou, se for preferido, um ensaio da organização dos vários pontos de vista por intermédio da construção de uma categoria integradora dos conceitos operacionais restritos”<sup>28</sup>. Desta forma, é de extrema importância a utilização dessa perspectiva para o desenvolvimento da presente dissertação na medida em que ela nos mostra a forma com que o Estado recebe e age para solucionar as suas demandas.

---

<sup>24</sup> Cfr. HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. “As Três Versões do Neo-Institucionalismo”, **REVISTA LUA NOVA**, n.º 58, 2003, pp. 193-224, in [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010), consultado em 19 de Maio de 2011, 12:00.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> MARQUES, Eduardo Cesar. *Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo*, Annablume Editora, São Paulo, 2003, p. 52.

<sup>27</sup> SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia Política*, Difel, São Paulo, 1979, p. 112.

<sup>28</sup> MOREIRA, Adriano. *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1979, p. 98.

## 8. METODOLOGIA

A metodologia de investigação adoptada para a elaboração da dissertação proposta pelo presente trabalho, levando em consideração o objecto que o mesmo se propõe a estudar e aprofundar, assentará sobretudo numa abordagem qualitativa de base documental. Serão explorados os contributos científicos de obras académicas de referência (monografias), os trabalhos científicos de referência e os artigos científicos produzidos na Academia, nas áreas que envolvem o objecto de estudo dessa investigação, sejam elas de forma directa ou indirecta, desde que nos possam auxiliar na busca das respostas às questões de partida, bem como na validação ou negação das suas respectivas hipóteses.

## 9. SCARCITY POLITICAL THEORY

Ao abordar o conceito ou expressão “Teoria Política da Escassez”, foi nossa intenção aludir a uma possibilidade de análise do fenómeno político dos Estados na sua relação com a escassez de bens primários para o funcionamento interno da economia e os seus respectivos reflexos, tanto ao nível de política interna quanto de política externa. No entanto, é válido ressaltar que o termo mencionado já foi cunhado no artigo publicado em 1978 na revista *The Journal of Politics* com o seguinte título: *Ecology and the politics of scarcity: Prologue to a Political Theory of the Steady State* por William Ophuls<sup>29</sup>. A sua análise baseia-se na defesa de uma política que assenta nos factores ecológicos, de modo a poder assegurar o fornecimento de bens de consumo à população mas sem, no entanto, comprometer o crescimento económico. Levando em consideração a data em que este estudo foi publicado, é evidente notar a influência das crises dos anos 1970 – relativas à escassez de petróleo à escala mundial – e os debates realizados pela ONU acerca da elaboração de um modelo de desenvolvimento económico sustentável. Porém, a sua perspectiva de “Teoria Política da Escassez” surge centrada na proposta de um desenvolvimento económico sustentável que possa minimizar os efeitos da escassez, tanto na esfera económica quanto na sociedade.

---

<sup>29</sup> OPHULS, William, “Ecology and the Politics of Scarcity: Prologue to a Political Theory of the Steady State”, *The Journal of Politics*, 1978, in <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=6227704>, consultado no dia 25 de Junho de 2011, 01:36.

Para além do termo *Scarcity Political Theory*, é comum depararmo-nos com estudos e análises sobre *Scarcity* nas diversas áreas do saber, bem como os seus variados reflexos nas Ciências Económicas, na Ciência Política, nas Relações Internacionais, no Direito, em Estratégia, nas Políticas Públicas de fornecimento de bens básicos, seja na distribuição de alimentos ou de água, seja em outras áreas. Quanto a essa variedade de ópticas da análise sobre os efeitos da escassez, é importante salientarmos os contributos de Carolina da Silva Pissarra ao analisar as relações entre Portugal e Espanha quanto à partilha da água dos rios binacionais na sua dissertação de Mestrado em Ciência Política orientada pelo Professor Doutor José Luís Jacinto: Portugal e Espanha: entre o diálogo e o conflito<sup>30</sup>; o artigo: A Escassez de Recursos e a Sociedade Contemporânea, de Ana Cardoso de Fraga, que aborda a relação entre a escassez de recursos e os direitos fundamentais<sup>31</sup>; as análises de Gustavo Almeida Paolinelli de Castro, ao relacionar a escassez de recursos financeiros e o funcionamento das instituições públicas de segurança no seu artigo: A Segurança Pública e a Escassez de Recursos<sup>32</sup>; O Desafio da Água no Século XXI, coordenado por Viriato Soromenho-Marques, onde aborda o tema da escassez de água ao nível mundial e seus desdobramentos geopolíticos<sup>33</sup>; entre muitos outros.

Em suma, apesar da escassez, enquanto objecto de estudo, ser um tema bastante explorado ou mesmo o termo Teoria Política da Escassez já ter sido proposto, é importante salientar a variedade de ópticas ou diferentes prismas que envolve as abordagens de análise do tema. Neste sentido, a investigação que aqui se apresenta, propõe a elaboração de uma nova abordagem ou prisma de análise do fenómeno da escassez que se situa no prisma de análise da Ciência Política. Salienta-se o facto, desde já, de que esta proposta não se enquadra na elaboração de uma nova teoria, nem tão-pouco na ambição de fundar uma verdade ou tese (até porque nos situamos numa linha popperiana e por isso ciente de que as verdades são sempre temporárias e passíveis de ser questionadas e substituídas por outras, à medida que a ciência, o conhecimento e a sociedade

---

<sup>30</sup> Cfr. **PISSARRA**, Carolina da Silva. *Portugal e Espanha: entre o diálogo e o conflito*, Ed. Autor, Policopiado, Lisboa, 2009. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCSP-UTL]. Esta dissertação foi desenvolvida pela autora na sequência da defesa do Relatório de Estágio em Ciência Política, elaborado sob orientação da então Mestre Sandra Balão).

<sup>31</sup> **FRAGA**, Ana Cardoso, “A escassez de recursos e a sociedade contemporânea”, *Âmbito Jurídico*, s/d, in [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8090](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8090), consultado no dia 25 de Junho de 2011, 13:45.

<sup>32</sup> **CASTRO**, Gustavo Almeida Paolinelli de, “A segurança pública e a escassez de recursos”, *Jus Navigandi*, in <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14122/a-seguranca-publica-e-a-escassez-de-recursos>, consultado no dia 26 de Junho de 2011, 09:30.

<sup>33</sup> Cfr. **SOROMENHO-MARQUES**, Viriato (Coord.). *O Desafio da Água no Século XXI: entre o conflito e a cooperação*, Editorial Notícias, Lisboa, 2003.

avançam<sup>34</sup>), mas sim em tecer reflexões, propor a construção de um método analítico e abrir uma nova via para uma possibilidade que se julga real e pertinente.

## **10. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos distintos: Modo de produção e exploração dos recursos naturais: equações de um factor geopolítico, correspondente ao primeiro capítulo; Tempos Modernos: Os Estados Unidos da América, que corresponde ao capítulo segundo; e Da Transformação de um Problema Ambiental numa Questão Política, que constitui o último capítulo.

O primeiro capítulo deste trabalho é um capítulo “chave”, indispensável para a compreensão de todo o desenvolvimento dos demais capítulos. A sua complexidade consiste no facto de apresentar os principais acontecimentos históricos da relação entre o desenvolvimento da actividade económica e a formação dos Estados Nacionais, tendo como pano de fundo o problema da escassez de recursos primários para o desenvolvimento da actividade económica. Desta forma, a discussão tem o seu início com a exposição do fim do modo de produção feudal e as suas consequências para a formação das primeiras sociedades burguesas que, com a posse do poder económico, passaram a reivindicar o poder político. Aborda igualmente a importância da formação do Estado Nacional (territorial) como instituição capaz de fomentar e resguardar a actividade económica nacional da concorrência externa, bem como o surgimento das teorias liberais de Adam Smith e David Ricardo.

No segundo capítulo, procurou-se estudar os Estados Unidos da América enquanto exemplo da influência das demandas económicas (escassez) nas acções políticas. Para evidenciar esta perspectiva, foi abordada a Marcha para o Oeste, a Guerra de Secessão e a ingerência estadunidense nos países latino-americanos. São analisadas também a acção do *american way of life* no seu aspecto económico e ideológico no período entre guerras e no período da Guerra Fria, elucidando a diferença entre o seu primeiro momento e o segundo. Esse capítulo termina com o desenvolvimento de argumentos críticos sobre a sustentabilidade do “estilo de vida estadunidense”, que tende a resvalar para um colapso económico que se estende à escala mundial pela sua projecção resultante da sua percepção como “modelo de referência” pelo “resto do mundo”, que é uma parte significativa do mesmo.

No terceiro e último capítulo passamos, então, a examinar as consequências ambientais que o *american way of life* trouxe para a agenda política internacional ao ser adoptado como modelo de crescimento económico pelos países subdesenvolvidos, e tendo em consideração que o seu objectivo, nesta perspectiva, consistia em solucionar os problemas do subdesenvolvimento das

---

<sup>34</sup> Cfr. POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, Fragmentos, Lisboa, 1993.

nações através da inclusão das populações pobres no consumo e no desenvolvimento da actividade produtiva. Na parte inicial do capítulo, exemplifica-se como é que a noção do desenvolvimento económico foi construída através das diferentes convenções sobre o meio ambiente ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Na sua parte final, é introduzida uma discussão e análise da acção política dos Estados sobre a questão do desenvolvimento económico sustentável, uma vez que, mesmo tendo sido difundidos os riscos económicos e políticos que a escassez de recursos naturais poderia trazer à ordem global, os Estados continuaram a pautar as suas relações através da concorrência económica e política ao nível mundial, tornando incerto o futuro das relações dos Estados no cenário internacional por um lado, e o dos recursos naturais de que continuam a depender para sobreviver, por outro.

## **CAPÍTULO I**

### **MODO DE PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: EQUAÇÕES DE UM FACTOR GEOPOLÍTICO.**

**I.1. A Formação do Estado Nacional**

**I.2. Francis Bacon e a Subjugação da Natureza**

**I.3. A Revolução Industrial**

**I.4. Liberalismo Clássico: Adam Smith e David Ricardo**

## CAPÍTULO I

### ***MODO DE PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: EQUAÇÕES DE UM FACTOR GEOPOLÍTICO.***

Todo e qualquer acontecimento de grandes proporções não é, por si só, um mero facto isolado, mas sim o culminar da convergência de factores e acontecimentos históricos que o antecederam. Compreender a causa das crises que assolam o mundo de hoje é, antes de tudo, olhar para o passado, identificar e analisar as dinâmicas que estiveram na génese das acções praticadas pelo homem e as suas repercussões.

Uma determinada acção provoca uma certa reacção, da mesma forma como uma causa gera um efeito, e assim, o homem, “governado” por tal lei, passa a ocupar o centro do universo anteriormente ocupado por Deus (Teocentrismo)<sup>35</sup>. Assim, substituindo o Teocentrismo, o Homem torna-se o único responsável pelos seus actos e pelos desdobramentos históricos da humanidade (Antropocentrismo)<sup>36</sup>.

Com o fim do Teocentrismo<sup>37</sup>, o Homem passa a contemplar a ciência como meio de alavancar a sua felicidade e o progresso económico, mediante o desenvolvimento de tecnologias e pela subjugação da natureza às suas conveniências. O ser humano emancipa-se enquanto actor da

---

<sup>35</sup> O Teocentrismo é a visão de mundo característica da Idade Média, segundo a qual Deus era o centro de todas as coisas e a fonte de todo o conhecimento. “Os teólogos, portanto, tinham toda a preocupação voltada para as almas e para Deus, ou seja, para o mundo transcendente, o mundo dos fenômenos espirituais e imateriais. (...) Por outro lado, a pregação do clero tradicional reforçava a submissão total do homem, em primeiro lugar à onipotência divina, em segundo, à orientação do clero e, em terceiro, à tutela da nobreza, exaltando no ser humano, sobretudo, os valores da piedade, da mansidão e da disciplina.” **SEVCENKO**, Nicolau. *Op. Cit.*, nota 17, p. 16.

<sup>36</sup> A ideia acima mencionada deve ser compreendida na acepção de que o acaso não existe. Logo, compreende-se com maior precisão e clareza as razões de ser de cada acontecimento histórico que conduz a humanidade em todos os tempos, fazendo-nos entender o nosso presente.

<sup>37</sup> É importante salientar que o teocentrismo é a doutrina segundo a qual o poder político é exercido pela igreja ou por um grupo religioso. Ou mais precisamente na “*forma de governo em que a igreja e o clero têm papel importante*”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume II, Lisboa, 2001, p. 3542.

história e passa a reivindicar a sua liberdade de iniciativa para trabalhar e produzir da forma que melhor lhe convém, bem como o direito à aquisição e salvaguarda das suas propriedades, das quais faz uso para extrair o seu sustento. Usufruído desta liberdade, o homem procura permanentemente inovar, visando estimular o processo de desenvolvimento da actividade económica que, por sua vez, tanto atende aos seus anseios individuais quanto altera a relação entre a sociedade e o Estado.

Na medida em que o crescimento da actividade económica progride, a sociedade passa, cada vez mais, a desenvolver as suas relações através da intensificação de dependência mútua, onde a relação capital-trabalho torna-se mais intensa e mais complexa<sup>38</sup>.

No contexto deste intenso desenvolvimento das relações sociais, as demandas por elas geradas passam a influenciar as instituições (nomeadamente o Estado) no sentido de produzir garantias e respostas que satisfaçam as necessidades da sociedade, sejam elas de ordem económica ou social, e “impregnando”, por assim dizer, a postura das instituições com as suas reivindicações.

### ***1.1. A Formação do Estado Nacional***

No período entre os séculos XI e XIV, em virtude do constante intercâmbio com o Oriente, inicialmente com as Cruzadas e posteriormente com o estabelecimento de rotas comerciais permanentes, a Europa conheceu uma nova fase no processo de desenvolvimento da sua actividade económica, e por isso, também, no seu estilo de vida<sup>39</sup>.

Mediante este permanente intercâmbio comercial entre Ocidente e Oriente, houve um aumento considerável da produção nos campos europeus, o que resultou no ressurgimento das cidades (burgos), as quais eram utilizadas pelos mercadores como entrepostos comerciais e de produção artesanal para o comércio<sup>40</sup>.

Com o desenvolvimento do comércio na Europa, a economia de subsistência e o comércio à base do escambo<sup>41</sup> passaram a ser substituídos progressivamente pela produção agrícola para fins comerciais e pela implantação da moeda como um meio de troca nas actividades comerciais. Deste

---

<sup>38</sup> Cfr. **GUERREAU**, Alain. *O Feudalismo. Um Horizonte Teórico*, Edições 70, Porto, 1980, p. 29.

<sup>39</sup> Para uma melhor compreensão da forma como se deu o desenvolvimento da actividade económica nesse período. Cfr. **SANTOS**, António Pedro Ribeiro dos. *História Económica e Social*, ISCSP, Lisboa, 1997, pp. 93-96.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> Escambo é o “*acto de trocar, de escambiar, permuta, permutar*”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume I, Lisboa, 2001, p. 1488.

modo, perante o aumento do poder e influência das cidades (burgos) na economia feudal, o campo, por meio de seus laços senhoriais, passou a ter menos influência económica do que nas cidades<sup>42</sup>.

É sabido que todo o poder económico reivindica poder político proporcional, e não tardaria muito para que essa nova camada enriquecida da sociedade procurasse seu espaço no meio político.

Apesar de todo esse processo de crescimento económico vivido pela Europa, este veio a declinar pela grande mortalidade ocasionada pelas guerras, em especial a Guerra dos Cem Anos, e por outros acontecimentos como a Peste Negra e, posteriormente, as revoltas populares<sup>43</sup>.

Com a abrupta redução demográfica europeia causada pela peste e pela guerra, o sistema de produção feudal entra em colapso obrigando, assim, os senhores feudais a sobrecarregar os servos, aumentando a sua carga de trabalho e impostos a fim de não diminuir os seus rendimentos<sup>44</sup>. Tais condições acabaram por constituir as causas das revoltas populares que, nesse período, tiveram lugar.

Para conter estes movimentos revoltosos, os senhores feudais adoptaram a remuneração salarial do trabalho e o arrendamento das terras, permitindo que os servos pudessem vender e comercializar o excedente nas cidades procurando, deste modo, apaziguar a situação de conflito que se havia instalado.

A consequência de tal acção foi que, ao verem-se livres para comercializar a sua produção e obter maiores rendimentos, os camponeses passaram a desenvolver novas técnicas de plantio capazes de aumentar a produção e a eficiência agrícola de suas lavouras.

O resultado de tamanha ousadia por parte dos senhores feudais foi que, com tais medidas, o comércio ressurgiu mais fortalecido do que no período pré-crise, desenvolvendo ainda mais as cidades com o incremento da actividade comercial e a participação dos antigos servos, que agora se encontravam na posição de “empresários” do agro-negócio. Com o fortalecimento da actividade comercial no período feudal, esta nova classe social em emergência passou a exigir cada vez mais o uso exclusivo das terras em que investia, e outros, ainda mais “radicais”, passaram a exigir o título de posse privada das suas terras.

Com o desenvolvimento da actividade económica, a nobreza feudal passou a ver as suas dificuldades agravarem-se cada vez mais com o passar do tempo, ao mesmo tempo que os mercadores viram a oportunidade de se emanciparem por definitivo nas cidades, marcando assim

---

<sup>42</sup> Cfr. **CONTE**, Giuliano. *Da crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*, Presença, Lisboa, 1979, pp. 41-48.

<sup>43</sup> Cfr. **SEVCENKO**, Nicolau, *Op. Cit.*, nota 17, p. 07.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 08.

esse período como transição de um regime económico feudal para um outro, mercantil ou comercial<sup>45</sup>.

Outro factor de grande importância nesse período de transição económica foi o desenvolvimento das técnicas de navegação patrocinadas pelos mercadores, a fim de conectar todo o continente europeu no ciclo económico comercial, proporcionando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das navegações através do oceano Atlântico e o fortalecimento das cidades costeiras, como Lisboa, Porto, Flandres e Londres<sup>46</sup>.

O estreitamento e a intensificação das relações comerciais europeias, proporcionado pelas navegações marítimas, provocaram a expansão e o alargamento da actividade comercial, levando consigo o desenvolvimento de novos entrepostos comerciais ao redor da Europa<sup>47</sup>. Essa ampliação do comércio e o conseqüente desenvolvimento da actividade económica em todo o continente europeu acabaram por resultar na falta de um maior número de moedas para as transacções comerciais, ao mesmo tempo que se sentiu a escassez de metais preciosos para tal fim<sup>48</sup>.

Foi através destes acontecimentos que, mais uma vez, a expansão da actividade comercial foi ameaçada. Fora, porém, por intermédio desses factores que essa nova camada da sociedade (burguesia) passou a investir no poder do monarca, objectivando a unificação dos pequenos feudos em grandes Estados Nacionais, com a demarcação das suas fronteiras, moedas e impostos. O grande objectivo era defender-se contra a arbitrariedade da nobreza feudal, na busca por constituir um mercado interno consumidor que pudesse viabilizar a inovação técnica do processo produtivo e contra os concorrentes estrangeiros das suas mercadorias<sup>49</sup>.

E, fruto do surgimento do Estado Nacional – através da união entre a nascente burguesia comercial e o monarca – a unificação das leis, da política, das moedas, tributos e fronteiras, tornaram-se propulsoras de uma maior expansão económica vivida pela Europa, colocando um ponto final no modo de produção feudal e marcando o surgimento de um outro: o sistema mercantil.

---

<sup>45</sup> Cfr. **SWEEZY**, Paul M. *Do Feudalismo ao Capitalismo*, Dom Quixote, Lisboa, 1971, pp. 32-36.

<sup>46</sup> Cfr. **SEVCENKO**, Nicolau, *Op. Cit.*, **nota 17**, p. 10.

<sup>47</sup> Cfr. **SWEEZY**, Paul M. *Op. Cit.*, **nota 45**, pp. 32-36.

<sup>48</sup> Cfr. **CONTE**, Giuliano. *Op. Cit.*, **nota 42**, p. 48.

<sup>49</sup> Cfr. **GUERREAU**, Alain. *Op. Cit.*, **nota 38**, pp. 34-43.

O conjunto dessas medidas permitiu a formação dos Estados Nacionais que, politicamente, emergiram sob a forma de monarquias nacionais<sup>50</sup> com o apoio da crescente classe burguesa que contribuiu de forma decisiva para assegurar a sua legitimidade enquanto grupo social<sup>51</sup>.

A monarquia nacional, nomeadamente representada na figura do rei, conforme nos elucida Maltez, foi determinante para a constituição do que conhecemos hoje como Estado Moderno, composto por uma unidade linguística, costumes e religião comum, bem como a delimitação do território sobre o qual o soberano exercia o poder nacional<sup>52</sup>.

#### a) Economia Mercantil

Com o colapso do sistema feudal, este é substituído pelo sistema mercantil tal como a figura do senhor feudal é substituída pela do monarca. Enquanto no sistema feudal havia descentralização política distribuída pelas mãos dos senhores, no Estado Nacional o poder ficou centralizado nas mãos do rei, bem como a unificação das leis, moedas e tributos<sup>53</sup>.

Não se pode considerar que existissem nem boas condições nem um cenário favorável ao desenvolvimento da actividade económica na época de consolidação do sistema mercantil. Todavia, na sequência do surgimento dos Estados Nacionais, a burguesia passou a exigir protecção e exclusividade (monopólio) nos negócios nacionais, usando o protecçionismo como meio de dominar os mercados sob a sua alçada e rivalizar com os seus concorrentes o controlo das rotas comerciais para o Oriente<sup>54</sup>.

Foi, portanto, neste ciclo de crescimento económico que os Estados Nacionais passaram a financiar as navegações e ampliar ainda mais o fluxo comercial no continente europeu. Perante a escassez de recursos naturais – em especial os metais – e o monopólio comercial dos italianos no comércio com o Oriente (resultante do bloqueio marítimo do Mediterrâneo), os Estados não viram outra alternativa senão descobrir novas rotas marítimas para o Oriente, originando a expansão

---

<sup>50</sup> As monarquias nacionais constituíam uma forma de governo de *domínio de um* ou *monocracia*, onde o poder era exercido por um soberano, representante da nação. Cfr. ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1974, pp. 76-77.

<sup>51</sup> MALTEZ, José Adelino. *Op. Cit.*, nota 7, pp. 195-204.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Cfr. HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*, Zahar, Rio de Janeiro, 1977, pp. 80-81.

<sup>54</sup> Cfr. CONTE, Giuliano, *Op. Cit.*, nota 42, pp. 57-60.

marítima ibérica, em que Portugal teve grande destaque, sendo pioneiro na formação de novas rotas marítimas para o Oriente<sup>55</sup>.

Os actores que se sucederam aos países da península ibérica na expansão marítima, como foi o caso da Inglaterra e da França, procuraram desenvolver e enunciar novas teorias para a aquisição de riquezas (em contraposição com a expansão marítima ibérica). A conclusão a que chegaram foi a que conduziu à decisão de promover uma balança comercial favorável no contexto das relações comerciais com outros países. Por outras palavras, para um país se tornar desenvolvido, deveria abandonar a sua condição de mero intermediário na circulação de mercadorias estrangeiras (entreposto comercial) e passar a produzir, internamente, produtos manufacturados para a exportação, da mesma forma como o Oriente fazia. Assim, resolver-se-ia o problema da balança comercial, onde as exportações atingiriam patamares superiores às importações dando origem a saldos superavitários e não deficitários<sup>56</sup>.

A aplicação destas medidas teve consequências significativas para o desenvolvimento da actividade produtiva interna (nacional), uma vez que o protecçionismo comercial passou a ser usado como instrumento de política de protecção aquela, no sentido de alcançar um modelo económico de “substituição de importação” e que beneficiasse, em larga escala, a classe burguesa<sup>57</sup>.

Dificultando ao máximo as importações de mercadorias de outros países, a solução encontrada para o escoamento do excedente produtivo foi a aquisição de colónias, uma vez que esta serviria apenas para complementar a actividade produtiva na metrópole. Com efeito, esta deveria ter funções restritas como a actividade exportadora de matérias-primas escassas e importadora de bens manufacturados provenientes da metrópole.

Enriquecida pelos vultuosos ganhos financeiros por meio dos monopólios mercantis associados ao Estado, a burguesia passou a investir cada vez mais em novas técnicas de produção para poder colocar-se numa posição de vantagem em relação aos seus concorrentes e maximizar ainda mais os seus lucros. O Estado, por seu turno, lucrando com os impostos arrecadados a partir da actividade da burguesia mercantil, investia cada vez mais em novas tecnologias de guerra para ganhar vantagens sobre os seus rivais.

Apesar de a burguesia aqui não constituir a sociedade como um todo, a falta de uma organização ou mesmo de uma consciência social por parte das restantes classes sociais fazia com

---

<sup>55</sup> Tendo em vista os grandes lucros dos italianos obtidos pelo monopólio comercial com o Oriente, Portugal partiu em busca de novas rotas comerciais a fim de contornar as barreiras impostas pelos italianos, bem como para ampliar o seu mercado e comércio de ouro e especiarias que, com o crescimento da actividade económica no continente europeu, passou a ser escasso. Cfr. **SMITH**, Adam. *Op. Cit.*, **nota 13**, pp. 91-142.

<sup>56</sup> Cfr. **DEYON**, Pierre. *O Mercantilismo*, Gradiva, Lisboa, 1989, pp. 21-29.

<sup>57</sup> *Idem*.

que a burguesia se apresentasse enquanto tal, limitando a acção do Estado às suas próprias demandas e exigências.

Tendo ganho um espaço livre para o seu desenvolvimento, a burguesia, através da concorrência internacional, passa a investir em inovações técnicas capazes de os posicionar à frente dos seus concorrentes, alocando parte dos seus lucros ao desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias para o seu emprego na produção.

Nestas circunstâncias, a observação da natureza é vista com maior rigor, acompanhada pela intervenção do observador por meio de experimentação – atitude que, mais tarde, veio a ser considerada e classificada como científica<sup>58</sup>. Ou seja, a utilização do conhecimento científico parece ter começado como finalidade a produção de tecnologia para seu uso na produção. Mediante este conjunto de transformações na economia e na sociedade da época, o Estado acabou por servir de instrumento para a acção política da classe burguesa que passou a ser considerada como actor social com interesses explícitos a serem defendidos depois da sua emergência a partir do desenvolvimento da actividade comercial subsequente<sup>59</sup>. Estavam criadas as condições para o abandono da Idade das Trevas e a opção pela Idade de Luz, inicialmente protagonizada pelo Renascimento<sup>60</sup>.

## ***1.2. Francis Bacon e a Subjugação da Natureza***

Apesar de o Renascimento exaltar as ciências e o racionalismo em detrimento do pensamento teocêntrico e escolástico da Idade Média, somente com o pensamento filosófico de Francis Bacon se considera que esses ideais foram aprofundados e utilizados para a produção de conhecimento científico<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> KYRÉ, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*, Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 46.

<sup>59</sup> Cfr. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Construção Política do Estado*, 2010, pp. 117-120, in [http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-onstru%C3%A7%C3%A3o\\_Politica\\_do-Estado.LuaNova.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-onstru%C3%A7%C3%A3o_Politica_do-Estado.LuaNova.pdf), consultado em 22 de Maio de 2011, 09:30.

<sup>60</sup> Sobre o conceito “Renascimento”, Cfr. SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, nota 17.

<sup>61</sup> Cfr. KYRÉ, Alexandre. *Op. Cit.*, nota 58, p. 46.

Francis Bacon via na filosofia um novo método de raciocínio que deveria restabelecer a filosofia natural ou ciências naturais à luz do conhecimento racional, livre das influências nocivas da Escolástica<sup>62</sup>.

Ora, se Bacon declara nocivo o pensamento escolástico na obtenção de conhecimento, não seria de admirar a sua oposição aos filósofos Platão e Aristóteles, fontes primárias de todo o pensamento escolástico.

A razão pela qual Bacon se opunha ao pensamento filosófico de Platão e Aristóteles situava-se fundamentalmente, nas pretensões dos filósofos gregos de quererem conhecer a essência ou a natureza íntima das coisas<sup>63</sup>, concepções contrárias ao entendimento de Bacon que acreditava na capacidade humana para o desenvolvimento de uma ciência empírica independente de qualquer metafísica<sup>64</sup>.

Outro factor de oposição ao pensamento platónico e aristotélico consistia no que Bacon considerava ser pensamento inútil. Assim, ele considerava que a principal razão da inutilidade da filosofia (enquanto busca pelo conhecimento da verdade) “residia em sua função meramente contemplativa da filosofia e a ausência de uma tentativa de compreensão que representasse um domínio da natureza”<sup>65</sup>. Ou seja, o que inquietava Bacon era compreender os fenómenos naturais, as suas causas e razões através de um olhar metódico e experimental, ao contrário de uma explicação de base teológica, intuitiva ou mitológica.

No que se refere directamente a Platão, Bacon rejeita os seus contributos pela “sua falta de interesse pela filosofia natural e por ter corrompido o estudo da natureza com a religião, o que o teria levado a entender e explicar a natureza em termos do sumo Bem”<sup>66</sup>.

Já contra Aristóteles, Bacon “recusa que se possa entender a natureza e sua suposta harmonia universal pela iluminação divina ou por uma razão demonstrativa”<sup>67</sup>, amparada em grande parte pela

---

<sup>62</sup> A Escolástica é “um sistema teológico e filosófico ensinado nas escolas e universidades da Idade Média, sobretudo a partir de S. Tomás de Aquino (1225?-1274), e que se caracterizava, essencialmente, pelo problema da relação entre a fé e a razão; teologia escolástica”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume I, Lisboa, 2001, p. 1498.

<sup>63</sup> Cfr. **PLATÃO**. *A República*, Guimarães Editores, Volume III, Lisboa, 1970. Para uma visão complementar do pensamento grego, Cfr. **ARISTÓTELES**. *A Política*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1975.

<sup>64</sup> **OLIVEIRA**, Bernardo Jefferson de. *Francis Bacon e a Fundamentação da Ciência como Ideologia*, UFMG, Belo Horizonte, 2002, pp. 60-84.

<sup>65</sup> Idem. p. 64.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

sua doutrina das causas finais. Para Bacon, a perspectiva das causas finais impediam um olhar crítico aos fenómenos naturais pela sua conformidade com os acontecimentos, pois acreditar que a causa da chuva é gerada pela necessidade de se irrigar a terra é impedir a possibilidade de emancipação do homem sobre a natureza para passar a dominá-la.

Na epígrafe XCV do Livro II de *Novum Organum*, Bacon não deixa dúvidas quanto às suas intenções: repensar o conhecimento a partir de uma síntese entre o racionalismo e o empirismo da sua época; repensar o conhecimento para transformá-lo numa forma de saber voltada para a produção de ciências tecnológicas, ou seja, ciências que permitam ao homem adquirir domínio sobre a natureza<sup>68</sup>.

Para um maior entendimento do programa de Bacon, esta “é uma proposta de sistematização metodológica e de organização institucional que concebe a tecnologia como ciência e, reciprocamente, a ciência como tecnologia”<sup>69</sup>, marcando, deste modo, a história da humanidade com a égide da ciência.

### ***1.3. A Revolução Industrial***

Assim, e na esteira do desenvolvimento intelectual e científico, outrora instigado pelos humanistas e pela desmistificação filosófica promovida posteriormente por Francis Bacon como acabámos de referir, o desenvolvimento capitalista – que até ao momento se verificava através da mediação da actividade comercial – passou então a contar com um novo impulso na sua actividade produtiva: o processo de mecanização da produção. Segundo Henderson, esta “foi uma das maiores transformações da história: em cerca de cem anos, a Europa de quintas, reideiros e artesãos tornou-se uma Europa de cidades abertamente industriais. Os utensílios manuais e os dispositivos

---

<sup>68</sup> “Os que se dedicam às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmo extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente o labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservando intacto na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida entre essas duas faculdades, a experimental e a racional”. **BACON**, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*, Nova Cultural, São Paulo, 1999, p. 76.

<sup>69</sup> **OLIVEIRA**, Bernardo Jefferson de. *Op. Cit.*, nota 64, p. 56.

mecânicos simples foram substituídos por máquinas; a lojinha do artífice pela fábrica (...) Era a Revolução Industrial”<sup>70</sup>.

Os rendimentos obtidos no comércio, aos poucos, foram sendo alocados para o sector da produção manufactureira, promovendo, assim, um verdadeiro deslocamento da acumulação de capitais para o sector produtivo, impulsionando o desenvolvimento de novas técnicas e a aceleração do desenvolvimento da actividade económica vivido na época<sup>71</sup>. Isto trouxe grandes transformações, tanto de ordem económica quanto social, o que possibilitou o desaparecimento dos resquícios das relações e práticas feudais ainda existentes e da definitiva instauração do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento da actividade económica na sua nova fase (industrial) começou na Inglaterra do século XVII tanto pelo facto de este ter sido o país que mais lucrou e, conseqüentemente, o que mais acumulou capital durante toda a fase da Revolução Comercial, quanto pelo seu investimento em novas tecnologias de mecanização da produção (maquinaria)<sup>72</sup>.

Beneficiando de um dos maiores impérios coloniais da época, o desenvolvimento mercantil da Inglaterra atingiu o seu ápice após a vitória naval contra os espanhóis em 1588, a que se seguiram os Actos de Navegação de 1651 contra os Países Baixos. Pode-se dizer que o “coroamento” da sua hegemonia como potência colonial veio a confirmar-se somente após o Tratado de Methuen de 1703, assinado com Portugal, prevendo a abertura dos mercados portugueses e os das suas respectivas colónias às manufacturas inglesas, o que em certa medida configura um pioneirismo inglês em vencer as resistências mercantilistas que predominavam nas economias nacionais da época<sup>73</sup>.

No âmbito da expansão dos seus domínios comerciais pelo mundo e da abertura dos portos portugueses às manufacturas inglesas, conseguindo acesso directo aos metais preciosos e às riquezas naturais advindas do Brasil e das demais colónias portuguesas, a Inglaterra passa a acumular metais e mercados consumidores suficientes para financiar e expandir o desenvolvimento de sua economia e de todo o seu aparato estatal: bancos, universidades e indústria da guerra. Isto tornou-se extremamente relevante para se afirmar como uma potência colonial e imperial em todo o mundo.

Servindo-se da sua posição estratégica para expandir o seu domínio colonial pelo mundo, a Inglaterra fomenta a produção de matérias-primas necessárias para o processo manufactureiro, que

---

<sup>70</sup> Cfr. **HENDERSON**, W. O. *A Revolução Industrial*, Editores Associados, Lisboa, 1969, pp. 07-08.

<sup>71</sup> Cfr. **DOBB**, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 2 Edição, Zahar, Rio de Janeiro, 1971, pp. 219-220.

<sup>72</sup> Cfr. **HENDERSON**, W. O. *Op. Cit.*, nota 70, p. 08.

<sup>73</sup> Cfr. **PAZZINATO**, Alceu Luiz & **SENISE**, Maria Helena V. *História Moderna e Contemporânea*, Editora Ática, São Paulo, 1994, p.85.

não era capaz de produzir a nível interno devido aos factores geoclimáticos<sup>74</sup>. De entre as matérias-primas utilizadas pela Inglaterra no seu progresso industrial, destaca-se o algodão, matéria-prima básica para o processo que levou o país à Revolução Industrial em virtude da sua intensa mecanização da produção, processo esse que foi sendo absorvido pelos demais sectores da economia, sobretudo o metalúrgico<sup>75</sup>.

Após este grande impulso industrial vivido pela economia Inglesa, somado às suas grandes reservas de metais preciosos procedentes das colónias e das suas relações comerciais com Portugal, a Inglaterra consolidou um forte sistema bancário capaz de assegurar os investimentos necessários à expansão industrial<sup>76</sup>. Internamente, este período de profundas transformações, tanto na economia quanto na sociedade inglesa, proporcionou o fim do absolutismo monárquico em 1688-1689 com a Revolução Gloriosa, alargando ainda mais a liberdade económica e política às iniciativas individuais da classe burguesa<sup>77</sup>.

No meio rural, o fenómeno Cercamento foi, aos poucos, extinguindo os pequenos proprietários de terras que se viram forçados a migrar para as cidades em busca de emprego nas inúmeras indústrias que surgiam com o desenvolvimento do capitalismo.

Tendo abandonado o campo e dado maior espaço aos grandes empresários da agro-indústria, assistiu-se ao recurso às novas técnicas e mecanismos de optimização da produção no campo por parte destes, como meio de responderem ao crescente mercado consumidor interno, impulsionado agora pela remuneração assalariada, em substituição da economia de subsistência artesã.

Em primeiro lugar, a actividade produtiva assalariada tornava os trabalhadores potenciais consumidores das mercadorias produzidas na actividade industrial, que, além de serem vendidas no mercado interno, eram exportadas para outros países.

Em segundo lugar, a massificação da actividade assalariada impedia o desenvolvimento do trabalho artesanal e a manutenção da economia baseada no escambo, sendo os burgueses os seus principais concorrentes.

Em terceiro lugar, devido ao excesso de trabalhadores à procura de emprego nas cidades, a remuneração salarial da classe trabalhadora passava a ser regulada, determinada, pelas regras do mercado, beneficiando os capitalistas em sua intensa busca pela maximização dos lucros; lucros esses que financiavam o desenvolvimento de novas tecnologias com o objectivo de proporcionar maior eficiência produtiva e a substituição da mão-de-obra.

---

<sup>74</sup> Cfr. **ASHTON**, T. S. *A Revolução Industrial. 1760-1830*, Europa-América, Lisboa, 1971, p. 173-174.

<sup>75</sup> Cfr. **RIOUX**, Jean-Pierre. *A Revolução Industrial*, Dom Quixote, Lisboa, 1982, pp. 71-75.

<sup>76</sup> Cfr. **DEANE**, Phyllis. *A Revolução Industrial*, Zahar, Rio de Janeiro, 1973, pp. 195-207.

<sup>77</sup> Cfr. **ARRUDA**, José Jobson de Andrade. *A Revolução Inglesa*, Brasiliense, São Paulo, 1988, p. 23.

Como podemos facilmente perceber, o estabelecimento do monopólio da produção de mercadorias nas mãos dos industriais, associado ao fenómeno do Cercamento, permitiu à burguesia industrial contemplar essa grande parcela da população como uma importante fonte de renda, constituindo um verdadeiro e forte mercado interno consumidor<sup>78</sup>.

Politicamente, a Revolução Gloriosa deu origem ao Estado Liberal Inglês, ao extinguir o Estado Absolutista, estabelecendo a vida parlamentar como a via de poder institucional capaz de dirigir a economia e regulamentar as relações sociais<sup>79</sup>. Estas relações nunca foram tão conturbadas como aquando, com a escassez de emprego nas cidades gerada pelo enorme êxodo rural, os salários pagos pelos industriais aos trabalhadores foram sendo gradualmente reduzidos, deixando a grande maioria dos trabalhadores em condições bastante precárias<sup>80</sup>.

Entretanto, o desenvolvimento e a expansão tecnológica ocorriam de forma acelerada na Inglaterra. Abundante em matérias-primas, como o carvão e o ferro, necessárias para a construção e o funcionamento das máquinas, a Inglaterra continuou a inovar o processo produtivo das suas indústrias através do desenvolvimento das novas tecnologias<sup>81</sup>.

A descoberta do vapor como força motriz impulsionou e revitalizou a Revolução Industrial como um processo de transformação irreversível da vida económica e social. Esta descoberta serviu de base para a mecanização de toda a indústria e para o seu próprio aperfeiçoamento. Segundo Karl Marx, a burguesia “não pode existir sem revolucionar incessantemente”<sup>82</sup>. Assim sendo, por meio dos estudos científicos e da acumulação de capital, concretizou-se a anunciada subjugação da natureza teorizada por Francis Bacon, inaugurando a fase industrial na história da humanidade como o império da ciência ao serviço do consumo e da transformação dos recursos naturais em mercadorias<sup>83</sup>, com implicações e alterações profundas na organização social do trabalho e graves consequências para o meio ambiente.

#### ***1.4. Liberalismo Clássico: Adam Smith e David Ricardo***

Na sua obra *Lições Sobre História da Filosofia*, Hegel assume que o conhecimento da geração do seu tempo não surgiu do mero acaso, como que aparecesse do nada e para o nada, mas sim,

---

<sup>78</sup> Cfr. **SPOSITO**, Maria Encarnação B. *Capitalismo e Urbanização*, Contexto, São Paulo, 1988, p. 48.

<sup>79</sup> Cfr. **BURDEAU**, Georges. *O Liberalismo*, Europa-América, Lisboa, 1983, pp. 67-68.

<sup>80</sup> Cfr. **HOBBSAWM**, Eric J. *As origens da Revolução Industrial*, Global, São Paulo, 1979, p.45.

<sup>81</sup> Cfr. **HENDERSON**, W. *A Revolução industrial*, Verbo/Edusp, São Paulo, 1979, p. 67.

<sup>82</sup> **MARX**, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*, Boitempo, São Paulo, 1998, p.43.

<sup>83</sup> Cfr. **BURDEAU**, Georges. *Op. Cit.*, nota 79, p. 66.

pelo contrário, que o homem deve os seus domínios nos ramos da Ciência e da Filosofia graças à tradição<sup>84</sup>.

Segundo Hegel, essa herança não é uma dívida passiva. O que é herdado das gerações passadas é reduzido, pela presente geração, à condição de matéria-prima para a produção de novos e mais elevados conhecimentos. Nisto consiste a actividade intelectual de qualquer época: apropriar-se do conhecimento produzido pelas gerações passadas, desenvolvê-lo e levá-lo a um plano superior (tese, antítese e síntese)<sup>85</sup>.

É nesta perspectiva que se pode compreender a relação entre Adam Smith e David Ricardo, no que respeita aos seus contributos para a economia política e para o desenvolvimento da sociedade, bem como as relações do Estado com os seus pares.

Foi por meio de Smith que o pensamento liberal ganhou contornos mais claros e definidos, anunciando a divisão do trabalho como elemento essencial para o crescimento da produção e do mercado, pois a sua eficaz aplicação dependia intrinsecamente da livre concorrência<sup>86</sup>.

Seguindo este raciocínio, a ausência do monopólio estatal na actividade económica (Estado Liberal) estimularia a concorrência entre as diversas empresas especializadas na produção de um determinado bem que, para garantirem a sua sobrevivência no mercado, investiriam em meios técnicos capazes de baixar os custos da produção e elevar a qualidade do produto. Disto resultaria a diminuição do custo de produção das mercadorias, do seu preço e o aumento da margem de lucro.

Ou seja, como consequência da disputa pelos mercados entre os empresários capitalistas, o preço final dos produtos iria tornar-se mais atractivo pela lei natural da oferta e da procura, ao viabilizar o equilíbrio económico geral, estabelecendo um valor nominal acessível ao mercado consumidor.

Ao Estado competia somente zelar pelos direitos de propriedade e pela garantia da ordem, não intervindo na economia pois, com o império da livre concorrência, esta exclusivamente regulada pela lei da oferta e da procura, o bem-estar seria estendido ou alargado a todos os homens livres, ajudando a resolver o problema da miséria.

Ter acesso aos bens e serviços nas sociedades industriais, segundo Smith, era condição de felicidade ou satisfação traduzida no bem-estar. Daqui nasce a necessidade de fomentar um mercado

---

<sup>84</sup> Cfr. **HEGEL**, G.W.F. *Lecciones sobre la historia de la filosofia*, Fondo de Cultura Económica, Volume I, México, 1955.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> Cfr. **MARX**, Karl. *Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento económico*, Difel, Livro 4 de O Capital, Volume III, São Paulo, 1980, p. 1540.

livre da interferência do Estado e o incentivo à livre concorrência, bem como a noção de bem-estar relacionada com o acesso aos bens de consumo.

Com a concorrência livre, os empresários seriam obrigados a baixar os seus custos de produção para se manterem competitivos no mercado, passando assim, os ganhos resultantes dos investimentos em ciência e tecnologia a serem reflectidos no valor final dos bens colocados à disposição dos consumidores. Note-se que isso é de primordial importância para impulsionar o aumento das demandas por manufacturas, que resulta na pressão por mais recursos naturais e pela busca de novos mercados consumidores pelo mundo (colonialismo).

Ao mostrar preocupação em distribuir os bens produzidos pela economia, Smith despertou a atenção de um outro pensador: Thomas Malthus.

Na sua obra *Ensaio Sobre o Princípio da População*, Malthus defende a ideia de que a natureza é incapaz de atender aos anseios gerais de progresso material, pois, na sua perspectiva, a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos ocorre em progressão aritmética<sup>87</sup>.

Segundo esta linha de pensamento, para que houvesse uma relativa harmonia ou igualdade, os níveis de demanda por parte da população deveriam estar em equilíbrio com a capacidade de oferta que a natureza pudesse proporcionar. Caso contrário, a fome e a guerra pela escassez iriam fazer valer a sua influência para se chegar a um novo ponto de equilíbrio.

No que se refere à progressão geométrica da população, Malthus partiu do princípio de que a população (do Reino Unido), na altura em que realizou o seu estudo, dobraria em cada 25 anos, o

---

<sup>87</sup> *“Supondo, então, meus postulados como garantidos, digo que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente maior que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não obstaculizada, aumenta em razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética. Uma ligeira familiaridade com números mostrará a imensidade da primeira capacidade comparativamente à segunda. Pela lei de nossa natureza, que torna o alimento necessário à vida do homem, os efeitos dessas duas diferentes capacidades devem ser mantidos iguais. Isso implica um obstáculo ao crescimento da população, forte e constantemente operante, provindo da dificuldade de subsistência. Esta dificuldade deve incidir alhures e deve, por necessidade, ser severamente sentida por uma ampla parcela do gênero humano. (...) Essa desigualdade natural das duas capacidades, da população e da produção da terra, e aquela grande lei de nossa natureza que deve manter constantemente seus efeitos iguais, formam a grande dificuldade que me parece insuportável no avanço da perfectibilidade da sociedade. (...) Não vejo meio pelo qual o homem possa escapar ao peso desta lei que permeia toda a natureza animada. Nenhuma igualdade fantasiosa, nenhuma regulamentação agrária da mais ampla extensão poderiam remover sua pressão sequer por um único século”.* Apud, **MALTHUS**, Thomas, in **SZMRECSÁNYI**, Tamás. *Op. Cit.*, nota 16, p. 57-58.

que representaria um crescimento demográfico na ordem de 3% ao ano, ao passo que a produção de alimentos não dobraria no tempo equivalente ao da população (ou seja, não cresceria ao mesmo ritmo). Daí a sua perspectiva relativa à existência de uma progressão aritmética da produção agrícola<sup>88</sup>.

Avaliar a situação em que a Inglaterra do século XVIII se encontrava, no que respeito aos pobres e miseráveis e as condições de vida das classes operária e camponesa, acabou por se revelar não ser uma tarefa tão difícil de realizar quanto a *priori* se poderia ser levado a pensar. E os resultados a elas associados não tardaram em surgir.

A Lei dos Pobres ou *Poor Law Amendment Act* (1834), votada pelo Parlamento inglês, foi um reflexo imediato das ideias de Malthus. Por essa lei, estava centralizada toda a assistência pública do Estado, sendo os desempregados recolhidos às *workhouses* (casas de trabalho), onde ficavam confinados e aguardavam ser chamados para o trabalho. Desta forma, podia-se, ao mesmo tempo, retirar das ruas boa parte da população mais miserável e mantê-la sob controlo, aliviar o crescimento populacional e da pobreza e fornecer, ainda, mão-de-obra barata para as indústrias<sup>89</sup>.

Influenciado pelas ideias, tanto de Smith quanto de Malthus, David Ricardo reestrutura a Teoria do Valor de Adam Smith e estabelece a Teoria da Lei Férrea dos Salários, instigado pelos estudos e observações de Malthus sobre a projecção geométrica da população.

Para que possamos entender a reestruturação feita por David Ricardo sobre a Teoria do Valor de Smith, torna-se imperioso compreender, primeiramente, a concepção de Smith acerca de valor, pois como ele mesmo diz, não é uma tarefa fácil<sup>90</sup>. Por isso, desafia seriamente o leitor a atravessar a

---

<sup>88</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>89</sup> “Em 1834, para atender aos ditames do Liberalismo, o sistema de proteção social foi revisto na *Poor Law Amendment Act*, que transformou um auxílio aos necessitados que antes era universal, em seletivo e residual. Essa Lei revisionista permitiu a formação de um mercado de trabalho mais competitivo e desprotegido, abrindo espaço para a ampliação do processo de industrialização e para a consolidação de uma economia de mercado. Ou seja, o conceito de renda mínima como um direito de cada cidadão foi bruscamente abolido e aos pobres, voltou a ser atribuída a responsabilidade de garantir sua própria sobrevivência”. CASADEI, Salete F. e GÓIS, Cláudia C. “Políticas Sociais Comparadas”, *REVISTA Espaço Acadêmico*, Nº 70, 2007, in [http://www.espacoacademico.com.br/070/70casadei\\_gois.htm](http://www.espacoacademico.com.br/070/70casadei_gois.htm), consultada em 19 de Fevereiro de 2011, 15:09.

<sup>90</sup> “...para isso, desafio seriamente tanto a paciência quanto a atenção do leitor: sua paciência, pois examinarei um assunto que talvez possa parecer desnecessariamente tedioso em alguns pontos; sua atenção, para compreender aquilo que, mesmo depois da explicação completa que procurei dar, talvez possa ainda parecer algo obscuro. Estou sempre disposto a correr um certo risco de ser tedioso, visando à certeza de estar sendo claro; e após fazer tudo o que puder para ser claro, mesmo assim poderá parecer que resta alguma obscuridade

superfície imediata dos fenómenos económicos e a seguir o seu raciocínio até à essência do sistema, bem como a desvendar o que está por detrás das formas aparentes da riqueza capitalista (salário, lucro, juros e renda da terra).

A sua explicação começa no capítulo V, onde estuda e investiga a formação do preço real e do preço nominal das mercadorias. Trata-se de uma análise que parte da afirmação de que o preço real das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção, ou seja, a soma de horas dispendidas por um operário ou um conjunto de operários em cada bem de consumo produzido.

Alguns parágrafos depois, Smith afirma que é mais natural e fácil estimar o valor das mercadorias em ouro e prata. O problema aqui é que, nestes, o valor dos minerais variam e eles são bens escassos na natureza (não renováveis). Logo, não constituem uma boa opção como medida de valor de troca entre as mercadorias produzidas. Smith, então, resolve substituir esses minerais pelo trigo, que é um valor do salário de subsistência do trabalhador.

Embora o valor do trigo também varie, como o valor de qualquer outra mercadoria, Smith conclui, depois de longos esforços, que o trabalho, não a sua quantidade, mas o valor do trabalho expresso em trigo é a única medida universal do valor das mercadorias. Tal análise, porém, não consegue demonstrar como se chega à fonte do valor, ao trabalho. Foi quando Smith criou uma situação hipotética em que descreve um mundo ideal, onde a liberdade, a igualdade e a propriedade reinam de forma absoluta<sup>91</sup>.

Nesse mundo hipotético de Smith, a liberdade actua no campo da produção, pois aqui os agentes da produção são livres para sair de uma actividade e entrar numa outra, sem qualquer restrição. No campo da igualdade, esta faz-se mediante o processo em que todos são proprietários, todos trocam mercadorias por outras com valores equivalentes.

Ora, nesse processo de valores de troca idealizado por Smith, é claro que as trocas serão realizadas por equivalentes, pois em seu mundo hipotético todos são autónomos. Por isso é evidente

---

sobre um assunto que, aliás, é por sua própria natureza extremamente abstracto". SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre a natureza e suas causas*, Nova Cultural, Volume I, São Paulo, 1985, p. 61.

<sup>91</sup> "No estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de património ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos produtos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objectos uns pelos outros (...). Nessa situação, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ela normalmente deve comprar, comandar ou pela qual deve ser trocada". Idem, p. 77.

que as trocas de mercadorias serão pautadas pelo princípio da equivalência. Ao passar desse mundo ideal para o mundo real em que vivemos, a sua Teoria do Valor entra na obscuridade, pois ao procurar fazer a transposição do mundo hipotético para a realidade factual, Smith descobre que a troca entre capital e trabalho não obedece ao princípio da equivalência.

Não tendo como resolver esta questão, Smith passa a usar duas definições de valor. Na primeira, o autor explica que o valor das mercadorias é proporcional às quantidades de trabalho nelas inseridas; depois, ele sustenta que o valor das mercadorias é determinado pela sua capacidade de empregar o trabalho vivo. Por isso, ele encerra a Teoria do Valor num círculo vicioso: o valor determina o valor<sup>92</sup>.

É neste ponto que surge o contributo de David Ricardo, que procura reestruturar o pensamento de Smith, afirmando que o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho nelas inserida à qual deve ser condicionada a proporção de trabalho não pago (mais-valia). Elimina, assim, o conceito de valor de Smith, segundo o qual o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho vivo que empregam. Assim sendo, Ricardo não só elimina as contradições de Smith, como também liberta a Teoria do Valor daquele círculo vicioso anteriormente explicado.

Ao afirmar o princípio de que a quantidade de trabalho empregada na produção é a única medida de valor, Ricardo se põe a investigar até que ponto as diversas formas de riqueza concordam directamente com aquele princípio, ou dele se desviam<sup>93</sup>. No entanto, é importante ressaltar que, ao

---

<sup>92</sup> Referindo-se a esse duplo aspecto da teoria do valor de Smith, Marx observa que o autor “... hesita no tocante à definição do valor de troca. Particularmente: ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria ou, o que dá no mesmo, com a determinação pela quantidade de mercadoria mediante a qual se pode comprar quantidade certa de trabalho vivo, ora substitui aquela por esta determinação. Faz então o valor de troca do trabalho a medida do valor das mercadorias. Na realidade faz o salário essa medida, pois o salário é igual à quantidade de mercadorias que pode ser comprada com determinada quantidade de mercadorias (...) Faz-se aí do valor medida do valor e fundamento para explicá-lo: um círculo vicioso”. **MARX**, Karl. *Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento económico*, Difel, Livro 4 de O Capital, Volume I, São Paulo, 1980, p. 49.

<sup>93</sup> Ricardo, diz Marx, “pressupõe naturalmente que o tempo de trabalho contido nos meios de subsistência cotidiano é igual ao mesmo tempo de trabalho diário que o trabalhador tem de trabalhar para reproduzir o valor desses meios. Mas introduz uma dificuldade e oblitera a compreensão clara dessa relação, por não mostrar de imediato o destino de uma fracção da jornada do trabalhador, o de reproduzir o valor de sua força de trabalho”. **MARX**, Karl. *Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento económico*, Difel, Livro 4 de O Capital, Volume II, São Paulo, 1980, p. 837.

“descobrir” a mais-valia, David Ricardo dota a ciência económica com meios práticos e visíveis de acumulação de capital, factor primordial para o funcionamento da economia capitalista.

Já a Lei Férrea dos Salários<sup>94</sup>, para cuja proposição Ricardo se inspirara nos estudos de Thomas Malthus, fundamentava-se na tese de que o valor do salário pago aos trabalhadores deveria ser igual ao mínimo necessário para a subsistência de sua família.

Os fundamentos lógicos da sua teoria estavam assentes na ideia de que o crescimento vertiginoso da população pressionava a expansão da produção de alimentos, em virtude do aumento da sua demanda. Ocorria (como continua a suceder), porém que, nem toda a terra é propícia ao cultivo, necessitando de maiores investimentos na preparação do solo, bem como o emprego de uma maior quantidade de mão-de-obra, o que prejudicava o preço final dos produtos, pressionando-os para cima (inflação).

Entretanto, como o salário dos trabalhadores era associado ao mínimo de subsistência, logo, era necessário reajustá-lo. O aumento nominal dos salários concedido pela subida do preço dos alimentos estimulava as pessoas a ter mais filhos, voltando, por assim dizer, à sua fase inicial de pobreza, o que anulava os esforços dos empresários para aumentar a oferta de alimentos e os impedia de ampliar os seus negócios, ocasionando, assim, menor oferta de empregos<sup>95</sup> e a retoma do ciclo vicioso da pobreza cuja relevância persiste até ao momento actual merecendo, inclusive, o reconhecimento internacional com a atribuição de um Prémio Nobel em 1991, a Ronald Harry Coase.

Um dos grandes dramas de toda a transformação da vida social, desde o Renascimento Económico até à Revolução Industrial, foi a introdução de padrões de consumo e valores materiais como meios de subsistência. Ao contrário do artesão da Antiguidade ou da Idade Média, o operário moderno perdeu o controlo do conjunto da produção e da sua independência, passando a ser apenas

---

<sup>94</sup> “O preço natural do trabalho depende do preço do alimento, necessidade e conveniências necessárias a manutenção do trabalhador e sua família. Com um aumento no preço dos alimentos e das necessidades, o preço natural do trabalho se eleva. Com a queda, o preço natural do trabalho cai”. **HUBERMAN**, Leo. *Op. Cit.*, **nota 53**, p. 212.

<sup>95</sup> “...a compaixão pelo homem que trabalha não só é descabida como também prejudicial. Pode criar esperanças e rendas a curto prazo, mas faz aumentar o ritmo de crescimento da população, através do qual ambas aquelas condições são anuladas. E qualquer esforço por parte do governo ou de sindicatos trabalhistas no sentido de elevar os vencimentos e salvar o povo da miséria entraria, da mesma forma, em conflito com a lei económica. ( ... ) Ricardo deu aos ricos uma fórmula plenamente satisfatória de se conformarem com a infelicidade dos pobres”. **GALBRAITH**, John Kenneth. *A era da incerteza*, Livraria Pioneira Editora e Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 1979, p. 24 e 26.

uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos<sup>96</sup>. Além disso, expulsos os trabalhadores do campo e recebendo salário em troca de emprego para a sua subsistência, a própria actividade da força de trabalho transformou-se num produto de mercado inserido num todo, o sistema capitalista.

Nesta nova lógica, toda a actividade económica, assim como os seus meios de produção, são balizados pela racionalização da escassez, ou seja, os valores de todos os bens de consumo são estabelecidos pela oferta de matéria-prima mais os salários pagos. Com o estabelecimento ou a fixação dos preços, surge a administração das reservas naturais para a produção de mercadorias, bem como do ritmo da sua exploração.

Para uma melhor compreensão dessa inversão de valores económicos e dos ditames do desenvolvimento económico das nações, basta atentar para as seguintes transformações no âmbito do trabalho<sup>97</sup>:

- O sistema familiar - os membros de uma família produzem artigos para o seu consumo, e não para a venda. O trabalho não se fazia com o objectivo de atender ao mercado (princípio da Idade Média);

- O sistema de corporações - produção realizada por mestres artesãos independentes, com dois ou três empregados, para o mercado pequeno e estável. Os trabalhadores eram donos da matéria-prima que utilizavam, bem como das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho durante a Idade Média;

- O sistema doméstico - produção realizada em casa para um mercado em crescimento pelo mestre artesão com o apoio de ajudantes, tal como no sistema de corporações mas com uma diferença importante: os mestres já não eram independentes, mas tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho e dependiam, para o acesso à matéria-prima, de um empreendedor que surgiria entre eles e o consumidor. Passaram a ser simplesmente tarefeiros assalariados. Isto ocorreu do século XVI ao XVIII.

---

<sup>96</sup> “...assim, do ponto de vista de uma sociologia do trabalho, a introdução das máquinas na produção – na medida em que elas representam a união de um conjunto de instrumentos de produção simples subtraídos às mãos do trabalhador e reunidos mecanicamente num complexo racional – faz evoluir ulteriormente os processos de racionalização e reorganização do trabalho à sua regulação puramente objectiva e mecânica.”  
**CONTE**, Giuliano, *Op. Cit.*, **nota 42**, p. 103-104.

<sup>97</sup> **HUBERMAN**, Leo. *Op. Cit.*, **nota 53**, p. 125-126. Para uma melhor compreensão e abrangência destas questões associadas ao trabalho e à sua influência na relação entre os Estados, Cfr. **JACINTO**, José Luís de Moura Martins. *O Trabalho e as Relações Internacionais*, ISCSP, Lisboa, 2002, pp. 21-39.

- O sistema fabril - produção para um mercado cada vez maior e oscilante, realizada fora de casa, nos edifícios do empregador e sob uma rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completamente a sua independência. Não possuíam matéria-prima, como acontecia no sistema de corporações, nem os instrumentos, tal como no sistema doméstico. A habilidade deixou de ser tão importante como antes, em decorrência do maior uso da máquina. O capital tornou-se mais necessário do que nunca. Isto acontece até hoje.

Em síntese, renunciar à concepção da construção histórica do Estado e sua relação com o desenvolvimento da economia, é tornar qualquer análise sobre as suas acções pouco precisas ou não tão assertivas. Não se pretende aqui levantar uma verdade absoluta ou fundar uma opinião irrefutável, mas apenas demonstrar que toda a causa produz um efeito e que isso não pode ser ignorado.

Deste modo, a concepção do Estado enquanto delimitação territorial, como assinala Burdeau, “é essencialmente uma noção de ordem política, que pretende dar à nação o seu quadro natural, quando o território deixa de ser um objecto de propriedade e se torna instrumento da autoridade necessária para a prossecução do bem comum”<sup>98</sup>. Ou seja, é através da delimitação territorial do Estado que este passa a agir de forma a responder às necessidades políticas e económicas da sociedade. No entanto, no momento da sua constituição, conforme elucidado ao longo deste capítulo, tais necessidades parecem ter sido, essencialmente, de ordem burguesa.

Conforme nos assinala Maltez, “o Estado é o produto de uma história (a da Europa) e de uma época (a Renascentista), constituindo um especial modo de centralização e uma especial estrutura política de coordenação”<sup>99</sup>. Deste modo, o Estado foi capaz de coordenar o desenvolvimento da actividade económica e política no seu espaço circunscrito, o que acabou por estar na génese da actividade mercantilista, do empirismo baconiano, a Revolução Industrial e da fundação do Liberalismo económico-político a partir dos contributos de Adam Smith e David Ricardo na revolucionária Inglaterra.

É através (e somente) da delimitação do espaço territorial do Estado que este, ao desenvolver a sua actividade económica (nacional), passa a conhecer as suas debilidades e potencialidades, o que é escasso e o que é abundante e, através deste conhecimento, desenvolver a sua forma de actuação para responder às diversas demandas sociais e engendrar as estratégias de relacionamento com os seus pares.

---

<sup>98</sup> BURDEAU, Georges. *Traité de Science Politique*, LGDJ, Vol. II, Paris, 1967, p. 51.

<sup>99</sup> MALTEZ, José Adelino. *Op. Cit.*, nota 7, p. 369.

## **CAPÍTULO II**

### **TEMPOS MODERNOS: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

**II.1. A Marcha Para o Oeste**

**II.2. O Desenvolvimento da Actividade Económica nos Estados Unidos**

**II.3. O Imperialismo Estadunidense**

**II.4. *The American Way of Life***

## CAPÍTULO II

### ***TEMPOS MODERNOS: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA***

Após ter apresentado, em linhas gerais, o quadro referencial para a formação do Estado, bem como a sua importância para o desenvolvimento da actividade económica e social, podemos avançar na elucidação desta relevância da concepção de Estado enquanto delimitação territorial, tomando como exemplo os Estados Unidos da América (EUA) pelas razões que tivemos oportunidade de justificar anteriormente.

Com a conquista da independência em relação ao Reino Unido, os EUA foram confrontados com um grande problema: construir uma política nacional que pudesse conciliar os interesses distintos das antigas colónias, que podem ser entendidos mediante a compreensão do carácter peculiar do processo de colonização nas suas duas regiões (o Norte e o Sul).

Nas ex-colónias do Norte, a colonização deu-se através do povoamento, principalmente por pessoas que professavam a fé protestante, conforme nos elucida Gerhard Colm: “o desejo de fugir à perseguição religiosa significava que uma efectiva liberdade de culto prevalecia nas novas colónias”<sup>100</sup>. Objectivando o progresso económico individual, os colonos defendiam o desenvolvimento económico interno e, conseqüentemente, a adopção do proteccionismo comercial como meio de preservar a sua actividade económica interna da concorrência externa<sup>101</sup>. No Sul, em contrapartida, a colonização foi realizada por intermédio da exploração de bens primários destinados à exportação, da adopção do trabalho escravo, da importação de bens manufacturados e da liberalização alfandegária. Ou seja, após a independência, nos Estados do Sul insistia-se na manutenção do sistema aristocrático rural nos moldes da antiga relação com o Reino Unido. Tais posições opostas constituíram a fonte das divergências que iriam permear as disputas políticas nos EUA quanto aos rumos da economia e do tipo de sociedade ou organização social que se pretendia estruturar.

---

<sup>100</sup> COLM, Gerhard. *A Economia dos Estados Unidos*, Editora Cultrix, São Paulo, s/d, pp. 18-21.

<sup>101</sup> Idem.

## II.1. A Marcha Para o Oeste

Os imigrantes que compunham a população dos EUA, na sua grande maioria, eram provenientes do Reino Unido e adeptos de correntes da religião protestante como a religião puritana e a presbiteriana<sup>102</sup>. Estas religiões eram favoráveis ao processo de desenvolvimento capitalista, na medida em que não condenavam moralmente a riqueza, ou seja, não era ilícito ou imoral o enriquecimento pessoal, posição oposta à que era assumida pela Igreja Católica. Na verdade, para os primeiros, a riqueza era uma compensação de Deus por se dedicarem ao trabalho e por levarem uma vida rigorosa, que os tornava mais próximos d'Ele, pois não teriam tempo para se dedicarem ao pecado<sup>103</sup>.

Portanto, sendo a riqueza sinónimo de proximidade com Deus, não tardou muito para que o processo de desenvolvimento da actividade económica nos EUA tomasse grandes proporções.

De acordo com a perspectiva de Sousa Lara, incitados pela ideologia do Destino Manifesto, os estadunidenses baseavam-se na crença da predestinação ou designio divino para se auto-designarem como os legítimos herdeiros das terras que compreendiam as duas extremidades da costa, do Oceano Pacífico ao Atlântico<sup>104</sup>.

Esta foi a fase do expansionismo interno dos EUA, aquela em que a corrida para o Oeste<sup>105</sup> passou a ser pressionada pelo aumento da demanda por terras para a produção agrícola e pela extracção de matérias-primas para o abastecimento do crescente processo de industrialização da economia. Os seus avanços no progresso económico podem ser atribuídos ao espírito empreendedor

<sup>102</sup> Para mais detalhes e esclarecimentos sobre o entendimento da formação social e religiosa dos Estados Unidos da América, bem como a sua influência na política e economia, Cfr. **BALÃO**, Sandra Rodrigues. *A Fórmula do Poder: Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP, Lisboa, 2001, pp. 112-127.

<sup>103</sup> Para a análise sociológica da acção humana sob a ética protestante, Cfr. **WEBER**, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Pioneira, São Paulo, 1989, p. 116.

<sup>104</sup> Cfr. **LARA**, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, p. 180.

<sup>105</sup> "O Oeste era uma área de fronteira dinâmica, não uma região específica. Em meados do século XVIII, o termo Oeste significava a área entre os montes Apalaches e a margem leste do rio Mississipi. As terras que ficavam além desse rio eram reivindicadas pela França, Espanha e Inglaterra. Cem anos depois, Oeste veio a indicar a região além do rio Mississipi até o Pacífico. Aos poucos esse território foi incorporado aos Estados Unidos, através da compra e da conquista". **EISENBERG**, Peter Louis. *Guerra Civil Americana*, Brasiliense, São Paulo, 1987, pp. 29-30.

da sua população e ao proteccionismo alfandegário, o qual tinha por finalidade proteger o desenvolvimento da actividade económica interna da concorrência dos produtos importados.

A conquista do Oeste, conforme nos elucida Sousa Lara, deu-se através de um tríplice carácter expansionista da política externa estadunidense: “quer por via diplomática, quer por via de aquisições remuneradas, quer por via bélica. Qualquer caminho serviu para o expansionismo continental dos Estados Unidos da América”<sup>106</sup>.

A aplicação política desse prisma pode ser bem observada através das diferentes formas com que os EUA avançaram para o Pacífico. Primeiramente, pelas mãos do presidente Jefferson, a União compra, pela soma de 15 milhões de dólares, a colónia francesa de Luisiana. Ainda, dentro desse *prisma* pacifista, compram, por 5 milhões de dólares, a colónia Espanhola da Florida e, simultaneamente, a possessão Russa de Oregon. No entanto, em relação às possessões mexicanas, a forma como os EUA agiram não foi igual à que puseram em prática nos casos da Florida ou da Luisiana, mas sim, através do prisma bélico<sup>107</sup>.

Porém, com a crescente expansão económica e a sua expansão para o Oeste, os valores “éticos” das ex-colónias do Norte passaram a prevalecer sobre o desenvolvimento da actividade política e social dos EUA, pondo em risco o equilíbrio político entre aquelas e as ex-colónias do Sul<sup>108</sup>.

De facto, é preciso ter presente que grande parte da colonização dos territórios do Oeste foi seguida e assegurada por colonos do Norte e por maciça imigração europeia que, através do incentivo do governo central, viram a possibilidade de se tornarem proprietários dessas terras<sup>109</sup>. Ou seja, a adesão política e social dos futuros Estados do Oeste à União convergiam para a supremacia política dos Estados do Norte frente aos do Sul.

---

<sup>106</sup> LARA, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, p. 182.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Cfr. NYE, R. B. *História dos Estados Unidos*, Editora Ulisseia, Lisboa, 1955, pp. 152-153.

<sup>109</sup> A maciça imigração europeia nos Estados Unidos veio após a promulgação da *Lei Homestead de 1862* que oferecia terras gratuitas no Oeste aos colonos imigrantes, veja-se: NATIONAL ARCHIVES, “Teaching With Documents: The Homestead Act of 1862”, In <http://www.archives.gov/education/lessons/homestead-act/>, consultado no dia 18 de Janeiro de 2011, 17:48.

Os sulistas, ao verem o seu poder político e económico diminuir frente aos Estados do Norte, resolveram desligar-se da União e constituir os Estados Confederados da América, dando início à guerra de secessão<sup>110</sup> nos EUA<sup>111</sup>.

Além de contar com o apoio militar e político do Oeste, os EUA, segundo Sousa Lara, enviam “o seu embaixador na corte de Saint James, avisar o Governo inglês, de nem tentar prestar ajuda ao exército confederado, tal como lhes havia sido solicitado por este, pois esse acto de ingerência atrairia sobre a Grã-Bretanha consequências imediatas e mesmo mediatas”<sup>112</sup>.

Saindo vitorioso da guerra contra os confederados, Abrahan Lincoln decreta a abolição da escravatura e institui o trabalho livre e assalariado em todo o território nacional que, somado ao abrupto crescimento demográfico devido à imigração europeia, alargou a força do mercado interno consumidor e o conseqüente dinamismo da economia<sup>113</sup>.

Sem oposição ao processo expansionista, os EUA deram continuidade às suas aquisições rumo ao pacífico, conquistando em 1867, através da compra, o território do Alasca até então pertencente à Rússia.

Em síntese, o fim da Guerra de Secessão proporcionou a integração da actividade económica nacional e a unidade política estadunidense, permitindo ao governo planear melhor e de forma sistemática a exploração económica das terras conquistadas no Oeste, constituindo os factores que ajudariam os EUA a assumirem a vanguarda do desenvolvimento capitalista do século XX<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> A secessão é uma “*Separação pacífica ou violenta de uma parte de um território em relação à nação a que pertencia, para formar um Estado autónomo ou para se unir a outro*”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume II, Lisboa, 2001, p. 3354.

<sup>111</sup> Cfr. **NYE**, R. B. *Op. Cit.*, nota 108, pp. 134-136.

<sup>112</sup> **LARA**, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, p. 183.

<sup>113</sup> “*A mais importante consequência da guerra civil foi a abolição da escravatura nas plantações do Sul. Quando a situação se tornou ameaçadora, o presidente Lincoln promulgou, a 22 de Setembro de 1862, a sua famosa Proclamação da Libertação, que declarava os negros livres e que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1863. Não era estipulada qualquer indenização, e os senhores perderam cerca de 300 milhões de dólares. A resistência dos Estados do Sul foi vã: o seu desenvolvimento industrial era muito débil*”. **POLIANSKI**, F. Y. *História Económica dos Estados Unidos*, Editorial Estampa, Lisboa, 1973, p. 42.

<sup>114</sup> *Idem*, p. 43.

## ***II.2. O Desenvolvimento da Actividade Económica nos Estados Unidos***

Para podermos compreender como foi possível aos Estados Unidos da América, uma colónia inglesa, libertar-se de um dos maiores impérios do mundo e, logo em seguida, tomar a dianteira imperialista do globo, é preciso levar em consideração a forma tolerante e “passiva” com que a Inglaterra se relacionava com aquela colónia.

Primeiramente, as colónias do Norte pertenciam a um trópico semelhante ao da Inglaterra, situando-se entre o trópico de Câncer e o círculo polar Ártico, ou seja: não ofereciam condições climáticas capazes de produzir algo que não fosse possível em solo inglês. Além disso, elas não tinham metais preciosos ou uma actividade económica propícia à utilização da mão-de-obra escrava<sup>115</sup>.

Em síntese, é o carácter autónomo que os EUA possuíam em relação à Inglaterra que fazia com que toda a riqueza gerada a partir da sua actividade económica permanecesse no seu território. Era a indiferença da Inglaterra para com a economia das colónias do Norte que gerava as bases do desenvolvimento da sua actividade industrial, na medida em que “uma pequena ilha no mar das Caraíbas fosse mais importantes (ao Reino Unido) do que as treze colónias matrizes dos Estados Unidos”<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> *“As treze colónias do Norte tiveram, pode-se bem dizer, a dita da desgraça. Sua experiência histórica mostrou a tremenda importância de não nascer importante. Porque no norte da América não tinha ouro, nem prata, nem civilizações indígenas com densas concentrações de população já organizada para o trabalho, nem solos tropicais de fertilidade fabulosa na faixa costeira que os peregrinos ingleses colonizaram. A natureza tinha-se mostrado avara, e também a história: faltavam metais e mão-de-obra escrava para arrancar metais do ventre da terra. Foi uma sorte. No resto, desde de Maryland até nova Escócia, passando pela Nova Inglaterra, as colónias do Norte produziam, em virtude do clima e pelas características dos solos, exactamente o mesmo que a agricultura britânica, ou seja, não ofereciam à metrópole uma produção complementar. Muito diferente era a situação das Antilhas e das colónias ibéricas de terra firme. Das terras tropicais brotavam o açúcar, o algodão, o anil, a terebintina; uma pequena ilha nas Caraíbas era mais importante para a Inglaterra, do ponto de vista económico, do que as treze colónias matrizes dos Estados Unidos”.* GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986, p. 146.

<sup>116</sup> *“Estas circunstâncias explicam a ascensão e a consolidação dos Estados Unidos como um sistema economicamente autónomo, que não drenava para fora a riqueza gerada em seu seio. Eram muito frouxos os laços que atavam a colónia à metrópole; em Barbados ou Jamaica, em compensação, só se reinvestiam os capitais indispensáveis para repor os escravos na medida em que se iam gastando. Não foram factores raciais,*

Após a conquista da estabilidade política e o estabelecimento ou definição clara dos domínios territoriais do Estado, o desenvolvimento da actividade económica passou a ocorrer de forma dinâmica e acelerada, como outrora mencionado, pela ampliação do mercado interno consumidor (através da imigração) e pelo amplo desenvolvimento da siderurgia e metalúrgica no período de guerra<sup>117</sup>.

Com o desenvolvimento da actividade económica no Oeste cresceu a necessidade de escoar a sua produção para todo o mercado nacional, diferentemente do que ocorria no período de ocupação colonial, quando estes produziam para o seu próprio consumo. Nesse momento, característico da fase de desenvolvimento urbano-industrial, o campo passou a especializar-se para responder às necessidades das áreas mais desenvolvidas. Assim, as economias rural e urbana passaram a ser complementares, facilitando a divisão da organização produtiva dos EUA.

A integração entre o Leste e o Oeste veio concretizar-se com o investimento em estradas de ferro que, ao serem construídas, facilitaram ainda mais a ocupação e a exploração do território, bem como a necessidade de exportar o seu excedente produtivo. Além de resolver o problema de transportar o excedente da produção, as estradas de ferro contribuíram para o reinvestimento de capitais adquiridos com o desenvolvimento da actividade económica. Tudo isto exigia a construção de portos e uma política externa que garantisse aos mercados instrumentos e destinos que assegurassem o “como” e o “para onde” escoar os seus excedentes.

Outro factor para o desenvolvimento da actividade económica nos EUA foi a assimilação das inovações técnicas no processo produtivo no decorrer da revolução industrial e no avanço da sua organização empresarial maximizando, assim, a acumulação de capitais. Esse processo fora também beneficiado por elevadas taxas proteccionistas contra a concorrência estrangeira<sup>118</sup>.

Conforme nos assinala Schumpeter, o desenvolvimento da economia capitalista verifica-se apenas através do processo de inovação tecnológica. Segundo ele, é só a partir da inovação técnica que a actividade capitalista pode alcançar o Lucro Extraordinário, onde o empresário empreendedor

---

*como se vê, os que decidiram o desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros; as ilhas britânicas das Antilhas não tinham nada de espanholas nem portuguesas. A verdade é que a insignificância económica das treze colónias permitiu a precoce diversificação de suas manufacturas. A industrialização norte-americana contou, desde antes da independência, com estímulos e protecções oficiais. A Inglaterra mostrava-se tolerante, ao mesmo tempo que proibia estritamente que suas ilhas antilhanas fabricassem até mesmo um alfinete”.*

Idem.

<sup>117</sup> Cfr. POLIANSKI, F. Y. *Op. Cit.*, nota 113, p. 33.

<sup>118</sup> Idem, pp. 30-31.

se diferencia dos demais capitalistas no processo de acumulação de capital através de um diferencial técnico que o põe à frente dos seus concorrentes<sup>119</sup>.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, José Arruda dá-nos um excelente exemplo para que melhor possamos compreender o que realmente Schumpeter quis nos demonstrar com a sua teoria da inovação.

Quadro 1: Importância da inovação técnica segundo José J. de Arruda<sup>120</sup>

**Quadro explicativo da importância da inovação técnica no processo produtivo**

“As invenções não são obra do acaso nem fruto da vontade de um indivíduo. Elas são resultados das tentativas de resolução de problemas concretos. Vejamos o caso das invenções que deram início à Revolução Industrial. Utilizando teares manuais, o homem só podia fazer um tecido que não ultrapassasse a largura dos seus braços. Foi inventada, então, a lançadeira volante que, adaptada aos velhos teares, eliminava essa limitação, pois não era necessário que a pessoa conduzisse a lançadeira com a mão: bastava um impulso e ela chegava até o outro extremo do tear. Mas essa invenção provocou um desequilíbrio: como a produção de tecidos aumentou, começaram a faltar fios, até então produzidos na roca de fiar. Para sanar o problema, foi inventada a *spinning jenny*, máquina de fiar que permitia a um artesão fazer de 8 a 80 fios de uma só vez. Mas outro obstáculo apareceu. Os fios assim produzidos eram finos e quebradiços. A solução surgiu com a invenção de uma nova máquina, a *mule*, que produzia fios finos e resistentes. Como era de esperar, porém, os problemas não acabaram aí: agora sobravam bons fios, pois os artesãos não davam conta de tecê-los todos. A situação se reequilibrou com a invenção do tear mecânico, que substituiu com vantagens o tear manual. Só que esse tear precisava de uma força muito grande para ser movimentado, muito maior que a força do homem. O problema só ficou resolvido com a invenção da máquina a vapor.”

Portanto, foi a adaptação das tecnologias ao processo produtivo que levou os EUA a dinamizarem a sua produção e a acumular maiores quantidades de capital que, por sua vez, eram reinvestidos na melhoria das técnicas e em novos inventos. De entre as inovações técnicas relevantes nesse período de apogeu económico dos EUA, vale a pena salientar o processo de transformação do ferro em aço em 1856 (desenvolvida pelas ex-colónias do Norte na guerra de

<sup>119</sup> Cfr. SCHUMPETER, Joseph A. *The Development Economics*, Oxford University Press, Oxford, 1961, pp. 91-100.

<sup>120</sup> ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*, 25. Ed. Ática, São Paulo, 1993, p. 109.

secessão), o dínamo em 1866 e o motor a combustão interna em 1876, viabilizando a utilização do petróleo como força motriz<sup>121</sup>.

Note-se que todo este processo de desenvolvimento tecnológico se verificou durante a segunda metade do século XIX e na transição para o século XX, período em que os EUA conheceram, internamente, estabilidade política e económica. Porém, foi a última invenção (motor a combustão) que colocou os EUA à frente das nações pioneiras no processo de inovação técnica. Foi através do desenvolvimento da produção assegurado por uma linha de montagem e de produção em massa que os EUA passariam, nos finais do século XIX, a concorrer em pé de igualdade com as potências industriais da Europa (período do modo de produção fordista).

Elaborado pelo estadunidense Henry Ford, um empresário empreendedor (na perspectiva de Schumpeter), o fordismo baseava-se na tentativa de maximizar a redução do valor da mercadoria (que neste caso era o automóvel) de modo a que todos pudessem ter condições para o obter, caso desejassem. Essa era a grande vantagem oferecida pela aposta na implementação da linha de montagem e da especialização do trabalho no processo produtivo. Ou seja, a linha de montagem assentava a sua existência no aumento da especialização do trabalho que, por sua vez, garantia que o operário estivesse apto a executar apenas uma determinada função, o que resultaria na eficiência (velocidade) do processo de transformação do produto e na eficácia dos resultados alcançados.

Outro factor para que o fordismo conquistasse o seu objectivo de redução do preço final relativo a cada produto, consistia na formação de um conglomerado industrial, onde o mesmo grupo empresarial dominasse a produção de toda a cadeia produtiva na qual a indústria automobilística estivesse inserida, ou seja: o mesmo grupo empresarial assegura a produção e o fornecimento da matéria-prima necessária para a produção do bem, conjugando a exploração de matérias-primas e a cadeia produtiva com vistas à ampliação do mercado consumidor.

### ***II.3. O Imperialismo Estadunidense***

Desde a sua proclamação de independência em 04 de Julho de 1776, sobretudo após a conquista da unidade política e económica através da Guerra de Secessão, os Estados Unidos da América passaram a servir-se do protecçãoismo económico como método de promoção do desenvolvimento da sua actividade económica, tanto comercial quanto industrial.

---

<sup>121</sup> Cfr. **ANDERSEN**, W. O. *A Revolução Industrial*, Editores Associados, Lisboa, s/d, pp. 43-49.

No entanto, o seu proteccionismo não se restringiu ao campo da economia, como nos assinala Sousa Lara; ele foi também notório na sua política externa, através da sua opção pela autonomia e distanciamento da Europa através de uma postura isolacionista<sup>122</sup>.

A política externa estadunidense, de carácter isolacionista, é fundada por George Washington, o seu primeiro presidente da República (1789-1797), nomeadamente no seu Discurso do Adeus de 17 Setembro de 1796, onde aponta, de entre outros princípios, o neutralismo activo da política externa. No entanto, o isolacionismo estadunidense viria a ganhar contornos e clareza acrescidos com a tomada de posse do seu quinto presidente, James Monroe (1817-1825)<sup>123</sup>.

Fundador da doutrina que levaria o seu nome, James Monroe temia que a restauração espanhola (europeia) pós-napoleónica se estendesse à América, pondo fim ao comércio iniciado com as nações recém libertas<sup>124</sup>. Perante esse receio, o seu governo, através do senador Henry Clay (1810-1815), passou a defender a ideia de acordo com a qual os EUA deveriam reconhecer de imediato toda e qualquer revolta colonial a que estivesse associada uma reivindicação de independência, procurando afastar a influência europeia nos assuntos internos das futuras nações e resguardando para si a tutela política e económica em todo o continente americano. Porém, uma segunda visão, defendida pelo seu sucessor, o senador e sexto Presidente da República, John Quincy Adams (1825-1829), defendia uma acção mais diplomática que pudesse evitar o conflito bélico com os espanhóis mas sem, no entanto, descartar o ponto de vista do seu predecessor<sup>125</sup>.

Essa doutrina, em outras palavras, foi uma tentativa bem planeada, não só no sentido de preservar todo o continente americano das investidas estrangeiras, mas também de resguardar para si todas as futuras relações políticas e comerciais com os demais Estados americanos, principalmente o México e a América Central<sup>126</sup>.

Estabelecendo, em traços gerais, um caminho prático para a execução do “destino manifesto” estadunidense, a doutrina Monroe, após a tomada de posse do senador James K. Polk à presidência da República (1845-1849) passa então a contar com um complemento teórico-prático à sua tese. Era

---

<sup>122</sup> Cfr. LARA, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, p. 179.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Cfr. LARA, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 10, p. 23.

<sup>125</sup> “Ou seja, a doutrina Monroe, defendida formalmente em 2 de Dezembro de 1823, constituía um compromisso entre as duas propostas anteriores: por um lado, os Estados Unidos avançavam para uma posição tutelar em relação ao continente, defendiam a tradição isolacionista nesse mesmo espaço, o que vinha da teoria de Washington, e ampliavam os efeitos da diplomacia e da lógica negocial, para obter resultados concretos imediatos”. LARA, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, p. 181.

<sup>126</sup> Cfr. WHITAKER, Arthup. *Os Estados Unidos e a Independência da América Latina*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1966, pp. 295-310.

o corolário<sup>127</sup> Polk à doutrina Monroe. Segundo este, a adesão de territórios e nações à União era uma decisão soberana de ambos, que caberia exclusivamente à nação requerente e ao governo de Washington julgar.

É neste contexto que James Polk, no mesmo ano da sua tomada de posse (1845), anexa a República do Texas à União, proclamada contra o México em 1836, desencadeando, por consequência, a Guerra do México (1846-1848). Os Estados Unidos saem vitoriosos do conflito e, além de anexarem a República do Texas, adquirem os territórios que hoje correspondem aos Estados da Califórnia, o Novo México e o Arizona, concluindo portanto, a sua fase interna de expansão e consolidação territorial<sup>128</sup>.

Tendo concluído, em linhas gerais, as delimitações territoriais dos EUA, estes dão início às suas pretensões expansionistas de carácter externo a começar pelas definições promulgadas na primeira Conferência Pan-americana em 1889, onde o distanciamento político e económico em relação à Europa era difundido como o melhor caminho para a independência efectiva e o simultâneo desenvolvimento do continente americano. No entanto, essa ânsia por liberdade e distanciamento político dos europeus eclipsava, por fim, as verdadeiras pretensões que os estadunidenses planeavam para todo o continente americano<sup>129</sup>.

Um exemplo dessa tentativa de encobrir as verdadeiras pretensões estadunidenses sobre o continente americano era o slogan América Para os Americanos, que, na realidade, sintetizava a defesa da ideia de que o continente americano pertencia aos americanos, ou seja, aos habitantes dos EUA. Este facto pode ser constatado até os dias actuais pois o termo “americano” não é utilizado para designar os habitantes do continente americano, mas sim, a uma nacionalidade, caso único em todo o mundo.

Enfim, as falsas pretensões estadunidenses (defender a liberdade em todo o continente americano) tornaram-se evidentes após o processo que levou à independência de Cuba em 1895. Cuba, na época, era um dos principais produtores de açúcar e tabaco a nível mundial e pertencia ao decadente Império Espanhol. Os EUA, interessados na sua estratégica posição geográfica, bem como na manutenção e reforço das relações comerciais tentam, sem êxito, comprar a ilha aos espanhóis, na linha das “recomendações” da doutrina Monroe, as quais já foram elucidadas neste capítulo.

---

<sup>127</sup> “Proposição que se demonstra incidentalmente, na demonstração de outra. (...) O que decorre ou é consequência directa de um teorema já demonstrado. (...) Consequência natural”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume I, Lisboa, 2001, p. 982.

<sup>128</sup> Cfr. **MORRIS**, Richard B. *Encyclopedia of American History*, Harper & Brothers, New York, 1953, pp. 196-201.

<sup>129</sup> Cfr. **SCHOELL**, Frank L. *História dos Estados Unidos*, Editorial Aster, Lisboa, 1977, p. 159.

Falhando a tentativa de compra, os EUA optam por ajudar os movimentos de independência cubana a par com os das Filipinas, ambas sob o domínio espanhol. Como resultado da ingerência estadunidense nos assuntos internos dos territórios sob a alçada espanhola, esta declara guerra contra os estadunidenses, (guerra hispano-americana de 1898). Saindo vitoriosos da guerra contra os espanhóis, os estadunidenses reforçam a sua hegemonia sobre o continente americano ao libertarem Cuba, Porto Rico República Dominicana e Filipinas do domínio espanhol, o que representou o fim do Império Espanhol e o início do “americano”<sup>130</sup>.

Após a vitória estadunidense sobre os espanhóis, a Doutrina Monroe passa a ganhar contornos de expansionismo externo sendo que, nessa altura, “externo” era uma acepção que compreendia todo o continente americano. Conforme afirma Frank Schoeel, a vitória dos estadunidenses sobre os espanhóis representou “para muitos europeus a entrada sensacional dos Estados Unidos na liça mundial e o início de um imperialismo agressivo”<sup>131</sup>.

Confirmando esse princípio, após a tomada de posse como vigésimo sexto presidente dos EUA, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) acrescenta o seu próprio corolário à doutrina Monroe, e que ficou conhecido como a doutrina do *Big Stick*. A sua doutrina política consistia na intervenção armada dos Estados Unidos em qualquer país do continente americano, com o intuito de preservar a democracia e restabelecer a ordem no continente<sup>132</sup>.

A sua doutrina política foi aplicada de imediato, logo no ano da sua posse, fazendo com que a recém nascida República cubana, ao elaborar a sua primeira constituição nacional, implementasse, de forma constitucional, a emenda *Platt*, que resguardava o direito dos EUA intervirem na sua política interna e o consentimento para a instalação da base naval de Guantánamo no seu território. Tal medida tinha como principal objectivo entregar às companhias estadunidenses a exploração das potencialidades económicas de Cuba, bem como os seus recursos minerais<sup>133</sup>.

Outra medida de política externa do *Big Stick*, ainda sob o governo do seu autor, T. Roosevelt, foi a disputa sobre a construção do Canal do Panamá. Cobiçadas pelas potências europeias, nomeadamente pela Inglaterra e França, a construção de um canal no istmo do Panamá, que ligava o oceano atlântico ao pacífico, representava um ganho estratégico de impacto global para as relações comerciais entre as potências europeias e os mercados asiáticos. Em 1901, os EUA não desperdiçaram a oportunidade de interferir na disputa pelo controlo do istmo do Panamá, adquirindo a companhia francesa que executava a obra. Porém, a sua construção havia sido paralisada pela

---

<sup>130</sup> Idem. Para uma melhor compreensão da guerra hispano-americana, Cfr. **LARA**, António de Sousa. *Op. Cit.*, **nota 11**, p. 183.

<sup>131</sup> **SCHOELL**, Frank L. *Op. Cit.*, **nota 129**, p. 159.

<sup>132</sup> Ver ideologia e política externa do *big stick* em: **BESSA**, António Marques. *Op. Cit.*, **nota 05**, p. 120.

<sup>133</sup> Cfr. **SCHOELL**, Frank L. *Op. Cit.*, **nota 129**, p. 160.

falência da mesma e pela decisão do governo colombiano de proibir qualquer interferência estrangeira no território, que a essa altura, lhe pertencia.

A solução então encontrada pelos EUA foi estimular e fortalecer os movimentos de emancipação nacional que, por sua vez, lhes garantiria a libertação dessa área sob o domínio colombiano, tal como havia sido feito em Cuba (ao ajudar os movimentos de emancipação). A independência do Panamá (em relação à Colômbia) foi conquistada em 1903, garantindo os EUA o direito de concluir as obras de construção do canal, mas também de controlar por quase um século toda a região<sup>134</sup>.

Assim, com o estabelecimento do domínio sobre o canal do Panamá, os EUA acabariam por concretizar a sua hegemonia e influência em todo o continente americano, bem como “higienizá-lo” da presença europeia ao mesmo tempo que consolidavam a sua influência sobre todo o oceano Pacífico.

Como vimos, foi através da doutrina Monroe e seus corolários que a acção dos EUA, aos poucos e gradativamente, tomou gigantescas proporções, tanto ao nível da sua constituição territorial quanto do seu domínio e influência por todo o continente americano.

As manufacturas inglesas foram sendo gradualmente substituídas pelas estadunidenses e, caso algum Estado impedisse ou mesmo dificultasse o funcionamento desse sistema, os EUA, com base na política do *Big Stick* de Theodore Roosevelt, interviriam militarmente em qualquer região onde estivessem implicados os seus interesses e das suas indústrias: fossem de natureza geoestratégica ou corporativa. Nesta medida, os EUA apoiaram a instauração de Governos que aceitavam, de forma directa, a intervenção estadunidense na vida política e económica dos respectivos países, cujos exemplos podemos encontrar nos casos de Cuba, Porto Rico e Panamá.

A esta altura, o desenvolvimento da actividade económica nos EUA dava-se através da formação de grandes conglomerados empresariais, mais conhecidos por Trusts<sup>135</sup>. A sua principal finalidade consistia na supressão da livre concorrência como meio de se atingirem maiores níveis de lucros. À medida que esses monopólios iam dominando o mercado, toda a sociedade estadunidense passava a sofrer as respectivas consequências, nomeadamente no que se refere ao controlo dos preços. Não somente o mercado consumidor sofria com a perda do poder de compra dos salários, como também os produtores rurais do Oeste, que tinham que pagar taxas crescentes às companhias ferroviárias para escoar a sua produção. Nas cidades, a classe operária passava a sofrer com a

---

<sup>134</sup> Para uma melhor compreensão de como se deu o processo de intervenção dos Estados Unidos na independência do Panamá, Cfr. **SCHOELL**, Frank L. *Op. Cit.*, nota 129, p. 161.

<sup>135</sup> A palavra *Trusts* significa “agrupamento de empresas, sem perda de autonomia jurídica, com o fim de eliminar a competição e dominar um mercado”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume II, Lisboa, 2001, p. 3653.

perda do seu poder de compra e, desmobilizada pela inexistência de grandes sindicatos, viram a sua situação piorar nos momentos de crise. E assim, nas palavras de Polianski, os EUA converteram-se “num feudo da oligarquia financeira”<sup>136</sup>. Segundo as próprias palavras do presidente Woodrow Wilson (1913-1921), “os capitalistas e industriais são os donos do governo dos EUA”<sup>137</sup>.

Foi neste contexto que os Estados latino-americanos consolidaram a sua dependência económica e política, em grande medida, através do investimento estrangeiro, designadamente das empresas (dos trusts) estadunidenses. A posição dos primeiros no cenário de divisão internacional do trabalho acabou por se consolidar sob a forma de meros exportadores de matérias-primas, sector da actividade económica de menor valor agregado nas relações comerciais internacionais<sup>138</sup>.

Portanto, o imperialismo praticado pelos EUA conseguiu resolver o problema da expansão dos mercados para os seus produtos manufacturados e o fornecimento de matérias-primas. Essa expansão deu-se através do desenvolvimento da sua crescente actividade industrial e a amplitude do mercado consumidor que, neste caso, passou a compreender tanto o mercado consumidor nacional quanto os mercados sob seu domínio fora dos limites da fronteira física, localizada no continente. Esses factores, somados às necessidades europeias originárias da primeira guerra mundial, fariam com que a produção industrial estadunidense alcançasse patamares elevadíssimos, alavancando, não somente os índices económicos mas, também, o nível de vida dos estadunidenses.

Sob a certeza de seu poderio económico, um senador estadunidense exalta o período de apogeu da sua economia e pronuncia um discurso (aos moldes do Destino Manifesto) em 1898 dizendo: “As fábricas americanas produzem mais do que aquilo que o povo americano pode utilizar; o solo americano produz mais do que aquilo que ele pode consumir. O destino traçou a nossa política: o comércio mundial pode ser e será nosso. E o conseguiremos como nossa mãe (a Inglaterra) nos mostrou. Estabeleceremos feitorias comerciais na superfície do mundo como centros de distribuição dos produtos americanos. Cobriremos os oceanos com os nossos barcos mercantes. Construiremos uma marinha à medida da nossa grandeza. Dos nossos entrepostos comerciais sairão grandes colónias arvorando a nossa bandeira e negociando connosco. As nossas instituições seguirão nossa

---

<sup>136</sup> POLIANSKI, F. Y. *Op. Cit.*, nota 113, p. 52.

<sup>137</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>138</sup> “Essa escalada na produção levou, por sua vez, a uma disputa por matérias-primas disponíveis, à ampliação do mercado e ao fenómeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo – que acarretou uma nova divisão internacional de áreas não colonizadas – ou, ainda, a novas relações de dependência em áreas de passado colonial”. COSTA, Ângela Maria da. *1800-1914: no tempo das certezas*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000, p. 20.

bandeira nas asas do comércio<sup>139</sup>. De facto, era um grande momento de apogeu da economia estadunidense.

#### ***II.4. The American Way of Life***

O período que antecede a eclosão da primeira guerra mundial, bem como o período entre guerras, em específico a década de 20, foram de primordial importância para a construção do estilo e padrão de vida estadunidense. Com a eclosão da primeira guerra mundial, os Estados Unidos da América passaram a lucrar muito com a situação de conflito entre as potências europeias e sua posição de neutralidade. Durante esse período de conflito, os estadunidenses tornaram-se os maiores fornecedores de armas e alimentos para a quase totalidade do continente europeu<sup>140</sup>.

No entanto, quando a primeira guerra mundial chegou ao fim, os EUA encontravam-se numa fase de acelerada produção industrial e uma favorável relação comercial com os demais países, em especial os europeus. Favorecidos pelo domínio dos mercados latino-americanos, pelas elevadas taxas proteccionistas contra os europeus e a demanda de guerra por estes últimos, os EUA viram a sua economia prosperar. Impulsionados pela crescente demanda externa, o mercado interno estadunidense passou a alargar-se de forma abrupta<sup>141</sup>.

Embora essa euforia desenvolvimentista dos EUA não estivesse assente em estruturas económicas sólidas, os estadunidenses passaram a almejar tudo o que a indústria nacional pudesse oferecer de conforto e opulência, como automóveis, electrodomésticos em geral, entre outros. Essa falsa aparência de bem-estar da sociedade estadunidense, gerada pela destruição e desgraça do povo europeu no período da guerra, foi conhecida como um padrão ou estilo de vida americano, mais conhecido como *american way of life*. Na verdade, ao necessitar suprir as necessidades do seu mercado interno no período de guerra, a Europa acabou por estimular o aumento da actividade económica nos EUA, gerando um surto de bem-estar social. No entanto, o desenvolvimento da actividade económica dos EUA acabou por se tornar dependente da demanda externa.

A Europa, ao sair do conflito mundial, sentiu a necessidade de reconstruir a sua economia e passa a adoptar medidas proteccionistas como meio de se reerguer. Na sua tentativa de se reestruturar economicamente, a Europa deixa a sua condição de cliente dos EUA e passa a reaver a

<sup>139</sup> Apud **BEVERIDGE**, Albert J. “Discurso do Middlesex Club de Boston”, 1898. In **FREITAS**, Gustavo de. 900 *Textos e Documentos de História*, Plátano, Volume III, Lisboa, s/d, pp. 191-192.

<sup>140</sup> Cfr. **POLIANSKI**, F. Y. *Op. Cit.*, nota 113, p. 69.

<sup>141</sup> Idem.

sua actividade económica interna que, por sua vez, visava recuperar a sua situação económica para o nível anterior ao do período de guerra<sup>142</sup>.

Tendo a economia estadunidense crescido com base no comércio externo, nomeadamente no abastecimento do continente europeu, a retracção deste aos seus produtos fez com que os EUA sofressem uma crise de superprodução, potenciada pela inexistência de mercados para os seus produtos. O resultado dessa inversão económica foi a falência generalizada das indústrias estadunidenses, já que estas não encontravam mercados para a sua venda. Assim surgiu a crise de 1929<sup>143</sup>.

A depressão económica dos EUA, desencadeada em 1929, acabou por levar à desconstrução dos ganhos financeiros e do bem-estar social dos estadunidenses no período de confronto bélico entre as potências europeias. Em linhas gerais, como nos elucida Pazzinato, desenvolveu-se um ciclo vicioso de recessão da actividade económica estadunidense: “queda de exportação, superprodução, menor lucro, diminuição da produção, desemprego, baixa no consumo interno, menores investimentos, mais desemprego, maior queda de consumo e assim sucessivamente”<sup>144</sup>.

Para além dos problemas internos da recessão económica estadunidense, os seus efeitos também foram sentidos de forma rápida nas economias latino-americanas, mercados estes que eram dependentes da exportação de matérias-primas para a produção industrial nos EUA. Também nesses países, em especial no Brasil e na Argentina, a crise de superprodução estadunidense atingiu as suas economias que, pelos mesmos motivos, não encontravam mercados consumidores para as suas exportações.

Colossais foram os efeitos políticos desse contágio sistémico da crise financeira estadunidense na América Latina. Em 1930, através da revolução armada, o Brasil inicia o seu processo de industrialização da economia através da deposição das elites agrárias do poder, passando a procurar, desde então, romper os seus laços de dependência com os EUA. Em relação a estes factores de recessão económica, o processo de melhoria só evoluiu de forma progressiva com a eleição de Franklin Delano Roosevelt, trigésimo segundo presidente estadunidense (1933-1945).

Contrariando os preceitos liberais do *laissez-faire*, Franklin Roosevelt elabora o seu plano de acção estatal na economia com a finalidade de reverter o quadro de recessão nos EUA. No governo de Roosevelt, auxiliado pela sua equipa de conselheiros económicos de inspiração keynesiana<sup>145</sup>, o

---

<sup>142</sup> Cfr. **COLM**, Gerhad. *Op. Cit.*, **nota 100**, pp. 181-182.

<sup>143</sup> Cfr. **POLIANSKI**, F. Y. *Op. Cit.*, **nota 113**, pp. 72-73.

<sup>144</sup> Cfr. **PAZZINATO**, Alceu Luiz & **SENISE**, Maria Helena V. *Op. Cit.*, **nota 73**, p. 245.

<sup>145</sup> “Enquanto os economistas ortodoxos atribuíam o desemprego às exigências salariais dos trabalhadores, Keynes provou que, ao contrário, tais exigências contribuíam para o pleno emprego: salários baixos acarretam insuficiência de poder de aquisitivo, o que conduz à contracção da demanda e, conseqüentemente, à baixa de

Estado passa a intervir na economia bem como a coordenar a acção do capital privado para os grandes investimentos públicos. Essas acções de intervenção estatal na economia, defendidas por Roosevelt, tinham como objectivo reverter o ciclo vicioso da recessão económica nos EUA.

Ao contrário do liberalismo clássico – o qual defendia o salário de subsistência como meio necessário para estabelecer o equilíbrio das condições sociais (conforme o capítulo primeiro deste trabalho procura explicar, esclarecer, clarificar) – a defesa dos altos salários e a distribuição de rendimento contribuíam de forma decisiva para o aumento do consumo. Segundo Keynes, “ainda que outros factores possam variar, o rendimento global medido em unidade de salário é, em regra geral, a variável principal da qual depende o elemento consumo da função da procura global<sup>146</sup>. Na lógica keynesiana, tais medidas acarretariam forçosamente a ampliação da actividade económica que, por sua vez, necessitaria de mais trabalhadores para atender às necessidades. Ou seja, o ciclo vicioso da retracção económica seria substituído pelo ciclo vicioso do crescimento económico baseado no consumo, por intermédio da intervenção do Estado<sup>147</sup>.

Essas medidas anti-cíclicas foram aos poucos reestruturando a economia estadunidense que, diferentemente do primeiro período de apogeu do *american way of life* (década de 20), passaria a assentar, agora, em bases económicas sólidas como os ganhos salariais associados ao desenvolvimento do mercado interno (consumo) e a exportação com base no excedente produtivo. Porém, a reestruturação completa da economia estadunidense somente veio a verificar-se com o segundo ciclo armamentista europeu, ou seja: com os preparativos bélicos das potências para um segundo confronto militar (1937-1945). É nesse contexto que os EUA reactivam a sua indústria armamentista, exportando material bélico para as potências europeias e pondo fim, em definitivo, ao desemprego crónico, alcançando o seu *status* socioeconómico do período pré-crise<sup>148</sup>.

Roosevelt, por questões de saúde, não viu o término da guerra e a consequente vitória dos EUA no conflito mundial. Ele foi sucedido pelo seu Vice-Presidente Harry Truman (1945-1953) que deu continuidade à sua política económica, apesar de apostar num acentuado teor intervencionista

---

*preços, superprodução e desemprego. Mostrou que a solução para o desemprego só pode ser obtida por intervenção estatal, desencorajando o entesouramento, em proveito das despesas produtivas. Para isso, o Estado deve reduzir a taxa do lucro; incrementar os investimentos públicos; estimular o consumo por meio da redistribuição da renda em benefício das classes menos favorecidas, e encorajar a exportação”.* **ENCICLOPÉDIA**

**Mirador Internacional**, Encyclopédia Britannica do Brasil, Volume XII, São Paulo, 1979, p. 6611.

<sup>146</sup> **KEYNES**, J. M. *The general theory of employment interest and money*, Macmillan, London, 1936. Para uma visão complementar da Teoria Geral de Keynes, Cfr. **PERROUX**, François. *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, pp. 108-114.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Cfr. **SCHOELL**, Frank L. *Op. Cit.*, nota 129, pp. 199-203.

nos assuntos de política externa ao romper em definitivo a política do isolacionismo estadunidense, conforme nos elucidava Sousa Lara em seu livro *A Subversão do Estado*<sup>149</sup>.

Essa mudança no comportamento político dos EUA nos assuntos de política externa fez com que, após o final da guerra, o ex-chanceler inglês Winston Churchill alertasse para a construção de uma Cortina de Ferro na Europa e o avanço do “perigo vermelho”, contribuindo para que os EUA assumissem o posto de defensor máximo da democracia liberal no Ocidente<sup>150</sup>.

A defesa da democracia liberal, como valor ocidental, era feita em oposição ao totalitarismo soviético que avançava sobre os Estados europeus<sup>151</sup>. Fora com base nessa premissa que, com o objectivo de travar o avanço soviético em direcção aos demais países, que os EUA lançam o Plano Marshall. Nas palavras de Sousa Lara, este plano “visava injectar biliões de dólares na reconstrução e relançamento das economias europeias destruídas e desactualizadas, como meio de obviar o alargamento do mundo comunista”<sup>152</sup>.

Nesse sentido, com a ajuda financeira às economias europeias e o enfrentamento político e ideológico – e por vezes militar, como na guerra do Vietname e das Correias – de dois sistemas distintos, os valores e princípios do *american way of life* foram adoptados pelos países pertencentes ao bloco capitalista como o seu modelo de referência e padrão de sociedade, em oposição à planificação social soviética. Ou seja, no segundo momento, o *american way of life* passa a tornar-se uma bandeira ideológica contra o “estilo vida” dos soviéticos, construindo uma verdadeira cultura do consumo como sinónimo de liberdade, democracia e igualitarismo<sup>153</sup>.

---

<sup>149</sup> Para melhor compreensão das bases teóricas do isolacionismo estadunidense, Cfr. **LARA**, António Sousa. *Op. Cit.*, nota 9, pp. 298-299.

<sup>150</sup> “O primeiro alarme verdadeiro deu-o Churchill no discurso que proferiu, em Março de 1946, em Fulton (Missuri) : “De Stettin, à beira do Báltico, a Trieste, à beira do Adriático, há uma cortina de ferro descida sobre o continente (...) O que a Rússia quer é a expansão indefinida do seu poder e das suas doutrinas”. **SCHOELL**, Frank L. *Op. Cit.*, nota 129, p. 211.

<sup>151</sup> “Estaline não podia deixar de rejeitar essas condições. Não apenas porque teria sido obrigado a revelar a assustadora exaustão da União Soviética e a terrível lacuna em sua mão-de-obra, mas primeiramente porque temia a penetração económica norte-americana na Europa Oriental (e até mesmo em seu próprio país), que poderia impulsionar todas as forças anticomunistas locais a fomentar a contra-revolução. (...) O facto de o governo americano lançar seu poderio económico em apoio de sua campanha anticomunista era muito mais importante que seus actos de intervenção militar”. **BARROS**, Edgard Luiz de. *A Guerra Fria*, Atual, São Paulo, 1988, pp. 28-29.

<sup>152</sup> **LARA**, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, p. 188. Para uma visão complementar, Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. *Op. Cit.*, nota 12.

<sup>153</sup> Cfr. **ASSADOURIAN**, Erik. *Estado Mundo*, Editora UMA, Salvador, 2010, p. 129.

Como facilmente nos podemos aperceber, os princípios keynesianos de estímulo ao consumo e intervenção do Estado na economia vieram a calhar com a construção ideológica do *american way of life*. Neste sentido, o estilo de vida americano passa a ser exportado para todos os países pertencentes ao bloco capitalista. O principal objectivo de tornar o *american way of life* um padrão de vida universal era (pelo menos formalmente) conter a influência e o avanço do comunismo na vida política interna dos países capitalistas. Ou seja, garantir o bem-estar social às populações pertencentes ao bloco capitalista era, acima de tudo, assegurar que estas não se deixassem seduzir pelas propostas socialistas de melhoria e qualidade de vida numa sociedade sem classes.

Foi neste intuito que, juntamente com o Plano Marshall, Harry Truman lança o *Fair Deal*. Apesar do último plano económico (*New Deal*) apresentar propostas com vistas ao desenvolvimento económico dos EUA, o *Fair Deal* foi mais objectivo e incisivo em eliminar os problemas internos de desemprego, o deficit habitacional, o alargamento do acesso à saúde, educação, segurança previdenciária, seguro desemprego, liberdade sindical, aumento e instituição do salário mínimo por força da lei, etc<sup>154</sup>. Por outras palavras, o *Fair Deal* constituía a institucionalização *Lato Sensu* do Estado Social estadunidense.

É a partir da disputa entre o capitalismo e o socialismo pela hegemonia global que o Estado Liberal, outrora reinante, passa a ser substituído progressivamente pelo Estado Social. Nos Estados Unidos, a sua construção teve início com Franklin Roosevelt, através da intervenção do Estado na economia (*New Deal*), e sintetizado por Harry Truman, através do *Fair Deal*, substanciado pela promulgação da Lei do Emprego de 1946. Através desta lei, estaria resguardada a legitimação do Estado em intervir na economia “pela promoção de uma política que visava fomentar o máximo emprego, a máxima produção e o máximo poder de compra (*american way of life*)<sup>155</sup>”, segundo nos revela Gerhard Colm. Isto é, “a lei estatui, especificamente, que o governo federal empregará todos os meios práticos consistentes com as suas necessidades e objectivos e outras considerações essenciais de política nacional para atingir a finalidade da Lei<sup>156</sup>.”

Em linhas gerais, o *american way of life* é a consolidação de um processo histórico através do qual os Estados Unidos, inicialmente pelo “Destino Manifesto”, conseguem transcender a sua política imperialista para além dos limites geográficos do continente americano.

Neste contexto, inicialmente, o Destino Manifesto simbolizava a expansão territorial estadunidense entre as duas faixas oceânicas (Pacífico - Atlântico), tendo-se, posteriormente,

---

<sup>154</sup> **SOCIAL SECURITY ADMINISTRATION**, “History – Special Collections Chronology”, in <http://www.ssa.gov/history/1940.html> & <http://www.ssa.gov/history/1950.html> no dia 30 de Maio de 2011, 15:00.

<sup>155</sup> **COLM**, Gerhad. *Op. Cit.*, nota 100, p. 138.

<sup>156</sup> *Idem*.

estendido para todo o continente americano. Resguardando os mercados e a exploração de matérias-primas de toda a América Latina para si, os EUA garantiam o abastecimento das suas indústrias, bem como o desenvolvimento da actividade industrial face aos seus concorrentes europeus. Porém, com o término das duas grandes guerras mundiais e a crescente ameaça do comunismo soviético, o Destino Manifesto passa então a simbolizar a defesa mundial do livre mercado e da democracia, tornando então o *american way of life* a ter múltiplas funções (teórico-práticas) como instrumentos de política externa, directrizes de política económica (keynesianismo), bem-estar social, entre outros.

Sendo o estilo ou modo de vida americano fundamentado no consumismo, este, ao ser aplicado aos demais países não-alinhados com Moscovo, passa a suscitar a atenção dos ambientalistas quanto à sua viabilidade enquanto estilo de vida no longo prazo.

Uma vez que os recursos naturais são finitos, é previsível que em algum momento a corrida por esses recursos volte, mais uma vez, a fazer parte das prioridades governamentais, tal como sucedeu quando impulsionaram o colonialismo mercantilista ou a partilha da África na Conferência de Berlim de 1884-1885, já que o crescimento económico mundial (neste momento histórico e o actual) é pautado pelo crescimento do consumo.

**CAPÍTULO III**

**DA TRANSFORMAÇÃO DE UM PROBLEMA AMBIENTAL NUMA QUESTÃO POLÍTICA.**

**III.1. O Início do Alerta**

**III.2. A Crise do Modelo Consumista de Desenvolvimento**

## CAPÍTULO III

### ***DA TRANSFORMAÇÃO DE UM PROBLEMA AMBIENTAL NUMA QUESTÃO POLÍTICA.***

Há bem poucos anos, as questões relacionadas com a sustentabilidade global da exploração dos recursos naturais e das suas consequências para o meio ambiente não eram consideradas relevantes pelos Estados, nem sequer eram vistas como elementos capazes de condicionar uma linha estratégica orientadora das agendas políticas governamentais. Assim, podemos considerar que, até ao início da década de 1970, a tomada de consciência por parte dos governantes quanto às questões ambientais parecia ser algo distante, constituindo matéria incapaz de vir a ser incluída na agenda prevista para as negociações ou, de vir a ser considerado como passível de produzir reflexos nas políticas dos Estados<sup>157</sup>.

A década de 1970 foi um período marcado pela crise internacional do petróleo, fase conhecida como o “início do fim” da Guerra Fria. O desmatamento abrupto das florestas, provocado pela expansão das fronteiras agrícolas e pelos primeiros sinais de que o planeta estava a reduzir drasticamente a sua capacidade de se regenerar perante os grandes avanços no domínio tecnológico, teve consequências drásticas ao nível ambiental. Tais consequências para o meio ambiente foram tanto causadas pelo modelo de crescimento económico capitalista (inspirado no *american way of life*) quanto pelo socialismo soviético. Ambos os modelos (capitalismo & socialismo), independentemente das suas propostas ou tipo de sociedade que defendiam, encaravam os recursos naturais como meios para o abastecimento das suas indústrias e para o crescimento das suas actividades agrícolas<sup>158</sup>.

Apesar de conceber a acção do Estado dentro dos seus limites territoriais como um exercício da sua soberania, a questão ambiental traz-nos um elemento novo capaz de questionar essa autoridade máxima do Estado. Segundo Bresser Pereira, “o Estado é a instituição soberana – é o poder que não reconhece poder acima dele – garantida pela ordem jurídica e pela organização

---

<sup>157</sup> Cfr. PISSARRA, Carolina da Silva. *Op. Cit.*, nota 30.

<sup>158</sup> Cfr. PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. *História e Vida: Da Idade Moderna à actualidade*, Editora Ática, São Paulo, 1997., pp. 211-213.

social”<sup>159</sup>. No entanto, ao introduzir a noção de que os impactos ambientais, sejam eles de carácter nacional ou local têm consequências globais, a questão da soberania nacional dos Estados em relação com o meio ambiente passa então a ser alvo de contestação.

Por meio desses factores, as preocupações quanto aos limites do crescimento económico global, bem como a responsabilidade dos Estados sobre esses assuntos tornaram-se questões de primeira ordem junto à comunidade internacional, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU).

### **III.1. O Início do Alerta**

Josué de Castro, ao lançar a sua mais solene obra *Geografia da Fome* em 1946, traz ao mundo académico questões relativas ao desenvolvimento humano, subdesenvolvimento e meio ambiente, num mundo em que essas questões ainda eram uma grande novidade. Foi um dos (primeiros) responsáveis a diferenciar o crescimento económico do desenvolvimento económico, numa perspectiva em que este último é concebido através do crescimento económico com consequências sociais ou seja, o desenvolvimento económico é o crescimento da economia acompanhada de melhoria na qualidade de vida e bem-estar das pessoas, por isso a sua preocupação (Josué de Castro) com as questões do subdesenvolvimento e da fome<sup>160</sup>. Ao apontar as estruturas económicas como causa do subdesenvolvimento e da fome, Josué de Castro inicia um longo debate, sem o ter feito de forma propositada, a respeito das correcções económicas necessárias para garantir um desenvolvimento humano equilibrado, não só no Brasil mas em todos os países do mundo<sup>161</sup>.

Já em 1968, o industrial e académico italiano Aurelio Peccei, juntamente com o cientista escocês Alexander King, ambos críticos do pensamento de curto prazo que dominava as reflexões sobre economia e diplomacia da época<sup>162</sup>, resolvem fundar uma sociedade internacional denominada

---

<sup>159</sup> **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *A Construção Política do Estado*, 2010, p. 01. in [http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-Constru%C3%A7%C3%A3o\\_Politica\\_do-Estado.LuaNova.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-Constru%C3%A7%C3%A3o_Politica_do-Estado.LuaNova.pdf), consultado no dia 08 de Maio de 2011, 02:45.

<sup>160</sup> **JOSUÉ DE CASTRO**, “Vida e Obra”, in <http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>, consultado no dia 05 de Junho de 2011, 13:00. Vide também **CASTRO**, Josué de. *Geografia da Fome*, Brasília Editora, Porto, 1975, pp. 347-350.

<sup>161</sup> Idem, pp. 350-351.

<sup>162</sup> Para uma melhor compreensão do condicionalismo das decisões políticas, Cfr. **BESSA**, António Marques. *Op. Cit.*, nota 05, p. 126.

Clube de Roma<sup>163</sup>, composta por intelectuais de diversas áreas do conhecimento. A sociedade tinha como objectivo central debater questões sobre o ritmo do consumo dos recursos naturais, nomeadamente no que se refere à escala global da sua evolução e, sobretudo, das consequências daí resultantes no longo prazo<sup>164</sup>.

Não tardou muito para que diversos intelectuais se juntassem ao grupo, e logo em 1972, o Clube se projectou internacionalmente com o seu primeiro relatório: Os Limite do Crescimento, elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT)<sup>165</sup>. Recorrendo a sistemas de computação, o MIT seleccionou algumas variáveis que, equacionadas com o ritmo mundial de consumo e as reservas disponíveis no Planeta, determinaria as datas estimadas para o fim de cada recurso natural bem como o potencial colapso total do planeta Terra, caso nada fosse feito.

As variáveis equacionadas pelo estudo foram<sup>166</sup>:

- Ritmo de crescimento populacional;
- Produção alimentar;
- Poluição ambiental de resíduos sólidos e pelos gases do efeito estufa (GEE);
- Crescimento da economia mundial;
- Recursos naturais não renováveis; e
- Crescimento do consumo de energia.

---

<sup>163</sup> Para saber mais detalhes sobre a história do grupo, seus membros e reuniões anuais, veja-se: **THE CLUB OF ROME**, “Home”, in <http://www.clubofrome.org/eng/home/>, consultado no dia 26 de Junho de 2010, 08:00.

<sup>164</sup> **THE CLUB OF ROME**, “The Story of the Club of Rome”, in [www.clubofrome.org/eng/about/4/](http://www.clubofrome.org/eng/about/4/), consultado no dia 27 de Julho de 2010, 07:46.

<sup>165</sup> Massachusetts Institute of Technology, (MIT) contratado pelo Clube de Roma para analisar os limites do crescimento económico, tendo como vectores os recursos naturais (não renováveis), o crescimento da população mundial, as pressões pela ampliação da produção de alimentos, os níveis de poluição e os efeitos das mudanças climáticas. Idem, 09:45.

<sup>166</sup> **MEADOWS**, H. Donella, *Limites do Crescimento*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1978, p. 23.

Em linhas gerais, o estudo propôs o crescimento económico zero para as economias de todo o mundo como a única solução capaz de evitar uma futura crise global de escassez de recursos naturais essenciais ao funcionamento da actividade económica industrial. No entanto, ao propor a paralisação do crescimento económico à escala mundial, esse estudo iria suscitar uma oposição maciça por parte dos países em desenvolvimento.

Neste contexto, após as conclusões do relatório do Clube de Roma de 1972, o movimento ambientalista passou a dispor de dados e meios científicos para pressionar os Governos na tentativa de introduzir nas suas agendas as reformas necessárias à preservação do meio ambiente, bem como a implementação de mecanismos que visassem a diminuição da emissão dos gases poluentes e a excessiva exploração de recursos naturais pelas indústrias de transformação que, por sua vez, era pressionada pelo alto padrão de consumo das famílias.

Conjunturalmente, foi também na década de 1970 que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) começou a dar os seus primeiros sinais de declínio, primeiramente com o seu dispendioso programa espacial, o qual foi derrotado pelos EUA em 1969 com a chegada do Homem à Lua e pelos seguidos conflitos de expansão sistémico contra os EUA (Vietname, Coreia e Afeganistão).

Sob a égide da bipolarização do mundo entre os blocos socialista e capitalista ou Democracias Ocidentais, as reformas económicas que visavam o crescimento económico com responsabilidade ambiental acarretariam grandes impactos financeiros nas contas públicas dos Estados pertencentes ao bloco capitalista. Como fruto da oposição entre os dois blocos, o Estado Social (propaganda utilizada pelas democracias ocidentais ante o Estado Socialista) já reunia as condições financeiras para o seu financiamento, impedindo (ou desencorajando) que o mesmo pudesse vir a ser reformado para se adequar às questões de sustentabilidade económica. Tais reformas poderiam representar a diminuição ou eliminação das despesas do *Welfare State*, o que poderia provocar insatisfação por parte das suas populações com a perda dos seus direitos sociais adquiridos, contribuindo, assim, para uma possível “sedução” (dessas populações) ao Estado Socialista.

Apesar dos factores conjunturais de natureza política e económica, as pressões da comunidade internacional em relação à causa ambiental não paravam de crescer. Em Fevereiro de 1970 o presidente francês Georges Pompidou, numa visita aos EUA, declarou: “É necessário criar e expandir uma espécie de moral ambiental que se imponha ao Estado, às colectividades, aos indivíduos, o respeito a algumas regras fundamentais sem as quais o mundo se tornaria irrespirável<sup>167</sup>” e, apenas dois anos após esta declaração, a 16 de Junho de 1972, a ONU realizou, em Estocolmo, a Convenção das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano ou a Primeira Cimeira da Terra, ou simplesmente Estocolmo 72.

---

<sup>167</sup> PRIEUR M. *Droit de l'Environnement*, Précis Dalloz, Paris, 1991, p. 25.

a) A Estocolmo 72

Nessa convenção, realizada pela ONU na capital da Suécia, foram debatidos os efeitos da acção do homem sobre o meio ambiente, e por isso claramente marcada por uma perspectiva antropogénica do mundo. Neste sentido, considerou-se que as alterações climáticas são ocasionadas pela acção do homem, ao contrário da perspectiva que relaciona a crise ambiental a um fenómeno da acção da própria natureza. O homem passou, nesta perspectiva, a ser o centro de toda a actividade que acarreta as mudanças no clima, e no seio da qual passou a exploração exaustiva dos recursos naturais para o consumo.

No que tange à discussão entre países industrializados e países em desenvolvimento, a Conferência foi marcada pela resistência dos segundos face às necessidades de adoptarem medidas recíprocas de mitigação dos efeitos da degradação ambiental, por considerarem que os grandes responsáveis pela crise ambiental eram os primeiros.

Reconhecendo que a crise ambiental que afecta o mundo é de origem antropogénica, é de considerar que esta crise teve seu início com a Revolução Industrial no século XVIII, que permitiu o desenvolvimento dos países hoje conhecidos como desenvolvidos<sup>168</sup>. Neste sentido, a posição dos países pioneiros no processo de desenvolvimento económico industrial tornava-se contraditória ao transporem responsabilidades para os países subdesenvolvidos quanto às acções mitigadoras no plano global.

Assim, o antagonismo entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos passou a traduzir-se na defesa da ideia de os primeiros coordenarem as acções mitigadoras através de uma acção uniforme entre todos os Estados. Nesta perspectiva, todos os Estados teriam responsabilidades iguais relativamente às acções mitigadoras das alterações climáticas. No respeitante aos segundos, o seu argumento baseava-se na distribuição equitativa das responsabilidades mitigadoras de acordo com o contributo de cada um para a origem do problema.

Quanto aos países subdesenvolvidos, a defesa da ideia de uma acção mitigadora equitativa baseava-se na sua condição desfavorável face aos do primeiro grupo, tanto economicamente quanto ao nível dos recursos humanos. Deste modo, os países subdesenvolvidos reivindicavam a

---

<sup>168</sup> Cfr. **GOMES**, Marco. *Protocolo de Kyoto: Origem*, PUC Minas, Minas Gerais, 2005, p. 01.

necessidade de se desenvolverem economicamente, assim como fizeram os desenvolvidos, para somente depois assumirem responsabilidades iguais<sup>169</sup>.

Foi assim que nasceu a divergência entre países industrializados e em desenvolvimento sobre a sua parcela de contribuição no combate à degradação ambiental, que, neste âmbito, auferiu conotação política por esta representar desaceleração económica e aumento de custos financeiros para se adequar às novas demandas e tecnologias.

Apesar de a Conferência não ter resolvido os impasses entre as nações e muito menos os problemas ambientais enfrentados pelo mundo na altura, esta preparou e “fertilizou o solo” para a grande “semeadura” que se seguiria nas conferências, relatórios, comissões e encontros ano após ano. Foi nessa Conferência (Estocolmo 72) que pela primeira vez o mundo começou a analisar as consequências das suas acções sobre o meio ambiente, discutindo assuntos como a chuva ácida, a poluição dos rios, mares, lagos, aquíferos, bem como as consequências negativas da intensa exploração dos recursos naturais, e o primordial de todos: o reconhecimento de que as mudanças climáticas são, em ampla medida, causadas pelo Homem. Foi também responsável pela criação dos Ministérios do Ambiente na maior parte dos Estados, bem como órgãos de fiscalização e monitorização das condições de degradação ambiental<sup>170</sup>.

Após este grande avanço, que se traduziu no reconhecimento formal por parte dos Estados sobre a situação climática no Mundo, a ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que se propôs reestruturar propostas capazes de fazer frente aos problemas da degradação ambiental e, por meio das experiências bem sucedidas de mitigação dos problemas ambientais, levar a outros países os seus resultados e as suas práticas.

Como podemos perceber, após Estocolmo 72, as questões ambientais passaram a ser compreendidas cada vez mais numa dimensão económica do que propriamente como uma questão ética ou social. Apesar de as discussões na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento convergirem mais para os esforços económicos que os países deveriam desenvolver para evitar catástrofes climáticas ou o compromisso da actividade económica, foi por meio do seu relatório final de 1987 intitulado O Nosso Futuro Comum, ou como é mais conhecido como Relatório Brundtland (em homenagem à Primeira-ministra Sueca Gro Harlem Brundtland que presidiu ao grupo de estudo da Comissão) que a questão ética foi reconduzida à lista de discussões sobre as mudanças climáticas, trazendo à tona o grande trunfo do seu relatório: a elaboração e definição da ideia de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>169</sup> ECCLESIA, “Principais Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente e Documentos Resultantes”, in [http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe\\_e\\_meio\\_ambiente/principais\\_conferencias\\_internacionais\\_sobre\\_o\\_meio\\_ambiente\\_e\\_documentos\\_resultantes.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html), consultado no dia 27 de Julho de 2010, 09:00.

<sup>170</sup> Cfr. PISSARRA, Carolina da Silva. *Op. Cit.*, nota 30, p. 30.

Segundo Brundtland, o desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”<sup>171</sup>.

Foi com este Relatório que as questões sobre a protecção ambiental foram integradas nas políticas de desenvolvimento económico, levando em consideração variantes como a protecção dos ecossistemas e da biodiversidade, planeamento urbano e ambiental das cidades, planeamento familiar ou controle do crescimento populacional ao que se aliam a capacidade de produção alimentar, desenvolvimento de energias limpas e renováveis em substituição das energias poluentes e o fomentar a iniciação da industrialização dos países em desenvolvimento já com tecnologias limpas e renováveis.

Ao analisar as directrizes definidas por Brundtland, podemos identificar claramente a influência do Relatório do Clube de Roma na condução dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU ao longo dos anos 1980. A perspectiva do primeiro dos Relatórios referidos pode ser vista como uma defesa do crescimento económico para todos, tornando assim possível o equilíbrio entre as posições antagónicas dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos suscitados pela Estocolmo 72.

Neste sentido, o equilíbrio proposto pelo Relatório Brundtland consistia na proposta de um novo conceito de desenvolvimento económico mundial, que se sintetizava como “uma correcção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e mais equitativo para todos (...) um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades actuais e futuras”<sup>172</sup>.

#### b) O Protocolo de Montreal

Após a grande repercussão do Relatório Brundtland, no mesmo ano da publicação desse relatório (1987), no Canadá, com a presença inicial de 40 países, foi elaborado o Protocolo de

---

<sup>171</sup> BRUNDTLAND, G. Harlem, *Op. Cit.*, nota 1, p. 375.

<sup>172</sup> SENE, Eustáquio de & MOREIRA, João Carlos. *Geografia – Espaço Geográfico e Globalização*, Scipione, São Paulo, 1998, p. 408.

Montreal, Tratado internacional que consagrou o objectivo da eliminação total de manufacturas emissoras de gases nocivos para a camada de ozono e sua respectiva troca por outros gases não agressores até ao ano de 1996 para os países desenvolvidos e até 2015 para os países em desenvolvimento<sup>173</sup>.

Ao contrário da Estocolmo 72 e do Relatório Brundtland, o Protocolo de Montreal constituiu-se como o primeiro Tratado internacional sobre o meio ambiente com carácter específico a ser debatido entre as nações e o primeiro a tratar de forma contundente as mudanças tecnológicas necessárias à industrialização (inovação tecnológica). Ao contrário dos demais Acordos e Tratados que apresentam directrizes e temas gerais, no caso de Montreal, o objectivo é estritamente específico, na medida em que trata única e exclusivamente da utilização dos CFCs, dos *halons*, do tetracloro de carbono e do metilclorofórmio na produção de manufacturas, definindo uma meta de redução de 50% na utilização de CFCs até ao ano de 1999<sup>174</sup>.

Apesar de este haver contado inicialmente com o apoio de 40 países, até a sua entrada em vigor – 01 de Janeiro de 1989 – teve a adesão de mais de 151 países ao tratado, e por esse motivo, foi objecto de várias actualizações.

Entre as principais alterações ao Tratado, podemos destacar a obrigatoriedade dos países desenvolvidos eliminarem por completo a produção de manufacturas à base de CFCs, tetracloro de carbono e o metilclorofórmio até 1996, e os *halons* até 1994, quando a versão inicial estabelecia como objectivo a sua redução em 50% até 1999<sup>175</sup>.

No que se refere aos países em desenvolvimento, o que se verificou foi uma flexibilização para a eliminação de CFCs e *halons* até 2010, e até 2015, no caso do metilclorofórmio, ao passo que inicialmente era estabelecida a sua redução na faixa de 50% até 1999<sup>176</sup>.

Por meio dessa dicotomia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o comércio mundial de manufacturas à base de gases agressores e não agressores para a camada de ozono tornou-se muito lucrativo. Em primeiro lugar, os países desenvolvidos não ficaram impedidos de fabricar manufacturas à base de gases nocivos, desde que o fizessem com a finalidade de exportar para os países em desenvolvimento, que tinham permissão para usufruí-los. Depois, grande parte dos países em desenvolvimento possuíam dependências tecnológicas para com os desenvolvidos e, para cumprir com as suas metas, precisavam importar manufacturas ecologicamente adequadas a partir dos primeiros.

---

<sup>173</sup> CARMO, Hermano (Coord.), *Problemas Sociais Contemporâneos*, Universidade Aberta, Lisboa, 2001, p. 93.

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>176</sup> *Ibidem*.

Apesar dessa dicotomia, não foi difícil concluir que os países teriam que se adaptar às novas exigências e eliminar as suas manufacturas à base de gases nocivos para a camada de ozono, adoptando novas tecnologias de carácter ecologicamente correcto e alterando – mesmo de forma tímida – as suas matrizes energéticas e o seu parque industrial, contribuindo assim para o progresso técnico em todo o Mundo.

A enorme adesão por parte dos países signatários ao Tratado de Montreal mereceu o comentário de Kofi Annan, que afirmou: “Talvez seja o mais bem sucedido acordo internacional de todos os tempos<sup>177</sup>...” Proféticas ou não, as palavras de Kofi Annan tiveram impacto no ano de 2010, quando Eric Camara publicou um artigo no BBC Brasil intitulado “Montreal, o Kyoto que deu certo”, atestando que se verificou uma redução de 97% do potencial de destruição da camada de ozono<sup>178</sup>. Parece ter-se confirmado, assim, a ideia de o Protocolo de Montreal ter sido o Acordo internacional mais bem-sucedido de todos os tempos.

Nele tendo encontrado um plano de acção para responder à rarefacção da camada de ozono, tornou-se inevitável uma nova convenção mundial, sendo que, nesse caso, o alvo seriam os gases responsáveis pela produção do chamado efeito de estufa.

### c) Segunda Cimeira da Terra ou Rio 92

Passados cinco anos desde o Protocolo de Montreal, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou ECO 92, também designada por Segunda Cimeira da Terra, mais conhecida como RIO 92.

Não por coincidência, esta cimeira foi realizada 20 anos após a conferência Estocolmo 72, com a missão de promover uma actualização dos dados ambientais, bem como de traçar metas de curto e longo prazo para todas as nações no respeitante ao combate às alterações climáticas e à preservação do meio ambiente.

Diferentemente do encontro de Estocolmo, o do Rio contou com a presença maciça de chefes de Estado, fruto da grande repercussão que o tema ganhara no plano global durante as décadas de 1970 e 1980, bem como os seus fundamentos científicos cada vez mais significativos no meio

---

<sup>177</sup> WIKIPEDIA, “Protocolo de Montreal”, in [http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo\\_de\\_Montreal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Montreal), no dia 28 de Agosto de 2010, 17:00.

<sup>178</sup> BBC BRASIL, “De Kyoto a Montreal, via Cancún” in [http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/planeta\\_clima/2010/09/de\\_kyoto\\_a\\_montreal\\_via\\_cancun.shtml](http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/planeta_clima/2010/09/de_kyoto_a_montreal_via_cancun.shtml), consultado no dia 22 de Setembro de 2010, 18:20.

académico. Isto contribuiu para alertar o mundo para um possível colapso económico, ressaltando o imperativo da protecção ambiental.

Relativamente à Cimeira do Rio de Janeiro de 1992, resultaram as convenções que mais contribuíram para o aperfeiçoamento do conceito e emergência do Desenvolvimento Sustentável:

- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>179</sup>;
- Carta da Terra<sup>180</sup>;
- Convenção da Biodiversidade<sup>181</sup>;
- Agenda 21<sup>182</sup>;
- Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima<sup>183</sup>; e
- Protocolo de Quioto<sup>184</sup> (COP-3).

---

<sup>179</sup> DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, “Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, in <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20RJ%20sobre%20meio%20ambiente%20e%20desenvolvimento%20-%201992%20-%20OK.pdf>, consultado no dia 11 de Junho de 2010, 21:00.

<sup>180</sup> MMA (Ministério do Meio Ambiente do Brasil), “Carta da Terra”, in [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf), consultado no dia 11 de Junho de 2010, 23:20.

<sup>181</sup> Convenção da qual “... os países envolvidos se comprometeram a realizar um inventário sobre as espécies existentes nos seus territórios ... a ter a possibilidade de patentear os seus recursos genéticos”. CARMO, Hermano (Coord.), *Op. Cit.*, nota 173, p. 99. Ver, ainda, MMA (Ministério do Meio Ambiente do Brasil), “Convenção da Biodiversidade”, in [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/arquivos/cdbport\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf), consultado no dia 11 de Junho de 2010, 18:38.

<sup>182</sup> ONU (Organização das Nações Unidas), “Agenda 21”, in <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado no dia 12 de Junho de 2010, 17:40.

<sup>183</sup> A Convenção supra-referida foi celebrada no ano de 1994, com a missão de estabilizar a concentração dos gases responsáveis pelo efeito estufa na atmosfera em um patamar que evite o desequilíbrio do clima global. MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima”, in [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0012/12408.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12408.pdf), consultado no dia 13 de Junho de 2010, 19:15.

É após a RIO 92 que o conceito de Desenvolvimento Sustentável assume, de forma irreversível, uma influência tanto ao nível nacional-regional quanto internacional. Apesar de este ser um conceito construído ao longo de vinte anos, só a partir de 1992 que esse passa a contar com o apoio da maioria dos países do globo, além de afirmar a participação activa da sociedade nos debates governamentais (quanto às questões do meio ambiente), das Organizações Não-governamentais (ONG) e da própria agenda política dos partidos políticos.

O diferencial da RIO 92, em relação às outras convenções, é que nesta são elaborados os mecanismos de estratégia e acção política dos Estados relativo à solução do problema. É a partir desta convenção que diversos sectores da sociedade passam a interagir, juntamente com os Governos, na busca por soluções quanto à sustentabilidade económica e ambiental que das suas gerações futuras, quer das suas economias.

A veracidade destes factos pode ser constatadas no documento da Agenda 21, logo no seu preâmbulo, ao afirmar que “a Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objectivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflecte um consenso mundial em um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais também são convidadas a contribuir para o esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento activo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados”<sup>185</sup>.

Desta forma, o Estado é o único instrumento capaz (com o auxílio de outros actores como as ONGs, Sociedade, Governos, Partidos, Comunidade internacional, etc.) de estabelecer o Desenvolvimento Sustentável através de novas funções e atribuições sociais, ambientais e económicas. Desta forma, torna-se pertinente a afirmação de Norberto Bobbio ao aludir que “a democracia é o governo do poder público em público”<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> **MCT** (Ministério da Ciência e Tecnologia), “Protocolo de Quioto”, in [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0012/12425.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12425.pdf), consultado no dia 13 de Junho de 2010, 20:30.

<sup>185</sup> **Agenda 21, Capítulo 1º - Preâmbulo, item 1.3**, in <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado no dia 12 de Junho de 2010, 17:40.

<sup>186</sup> **BOBBIO**, Norberto. *Il futuro della democrazia*, Torino, Einaudi, 1995, p. 86.

Nesse contexto, “o Estado, deixa, assim, de ser o único actor político com relevância no processo de governação, em detrimento da emergência de actores não estatais que, doravante, passam a desempenhar um papel de relevo neste processo”<sup>187</sup>.

#### c.1) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

A partir da RIO 92, as preocupações com a aplicação das medidas propostas na sequência dos estudos elaborados pelas comissões tornaram-se cada vez mais enfáticos, tendo sido reiterados ao longo das conferências sobre o meio ambiente realizadas à escala global. Este facto foi, sobretudo, influenciado pela aceleração da degradação ambiental e também pelo não cumprimento por parte dos países signatários dos Acordos Internacionais, nomeadamente no que se refere às acções mitigadoras do(s) problema(s).

Tendo verificado a falta de cumprimento por parte dos Estados, a ONU elaborou um documento que apresentou e submeteu aos chefes de Estado contendo o referido objectivo de estabilizar as emissões dos Gases do Efeito Estufa (GEE) e prevendo a sua entrada em vigor em Março de 1994<sup>188</sup>. O referido documento foi denominado: *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), que, segundo Eduardo Viola, é “um dos mais complexos e relevantes regimes internacionais porque implica profundas inter-relações entre economia e ambiente global”<sup>189</sup>.

Com base no princípio de equidade previsto no Artigo 3 do seu Estatuto (CQNUMC), cabe às nações desenvolvidas assumir o compromisso de liderar o combate à mudança do clima, pelo facto

---

<sup>187</sup> FURTADO, Vlademiro. *Governança Multinível e Ajuda Pública ao Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*, Ed. Autor, Policopiado, Lisboa, 2009, p 40. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCSP-UTL].

<sup>188</sup> O Comité Intergovernamental de Negociações para a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (INC/FCCC) “... preparou a redacção da Convenção e adotou-a em 09 de Maio de 1992 na sede das Nações Unidas em Nova York. A Convenção foi aberta a assinatura em Junho de 1992 na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. Foi assinada durante o encontro por Chefes de Estado e outras autoridades de 154 países (e a Comunidade Européia), entrando em vigor em 21 de Março de 1994. Até meados de 1997, 165 países ratificaram ou acederam à Convenção, comprometendo-se, assim, com os termos da Convenção.” MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), “Convenção Sobre Mudança do Clima”, in [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0005/5390.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf). Consultado no dia 04 de Agosto de 2010, 18:20.

<sup>189</sup> VIOLA, Eduardo. *O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, 2002, nº 50, p. 25-46.

de estas terem já alcançado o desenvolvimento económico e social, enquanto os países em fase de industrialização devem ter como prioridade o seu desenvolvimento social e económico.

A defesa deste argumento assenta na tese de que foi com a Revolução Industrial e com a utilização dos combustíveis fósseis, bem como com a excessiva exploração das riquezas naturais, aliadas a um extenso desmatamento florestal para fins agrícolas, que os países desenvolvidos alcançaram os seus níveis de performance económica e social<sup>190</sup>.

Quanto aos países subdesenvolvidos, os mesmos argumentos são utilizados no sentido de beneficiarem de um tratamento diferenciado quanto às obrigações no âmbito da Convenção, sendo que neste caso os argumentos são colocados de forma inversa. Essa tese baseia-se na defesa da ideia de que os países em vias de desenvolvimento, na sua grande maioria, só iniciaram as suas transformações económicas a partir da segunda metade do século XX, justificando assim, um tratamento equitativo. Deste modo, foi estabelecido que o Mundo seria “dividido” entre os países contidos e não contidos no Anexo I do Tratado.

Nesta divisão, todos os países contidos no Anexo I seriam os denominados desenvolvidos, juntamente com as suas respectivas obrigações. Já para todos os não contidos no Anexo I, a prioridade residia no desenvolvimento das suas economias com o auxílio dos primeiros para o cumprimento das obrigações comuns.

Este tratamento, que procurava ser equitativo, causou uma série de atritos e impasses nas negociações internacionais sobre o clima, já que vários países que outrora se constituíam como subdesenvolvidos e atrasados perfilaram-se, nos últimos anos, entre os maiores poluidores ao nível global. É o caso da China, com a sua intensa industrialização e a sua matriz energética à base de carvão e petróleo. É também o caso do Brasil, com a sua devastação florestal para fins agrícolas e extracção mineral.

Para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Tratado, cabe às partes da Convenção (Estados) realizarem e desenvolverem acções e mecanismos de implementação dos objectivos traçados pelo mesmo. Para que tais mecanismos sejam accionados pelas partes, ficou estabelecido no Artigo 7 da CQNUMC a criação da Conferência das Partes, órgão supremo onde são definidas as decisões necessárias para promover as medidas prioritárias identificadas pela Convenção.

---

<sup>190</sup> CARMO, Hermano (Coord.), *Op. Cit.*, nota 173, p. 95.

c.2) Conferência das Partes (COP)

Conforme definido e consagrado pela CQNUMC, a Conferência das Partes (COP) é o braço executivo da mesma, estabelecendo prazos para cumprimento das metas fixadas, bem como medidas coercivas pelo não cumprimento pelas partes dos acordos fixados pelo órgão (COP). A COP reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano para debater e analisar o seu desempenho.

Conforme estabelecido, realizou-se na capital alemã em 1995, (no ano seguinte à entrada em vigor da CQNUMC), a primeira Conferência das Partes (COP-1). A sua principal decisão consistiu em apresentar na COP-3, ou seja, em 1997, um Protocolo através do qual se tornaria oficial o compromisso das nações desenvolvidas relativamente à redução das emissões de GEE. Outro grande mérito da COP-1 foi o desenvolvimento das Actividades Implementadas Conjuntamente (AIC), segundo as quais um país desenvolvido auxiliaria os países em desenvolvimento com vista à implementação de projectos, bem como à transferência de suporte e tecnologia, visando, deste modo, o cumprimento das metas previamente definidas<sup>191</sup>.

Outro passo importante para a efectivação das metas ocorrera na COP-2, realizada em 1996 em Genebra, no seio da qual foi tomada a decisão de que aos países não pertencentes ao Anexo I seria permitido solicitar à Conferência das Partes o apoio financeiro aos seus programas de desenvolvimento com base na redução das emissões por meio dos recursos oriundos do Fundo Global para o Meio Ambiente<sup>192</sup>.

---

<sup>191</sup> **EEA** (European Environment Agency), *Environment in the European Union at the turn of the century*, Copenhagen, Denmark, 1999, p. 446.

<sup>192</sup> “O Fundo Global para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility - GEF*) reúne 180 países em parceria com instituições internacionais, organizações não-governamentais e sector privado, para abordar as questões ambientais globais. O GEF oferece recursos aos países em desenvolvimento e aos países com economias em transição, para projectos relacionados à biodiversidade, mudanças climáticas, águas internacionais, degradação dos solos, camada de ozônio e poluentes orgânicos persistentes. Estes projectos beneficiam o meio ambiente global em níveis locais, nacionais e globais, na busca por meios de vida sustentáveis. Fundado em 1991, o Fundo Global para o Meio Ambiente é hoje o maior financiador de projectos com o objectivo de melhorar o ambiente global. O GEF alocou US \$ 8,8 bilhões, complementados por mais de US \$ 38,7 bilhões em co-financiamento, para mais de 2.400 projectos em mais de 165 países em desenvolvimento e países com economias em transição. O GEF também fez mais de 10.000 pequenas doações directamente a organizações não-governamentais e comunitárias”. **MCT** (Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil), “Fundo Global para o

Neste contexto, a COP-2 teve como foco central das suas preocupações o empenho dos países em desenvolvimento na luta contra as alterações climáticas, já que a maior responsabilidade pelas acções de mitigação pertencia aos países desenvolvidos. Acresce também o facto de os países em desenvolvimento não disporem de recursos, tanto financeiros como tecnológicos, para cumprirem com a sua parcela de contribuição, efectuando assim, com o determinado no item 3 do Artigo 4 do Tratado que trata das obrigações dos países contidos no Anexo I (países desenvolvidos) em prover recursos financeiros aos países não contidos no Anexo I (os países subdesenvolvidos).

Como planeado na COP-1, 1997 foi o ano em que as partes se reuniram em Quioto para a elaboração do Protocolo correspondente e que oficializou o compromisso das nações desenvolvidas em reduzir as suas emissões dos gases responsáveis pelo efeito de estufa.

#### c.2.1) Conferência de Quioto (COP-3)

Na sequência do que anteriormente foi referido, é importante clarificar que o Protocolo de Quioto ficou mundialmente conhecido não pelas suas ambições ou pelo seu legado, mas fundamentalmente pelo impasse produzido entre as nações que teriam que abdicar do seu crescimento económico em nome da sustentabilidade global. No seio desse grupo de países destacam-se os Estados Unidos da América.

De facto, segundo este Protocolo, as metas que os Estados desenvolvidos teriam que alcançar ficaram na ordem de uma redução de 5,2% das emissões tendo 1990 como ano base. No entanto, para países como o Japão (6%), os Estados Unidos (7%) e a União Europeia (8%), os compromissos adoptados foram mais significativos. Porém, no término do ano de 2001, os EUA saíram do acordo, deixando um clima de insegurança quanto à viabilidade do Protocolo. Ausentando-se de compromissos que pudessem limitar o crescimento da sua economia, os EUA viram-se dotados de “permissão” para continuar a poluir. Nesta perspectiva, a economia estadunidense tornar-se-ia mais competitiva em relação aos que teriam que aumentar os custos de produção (vinculados aos compromissos ambientais) distorcendo, assim, o comércio global mediante as suas vantagens comparativas<sup>193</sup>. Desta forma, além de desequilibrar os esforços para a efectivação do Protocolo de Quioto, os EUA reforçam a postura concorrencial ao nível político e económico no mundo encorajando, assim, os países que aderiram ao Protocolo em não se empenharem.

---

Meio Ambiente – GEF”, in <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/750.html> no dia 06 de Setembro de 2010, 20:47.

<sup>193</sup> GOMES, Marco. *Op. Cit.*, nota 168, p. 03.

As metas de redução estipuladas pelo Protocolo deveriam ser atingidas no período que corresponde aos anos de 2008 a 2012, tendo por base o valor das emissões dos anos 90 do século XX, sendo que a sua elaboração ocorreu em Dezembro de 1997, no Japão.

No entanto, e para além do problema com os EUA, a data para que o Protocolo entrasse em vigor estava vinculada à adesão de, no mínimo, 55 países que ao todo somassem 55% das emissões globais de GEE. Ou seja, mesmo que os restantes países entrassem no acordo (o que, de facto, sucedeu), a soma dos gases emitidos por estes não atingiam o mínimo necessário em razão da imensa concentração das actividades industriais (poluentes) nos países desenvolvidos<sup>194</sup>.

Apesar de ter sido acordado que o Protocolo entraria em vigor a partir do ano de 1998, somente em 16 de Fevereiro de 2005 é que este passou então a atingir o quórum necessário de países membros para a sua entrada em vigor, após a ratificação do acordo pela Rússia. No entanto, nessa altura, apenas para termos um termo de comparação: no ano 1990 os cortes de GEE correspondiam uma redução de 5,2% de suas emissões, mas em Fevereiro de 2005 estes índices já não condiziam, de todo, com a realidade (devido ao atraso relativo à possibilidade de o Protocolo exercer poder jurídico sobre os Estados), necessitando assim de uma urgente actualização.

Apesar de o Protocolo de Quioto ter sido elaborado pela COP-3, em 1997, só foi debatida na COP-11, na cidade de Montreal em 2005, no âmbito da agenda de trabalho. Deste modo, o Protocolo de Quioto realizou a primeira COP + Primeira Conferência do Protocolo de Quioto, mais conhecida pela sigla MOP.

A COP-11+MOP-1 coloca em ordem de trabalho já na sua primeira reunião, a agenda e a discussão sobre a segunda fase do Protocolo de Quioto. A sua urgência ficou a dever-se ao facto das directrizes da COP-3 terem sido efectivadas tão tardiamente pelos Estados-membros, o que ocasionou um excesso de pendências quanto às acções mitigadoras que os países designatários deveriam executar para atender às reduções dos GEE. Devido a tais atrasos, actualizados aos níveis de emissões do ano de 2005, tendo como referência o ano de 1990, a redução das emissões passaria abruptamente dos patamares inicialmente estipulados na ordem de 5% para 20% no ano de 2010<sup>195</sup>.

Doravante, é por meio desse debate que ficou acordada a reestruturação da versão do Protocolo de Quioto a ser posta em prática pela COP-18 no ano de 2012, actualizando as necessidades de mitigação e redução dos GEE relativamente às quais a União Europeia já aponta para a necessidade de uma redução na ordem dos 20 a 30% até 2030 e entre 60 e 80% até 2050. Contudo, as divergências entre os países signatários do Protocolo de Quioto já ameaçam o planeta

---

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Ibidem.

com a entrada no ano de 2012 sem um novo acordo que o substitua, tendo como exemplo desse perigo o fracasso das negociações na Conferência de Copenhaga (COP-15).

A COP-15 realizada em Copenhaga, entre os dias 7 e 18 de Dezembro de 2009, serve de exemplo claro para os perigos que o planeta pode enfrentar com a chegada de 2012 sem um acordo plausível que venha a substituir o Protocolo de Quioto. Considerados por muitos como um dos mais importantes encontros bilaterais das últimas décadas, exactamente pelo facto de lhe competir a missão de trazer ao mundo um novo Protocolo Ambiental, a COP-15 frustrou a comunidade internacional que, “na prática, em vez de avançar, obstruiu o processo. Até hoje, ninguém sabe bem como incluí-lo na Convenção da ONU para a Mudança Climática”<sup>196</sup>.

Em suma, podemos afirmar que, tendo como base os consecutivos fracassos das convenções internacionais quanto à implementação de um consenso económico mundial assente sobre as bases do desenvolvimento sustentável, o modelo de desenvolvimento económico de inspiração imediatista, de curto prazo é ainda utilizado em larga escala global pelos Estados – mesmo significando sacrificar objectivos de médio e ou longo prazo.

### ***III.2. A Crise do Modelo Consumista de Desenvolvimento***

A população mundial, segundo Nelson Piletti, “levou 1 milhão de anos para atingir o primeiro bilhão de habitantes; 120 anos para completar o segundo bilhão; 32 anos para chegar ao terceiro; e 15 anos apenas para completar e superar o quarto bilhão”<sup>197</sup>. Apesar de essa escalada do crescimento demográfico ter ocorrido de forma vertiginosa ao longo da história da humanidade, foi a partir do século XX e, mais especificamente, após a Segunda Guerra Mundial que este crescimento ganhou proporções alarmantes. No final da Segunda Grande Guerra, a população mundial girava em torno dos 2,5 bilhões de habitantes (em 1950) e esta mais que duplicou no ano de 1995, chegando aos 5,7 bilhões. Pela proporção do crescimento da população mundial, este fenómeno recebeu a designação de explosão demográfica<sup>198</sup>.

---

<sup>196</sup> **BBC** **BRASIL**, “COP-15”, in [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091215\\_cop15negocia\\_ebc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091215_cop15negocia_ebc.shtml), consultado no dia 04 de Outubro de 2010, 20:15.

<sup>197</sup> **PILETTI**, Nelson & **PILETTI**, Claudino. *Op. Cit.*, nota 158, p. 208.

<sup>198</sup> Cfr. **CASTRO**, Josué de. *A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo*, Edições ITAU, Lisboa, 1978, pp. 10-11.

De entre os principais factores para essa “explosão demográfica” ao nível mundial, Josué de Castro enumera as seguintes condicionantes<sup>199</sup>:

- Melhoria nas condições de higiene e saneamento (água e esgoto canalizados);
- Progresso da medicina preventiva e curativa;
- Programas públicos de vacinação; e
- Controlo ou mesmo eliminação de doenças infecciosas, como a varíola, a peste e a cólera.

Estes factores foram decisivos para o crescimento abrupto da população mundial, acabando por contribuir de forma directa para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida das pessoas.

No século XX, as causas do crescimento demográfico ao nível mundial deram-se através dos avanços na medicina e na saúde pública das nações, divergindo, deste modo, com os prognósticos de Thomas Malthus acerca do crescimento demográfico e da condição de pobreza das pessoas<sup>200</sup>. Para Malthus, no entanto, o crescimento demográfico é causado pelas pressões salariais que a classe trabalhadora exerce sobre a economia, ocasionando melhoria das condições de vida da população. Por sua vez, essa melhoria das condições de vida encoraja as famílias a se reproduzirem, criando um desequilíbrio entre a oferta de alimentos e a sua procura. O fruto desse desacerto entre a oferta e a procura é a incapacidade do sector agrícola crescer ao mesmo ritmo que o crescimento populacional, gerando a inflação dos alimentos que, por sua vez, forçará a população a retornar à sua condição de pobreza outrora vivida.

Desta forma, a tese malthusiana, ao explicar a pobreza da população através do crescimento demográfico aliada à incapacidade da oferta de alimentos, torna-se vulnerável ou questionável.

Segundo Josué de Castro, contrariando os prognósticos de Thomas Malthus, a causa da pobreza (subdesenvolvimento) é “produto da má utilização dos recursos naturais e humanos realizada de forma a não conduzir à expansão económica e a impedir as mudanças sociais indispensáveis ao processo da integração dos grupos humanos subdesenvolvidos dentro de um sistema económico integrado. Só através de uma estratégia global do desenvolvimento, capaz de

---

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Ver o estudo de Malthus sobre as progressões da produção e da população no item “liberalismo clássico” no primeiro capítulo do presente trabalho.

mobilizar todos os factores de produção no interesse da colectividade, poderão ser eliminados o subdesenvolvimento e a fome da superfície da terra<sup>201</sup>.

Em sintonia com Josué de Castro, segundo Édouard Saouma, Director-Geral da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), “embora existam alimentos suficientes para todos, mais de 500 milhões de pessoas sofrem ainda de fome e doenças e chegam até a morrer por serem demasiado pobres para comprar alimentos que existem. Em alguns países acumulam-se montanhas de alimentos, enquanto em outros persistem a fome e a pobreza. Os obesos andam à procura de novas drogas para emagrecer, enquanto os mal alimentados não têm remédios para as doenças mais corriqueiras. Paparicam-se muitos animais domésticos; existe uma poderosa indústria de alimentos para cães, gatos, cavalos, etc.; mas muitas crianças não recebem nem as vacinas obrigatórias<sup>202</sup>. Ou seja, o problema da pobreza, da fome e das demais mazelas que assolam grande parte da população mundial é de origem económica, ou da falta do desenvolvimento económico nas regiões (países) pobres, ao contrário do que pensava Malthus.

No entanto, o desenvolvimento da economia não pode ser, por si só, um factor isolado no combate ao subdesenvolvimento. Adicionada a esse esforço, a consolidação das instituições democráticas bem como o fortalecimento do Estado, são igualmente aliados muito importantes para o sucesso na luta contra o subdesenvolvimento, factores que não podem ser desprezados.

Neste sentido, a industrialização ou o desenvolvimento da actividade económica nas regiões subdesenvolvidas passou a ser defendida como solução ao subdesenvolvimento. Desenvolvendo a actividade económica interna das regiões subdesenvolvidas, os governos passariam a dispor (através dos impostos) de mecanismos que os auxiliassem na tarefa de elevar as suas populações a uma condição que as afastasse das condições de miséria. É, além disso, através da recolha dos impostos que o Estado passa a ter condições de intervir (através de investimentos, concessão de crédito ou mesmo intervenção directa de empresas estatais) nas áreas das infra-estruturas necessárias à erradicação da miséria.

Como sectores indispensáveis a essa erradicação, refira-se a área da saúde – como o tratamento da água e do esgoto, a vacinação, a saúde preventiva, e mesmo a construção de edifícios que possam assegurar a higiene e o bom atendimento à população – bem como a área da educação, como a construção e melhoria das infra-estruturas e a qualificação profissional<sup>203</sup>.

Segundo Bresser Pereira, “o desenvolvimento económico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao

---

<sup>201</sup> CASTRO, Josué de. *Op. Cit.*, nota 198, p. 17.

<sup>202</sup> Apud, SAOUMA, Édouard. In PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. *Op. Cit.*, nota 158, p. 209.

<sup>203</sup> Cfr. CASTRO, Josué de. *O Drama do Terceiro Mundo*, Dom Quixote, Lisboa, 1968, pp. 21-33.

aumento sustentável da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade”<sup>204</sup>.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento económico é uma força capaz de eliminar a pobreza e a miséria. “Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos Estados para formular estratégias nacionais de desenvolvimento”<sup>205</sup>, segundo Bresser. Ou seja, desenvolver a economia é, antes de tudo o resto, garantir que o Estado tenha, para além do carácter institucional, capacidade de agir, de fomentar, de mobilizar.

Convergindo com essa perspectiva, vários órgãos multilaterais se traduzem em ajuda ao desenvolvimento económico nos países subdesenvolvidos, como por exemplo: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros.

Dessa forma, cabendo aos países subdesenvolvidos industrializarem-se para vencer os seus déficits sociais, inspirados no modelo adoptado pelos países desenvolvidos (*american way of life*), como ficam os prognósticos apontados pelo Clube de Roma? Eis o dilema!

Segundo Sene, “os países desenvolvidos congregam em torno de um quinto da população mundial, o que dá pouco mais de um bilião de habitantes. No entanto, essa minoritária população responde por cerca de 80% de todos os recursos naturais (matérias-primas, energia e alimentos) consumidos no planeta”<sup>206</sup>. Ou seja, os 20% restantes dos recursos naturais são divididos entre o quarto quinto da população mundial restante. Se levarmos em consideração que entre os países subdesenvolvidos há uma abrupta concentração da riqueza, podemos afirmar que o que “resta” (de recursos) para a maioria da população pobre do planeta é algo insignificante que, por sua vez, se traduz em baixos índices de consumo das famílias e em altas taxas de pobreza e miséria.

Ao estabelecer parâmetros de consumo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, Sene mostra-nos que “um bebe norte-americano consome, em média, trinta vezes mais que um bebe nascido num país subdesenvolvido. A energia *per capita* consumida nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é oitenta vezes maior do que a consumida nos países da África subsaariana, uma das regiões mais pobres do planeta”<sup>207</sup>.

---

<sup>204</sup> **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *O Conceito Histórico de Desenvolvimento Económico*, 2006, p. 01. in <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>, no dia 09 de Maio de 2011.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> **SENE**, Eustáquio de & **MOREIRA**, João Carlos. *Op. Cit.*, nota 172, p. 411.

<sup>207</sup> Idem.

É claro que extrair parâmetros de quem não tem nada e compará-los com os que têm acaba por fazer com os que estes últimos sempre pareçam estar em situação melhor do que os primeiros. Porém, é válido ressaltar que, em média, os níveis de consumo apresentados pela população dos países desenvolvidos é ameaçador para a ordem ambiental e climática global, sendo impossível estender esse padrão de consumo a toda a população que não goza deste “desenvolvimento”. Ou seja, como nos diria Brundtland, o modelo de desenvolvimento inspirado no *american way of life* é insustentável no longo prazo e impossível de ser estendido a todos os habitantes do globo.

Seguindo na mesma linha de pensamento, Miguel Almeida alerta-nos para o facto que, “dado o actual crescimento da população e sua distribuição no planeta, e levando em conta as tendências actuais do consumo dos recursos naturais e a emissão de agentes poluidores por parte dos países desenvolvidos, será impossível aos países subdesenvolvidos atingirem o nível de progresso daqueles”<sup>208</sup>. E afirma: “Se os três quartos da humanidade que vivem nos países subdesenvolvidos desbaratarem seus recursos naturais, consumindo-os no mesmo ritmo (por habitante) que os EUA e os países da Europa Ocidental, por exemplo, não restará oxigénio para todos, nem haverá metais suficientes para a indústria, enquanto, por outro lado, haverá carbono, enxofre e dióxido de nitrogénio em tal quantidade que provocarão a extinção da humanidade”<sup>209</sup>.

Quanto a esta questão, segundo a ex-Directora-executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Elizabeth Dowdeswell, mesmo cumprindo-se “as mais optimistas previsões sobre o crescimento da população, os modos de vida dos países do Norte seriam incompatíveis com o que a Terra pode aguentar”<sup>210</sup>.

No entanto, em dissonância com os prognósticos económicos ao nível global, se formos olhar para as grandes potências mundiais que despontam na actualidade, o factor populacional contribui de forma decisiva na projecção dessas nações no cenário económico internacional, tornando-as verdadeiros pólos de atracção de investimentos que influem directamente no desempenho da actividade económica mundial.

Foi assim com a Alemanha após a sua unificação em 1870, bem como a unificação italiana, tornando essas duas nações em grandes potências respectivamente após a sua união, demonstrando o quão importante é o factor populacional e territorial na constituição de uma grande potência. Outro exemplo da grande importância do factor populacional na constituição de uma grande potência é o caso dos Estados Unidos da América após a guerra civil, pois, somadas a abolição da

---

<sup>208</sup> ALMEIDA, Miguel A. O. de. “O mito do equilíbrio ecológico”. In **AA.VV.** *Luta contra a poluição*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976, p. 104.

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Apud, **DOWDESWELL**, Elisabeth, *Jornal Folha de São Paulo*, Edição de 7 de Setembro de 1994, In **SENE**, Eustáquio de & **MOREIRA**, João Carlos. *Op. Cit.*, nota 172, p. 413.

escravatura e a incorporação dos mercados do Sul, tornaram a actividade industrial interna mais dinâmica e acelerada. Acrescentam-se a isso factores como o vasto território de 9,3 milhões de quilómetros quadrados e as suas grandes reservas de recursos naturais para a exploração manufactureira. Apesar deste contar com os mercados do Sul, a grande onda de imigração, sobretudo de europeus, fez com que a sua população aumentasse abruptamente nos finais do século XIX, alargando o mercado interno consumidor, bem como a abundância de mão-de-obra para a indústria<sup>211</sup>.

Transpondo esses factores para a discussão actual da expansão económica mundial, conclui-se que os mesmos ainda constam como mecanismos de crescimento económico das nações, fazendo dos países mais populosos do mundo verdadeiros candidatos a rivalizarem com os países desenvolvidos pela influência e domínio sobre os mercados internacionais.

Segundo Bresser Pereira, essa perspectiva verifica-se pelo facto de o capitalismo ser “um sistema económico coordenado pelo mercado no qual não apenas as empresas mas também os Estados-nação competem a nível mundial”<sup>212</sup>. Ou seja, nesta perspectiva, os limites do crescimento económico – diferentemente da percepção do Clube de Roma e das conferências do clima patrocinadas pela ONU – são condicionados pela parcela da população ainda não incluída ou activa do desenvolvimento económico. Assim, a expansão ou o crescimento da economia depende da inclusão da parcela marginal da população, bem como da consequente pressão sobre a exploração de novas demandas por produtos primários.

Em suma, a competição dos Estados para o domínio dos mercados e a respectiva busca pela influência global criou uma bifurcação no caminho para o desenvolvimento económico mundial<sup>213</sup>. Deste modo, não restou outra alternativa aos países subdesenvolvidos resolverem os seus déficits sociais, a não ser industrializar-se sob a inspiração do *american way of life*.

---

<sup>211</sup> Para uma maior compreensão dos factores internos que condicionam os Estados à uma situação de potência, ver a elucidação sobre o poder efectivo dos Estados em: **BESSA**, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, pp. 143-145.

<sup>212</sup> **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *Op. Cit.*, nota 159, p. 02. Ver também sobre os fundamentos da política externa em: **BESSA**, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, pp. 142-174.

<sup>213</sup> Cfr. **JACKSON**, Tim. *Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy*, Economics Commissioner, Sustainable Development Commission, pp. 37-46. Ver relatório na íntegra em [http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/prosperity\\_without\\_growth\\_report.pdf](http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/prosperity_without_growth_report.pdf), consultado no dia 06 de Junho de 2011, 19:40.

a) As Economias Emergentes

É no quadro que temos vindo a traçar (neste capítulo) que estão inseridas a problemática global da escassez de recursos naturais disponíveis para a população do globo, bem como as políticas das grandes potências orientadas para assegurar o fornecimento interno das suas economias dos bens que ela necessita. Atendendo ao modelo de desenvolvimento das economias desenvolvidas, a elevação do padrão de vida da população dos países subdesenvolvidos impacta directamente nas reservas de recursos naturais disponíveis para a exploração industrial que, por sua vez, cria limites ao crescimento económico mundial, por se tratarem de recursos escassos.

Como consequência desses limites impostos pela escassez de recursos, se nada for feito no plano global, poderemos ver com bastante frequência as intervenções militares em regiões ricas em recursos naturais a fim de suprir as demandas das nações invasoras<sup>214</sup>. Nessa lógica concorrencial dos Estados, como nos elucidou Bresser Pereira, o mundo pode ser levado a uma instabilidade política e económica, situação que pode vir a intensificar-se cada vez mais com uma percepção mais aguda dos limites impostos ao crescimento económico.

Enquanto os países ao nível global, em especial os países ricos, não aplicarem as resoluções e directrizes do modelo de desenvolvimento sustentável, assistiremos à emergência de grandes países outrora subdesenvolvidos (como os BRICs por exemplo) a aderirem ao modelo económico do *american way of life*, acelerando o esgotamento dos recursos naturais.

Criado, ao que tudo indica, pelo economista Jim O'Neill, o acrónimo BRIC é uma referência às principais economias emergentes: o Brasil, a Rússia, a Índia e a China. Segundo O'Neill, os quatro países contam com uma gigantesca massa consumidora em potencial de crescimento, chegando a representar mais de 40% da população mundial e uma extensão territorial equivalente a um quarto de todo o território mundial, dispendo de vastas reservas naturais e minerais<sup>215</sup>.

Observando as estruturas em que as grandes potências fazem assentar o seu poder bem como a emergência dos BRICs na actualidade, as proporções de consumo interno devido ao crescimento da população, assim como a disponibilidade de matéria-prima e território, não parecem

---

<sup>214</sup> Cfr. LARA, António de Sousa. *Op. Cit.*, nota 11, pp. 116-118.

<sup>215</sup> O'NEILL, Jim. "Entrevista", in *Revista Época*, in <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT73916-15223-73916-3934,00.html>, no dia 15 de Janeiro de 2011, 12:20.

subsistir dúvidas quanto ao facto de os padrões industriais sustentáveis constituírem factores condicionantes da formação das grandes potências<sup>216</sup>.

Ora, nesse modelo de crescimento económico baseado no consumo, é razoável deduzir que grandes potências mundiais serão as que obtiverem maiores contingentes populacionais ao usarem as suas reservas como factor de pressão política e económica entre os demais Estados.

Havendo uma ascensão dos países subdesenvolvidos na participação económica mundial, os esforços realizados pelas conferências e por organismos internacionais no combate à degradação ambiental e à sustentabilidade mundial passaram a ser colocados em segundo plano pela maioria dos Estados ao iniciarem uma nova corrida pelo controlo dos mercados. Porém, ao contrário das disputas geopolíticas na era da guerra fria, que tinham como expoentes duas superpotências, os EUA representando o bloco capitalista e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) representando o mundo socialista, desta vez a disputa é travada entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento.

Com essa nova disputa, o ritmo de exploração dos recursos naturais continuou a seguir o seu crescimento natural, ou seja, o crescimento da economia mundial continua a desenvolver-se sem os critérios do desenvolvimento sustentável defendidos pela ONU. Dessa forma, os países viram-se forçados a procurarem outros métodos através dos quais pudessem expandir os seus mercados. É a era da formação dos blocos económicos, renovando assim, o ciclo de crescimento da economia tendo por base a expansão dos mercados (e do consumo).

Anteriormente a esse processo da disputa entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o elevado nível de consumo das economias de mercado era legitimado pela disputa bipolar, em que o modelo capitalista fazia frente ao modelo soviético. Porém, com o desmoronamento da URSS, o mundo passou a transitar pouco a pouco de uma ordem bipolar para uma ordem multipolar, intensificando a integração dos países subdesenvolvidos na rota do crescimento económico, mediante a formação dos blocos económicos de integração regional<sup>217</sup>, numa verdadeira reorganização geopolítica pós Guerra Fria.

O entendimento de Geopolítica, segundo Josué de Castro, “é o de uma disciplina científica, que busca estabelecer as correlações existentes entre os factores geográficos e os fenómenos de categoria política, a fim de demonstrar que as directrizes políticas não têm sentido fora dos quadros

---

<sup>216</sup> Cfr. BESSA, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, pp. 144-145.

<sup>217</sup> MEDEIROS, Eduardo Raposo de. *Blocos Regionais e Integração Económica no Mundo*, ISCSIP, Lisboa, 1998, pp. 96.

geográficos, isto é, destacadas da realidade e das contingências do meio natural e do meio cultural”<sup>218</sup>.

Deste modo, as consequências imediatas da integração económica dos países subdesenvolvidos puderam ser sentidas através da remodelação geopolítica do mundo, ou seja, saindo de uma lógica militarista do mundo bipolar, onde o poder é assente na capacidade militar das superpotências, passando para uma lógica do poder económico à escala mundial. Nesta última lógica, os fundamentos consistem na disponibilidade de capitais e recursos naturais (poder económico e territorial), o avanço tecnológico, e a dimensão da população e qualificação da mão-de-obra (massa crítica) que, por sua vez, contribuem para os níveis de produtividade e competitividade globais<sup>219</sup>.

Seguindo essa lógica dos factores que levam os países a terem poder e influência no mundo, podemos explicar a emergência da Alemanha como grande potência logo após a sua reunificação, fruto da integração das suas populações divididas entre a Alemanha Ocidental e Oriental. No sentido inverso dessa lógica, podemos citar a decadência vivida pela Rússia, fruto da perda dos seus países satélites e pelo seu obsoleto e pouco produtivo parque industrial.

Neste sentido, explica-nos Marques Bessa: “a implosão da URSS alterou a posição da Rússia, que perdeu muito território e posições estratégicas, nomeadamente os países bálticos e a Ucrânia; por outro lado, na mesma onda a Alemanha aumentou a sua massa crítica absorvendo a área do Leste”<sup>220</sup>.

Apesar da China não ter pertencido à URSS, esta também optou por uma via “socialista” de desenvolvimento, seguindo o exemplo desta última. Porém, ao contrário da Rússia, a China possui a maior população do planeta e, portanto, um gigantesco mercado consumidor de enorme potencial, além de uma numerosa mão-de-obra barata, oferecendo facilidades à entrada de capitais estrangeiros para se desenvolverem. Por este motivo, é a economia que mais cresce no mundo actualmente, além de ser o terceiro maior país em extensão territorial, apresentando gigantescas reservas de recursos naturais, dentre as quais o carvão, usado em larga escala na produção de energia.

Desta forma, a margem de expansão do crescimento económico mundial está visivelmente ligada à parcela dos países que ainda não participam de forma activa na economia global, ou seja, às

---

<sup>218</sup> **CASTRO**, Josué de. *Geopolítica da Fome*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1959, p. 27.

<sup>219</sup> Cfr. **BESSA**, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, pp. 153-170. Ver também os factores territorial, demográfico e económico em: **CARVALHO**, Virgílio de. *Estratégia Global e Subsídios Para Uma grande Estratégia Nacional*, ISCSP, Lisboa, 1986, pp. 16-24.

<sup>220</sup> *Idem.* p. 166.

potencialidades do crescimento económico ao nível mundial. Nessa perspectiva, a margem do crescimento económico mundial é igual ao potencial de crescimento dos países que ainda não participam de forma activa do mercado global<sup>221</sup>. É justamente neste ponto que, dentro do modelo de desenvolvimento económico vigente, surge uma grande contradição: o fim do crescimento económico mundial depende do seu ritmo de crescimento, ou seja: para que a economia mundial pare de crescer, basta que esta não pare de crescer até que todos os países que estejam às margens do crescimento sejam integrados ao crescimento económico, já que nesta perspectiva, o crescimento da economia é determinado ou condicionado pelo seu factor marginal.

Para que possamos clarificar esta questão, segundo os dados do FMI, o Brasil já possui 50,0% de toda a sua população pertencente à classe média (o que corresponde a 94,9 milhões de habitantes). Já a China apresenta apenas 12,1% (157 milhões de habitantes) e Índia 5,3% (60 milhões de habitantes), demonstrando o quanto essas economias ainda possuem margem para expandir o seu mercado interno consumidor, bem como os seus índices de crescimento económico. Dessa forma, o crescimento económico interno de ambos garante tanto a sua expansão económica interna quanto o mercado externo, reforçando o fluxo de capital e mercadorias no mercado internacional<sup>222</sup>. E isso sem contabilizar os países que hoje se encontram em situação de subdesenvolvimento que, no entanto, espera-se que um dia a sua economia possa dispor de índices de desenvolvimento compatíveis às nações desenvolvidas, alargando ainda mais às margens do crescimento económico global.

Para o economista Jim O'Neill, quanto a esses prognósticos do crescimento da economia mundial para o futuro, não há dúvidas de que “essas famílias serão o principal motor do crescimento global até 2020”<sup>223</sup>. Essa análise de Jim O'Neill só vem confirmar a premissa de que o consumo ou o seu potencial influi directamente no crescimento económico das nações trazendo, como consequências, rearranjos geopolíticos na ordem económica e política mundial.

Quanto aos rearranjos geopolíticos no mundo, estes dão-se através da constituição de novas “massas críticas” nas relações internacionais, segundo o Professor Marques Bessa<sup>224</sup>. Na mesma

---

<sup>221</sup> “E fala-se em potencialidades porque sem qualificação do capital humano, sem desenvolvimento económico e correspondente poder militar, sem capacidades técnicas significativas, o território permanecerá um factor à espera de utilização e potencialização. O conhecido caso das “potências” eternamente adiadas”. BESSA, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, p. 159.

<sup>222</sup> IG, “Classes médias do Brasil, Índia e China vão mover consumo global”, in <http://economia.ig.com.br/classes+medias+do+brasil+india+e+china+vao+mover+consumo+global/n1237993521926.html>, no dia 17 de Fevereiro de 2011, 07:06.

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Cfr. BESSA, António Marques. *Op. Cit.*, nota 5, p. 162.

perspectiva, o Professor Adriano Moreira elucida-nos sobre a questão dos rearranjos geopolíticos através da percepção da existência de uma hierarquia das grandes potências quanto ao uso do seu poder efectivo no cenário global<sup>225</sup>.

Em linhas gerais, é através da noção de competição global entre os Estados, apontados por Bresser Pereira e constatados por Marques Bessa, que o desenvolvimento da economia passará a ser pautado pelas nações, traduzido na busca pelo poder. Não havendo mais os opositores do antigo bloco soviético, as ambições dos Estados pelo poder passaram a ver no nacionalismo económico do Estado Social de Keynes um entrave à expansão da economia<sup>226</sup>. Era a tentativa de se instaurar um poder político e económico que pudesse transcender os limites territoriais salvaguardados pelos Estados Nacionais, não somente garantindo a mobilidade de capital, de serviços ou de recursos, mas o exercício ou a ingerência do poder político ao serviço dos interesses estratégicos de outras nações no jogo da competição global<sup>227</sup>. Daí a defesa que o Estado regressasse à sua condição liberal ao deixar a economia livre da intervenção estatal, dando maior ênfase à iniciativa privada<sup>228</sup>.

Era a defesa do Estado Neoliberal que, por sua vez, tanto resolvia o problema da inexistência de uma competição sistémica entre os blocos capitalista e socialista quanto os anseios de tornar as economias nacionais numa economia globalizada, eficiente, capaz de trazer um novo ciclo de crescimento económico mundial<sup>229</sup>.

---

<sup>225</sup> Cfr. **MOREIRA**, Adriano. *Estudos da Conjuntura Internacional*, Dom Quixote, Lisboa, 2000, pp. 80-101. Vide também os objectivos fixados pela política no âmbito da estratégia dos Estados em: **RIBEIRO**, António Silva. *Teoria Geral da Estratégia: o essencial ao processo estratégico*, Coimbra, 2009, pp. 37-41.

<sup>226</sup> Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. *Op. Cit.*, nota 12, pp. 188-194.

<sup>227</sup> Cfr. **MATOS**, Rui Pedro Paula de. *As ONG(D) e a Crise do Estado Soberano*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2001, pp. 557-561. Nessa perspectiva, ver a interdependência da economia dos Estados em: **MEDEIROS**, Eduardo Raposo de. *O Comércio Internacional e os Produtos de Base*, ISCSP, Lisboa, 1986, pp. 20-22.

<sup>228</sup> Cfr. **BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *Uma Nova Gestão Para um Novo Estado: Liberal, Social e Republicano*, 2001, pp. 03-05. in <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/78Ottawa-p.pdf>, consultado no dia 23 de Junho de 2011, 17:39.

<sup>229</sup> “Essa ideologia baseia-se no pressuposto de que a liberalização do mercado otimiza o crescimento e a riqueza no mundo, e leva à melhor distribuição desse incremento. Toda tentativa de controlar e regular o mercado deve, portanto, apresentar resultados negativos, pois restringem a acumulação de lucros sobre o capital e, portanto, impedem a maximização da taxa de crescimento. Em minha opinião, ninguém nunca conseguiu justificar de maneira satisfatória essa concepção. Talvez fosse possível dizer que um mercado capitalista livre produz uma taxa de crescimento maior que a de qualquer outro sistema, mas ainda assim permaneceria a dúvida quanto a este ser o melhor mecanismo para distribuir riqueza. Para os profetas de um mercado livre e global, tudo que importa é a soma da riqueza produzida e o crescimento económico, sem

Nessa perspectiva, o fenómeno da globalização vem acelerar o processo de crescimento económico à escala global, principalmente com a entrada dos países emergentes no cenário de competição económica, deixando de lado os princípios da cooperação para o desenvolvimento sustentável.

Deste modo, o anseio de pautar o crescimento económico mundial sob uma perspectiva do desenvolvimento sustentável torna-se uma realidade cada vez mais distante de se concretizar. Pautadas pela concorrência económica e política ao nível mundial, os Estados poderão chegar ao ano de 2012 sem um acordo que pudesse por em prática o protocolo de Quioto. Como se observa, a cada vinte anos os países têm o compromisso de se reunirem para discutir os rumos do crescimento económico por comparação as bases do desenvolvimento sustentável. Apesar dos discursos de boas intenções dos Estados quanto ao problema da natureza do crescimento, o que se vê na prática é o crescimento económico desprovido de qualquer responsabilidade com a sustentabilidade ambiental que, segundo os alertas da ONU, poderá trazer consequências irreversíveis, tanto para o clima global quanto para os esforços ao desenvolvimento.

Neste sentido, nada garante que a ordem e a paz mundial entre os Estados sejam duradouras, tendo em conta que as suas relações políticas são pautadas pelo espectro concorrencial, ao exemplo do que ocorreu na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Não é grande esforço chegar a essa conclusão. Uma economia baseada no desenvolvimento sustentável representa alterações nas estruturas do funcionamento, como: a mudança de matriz energética renovável, uso racional dos recursos, etc, o que significa menor crescimento económico que, por sua vez, se traduz em menor poder político e económico a escala mundial (dentro da perspectiva concorrencial).

A grande questão é que, mantendo as actuais estruturas económicas inalteradas ao nível mundial, o nível de recursos primários disponíveis para satisfazer tão ampla procura será cada vez mais escasso, e esta circunstância, adicionada e articulada com a lógica concorrencial dos Estados, poderá constituir potencial factor e foco de conflito das mais diversas ordens. Sendo a escassez de recursos o futuro mais certo que podemos prever para a humanidade, é pertinente apontarmos uma crescente preocupação da acção política dos Estados quanto à sua percepção particular de escassez que, por sua vez, poderá ser pautada pela cooperação ou pelo conflito.

---

*qualquer referência ao modo como tal riqueza é distribuída". HOBBSAWM, Eric. O Novo Século: entrevista a Antonio Polito, Companhia das Letras, São Paulo, 2000, p. 78.*

## CONCLUSÃO

A actividade industrial tem-se revelado, ao longo da história, um grande “catalisador” das inovações técnicas capazes de fomentar o consumo que, por sua vez, tornou-se a base do crescimento económico de grande parte das nações no mundo. Retomando as discussões de Francis Bacon quanto ao método científico, este tornou-se fundamental para o êxito da Revolução Industrial que, juntamente com as teorias do Liberalismo económico, passaram a influenciar de forma contundente as acções políticas dos Estados, tanto ao nível interno quanto externo.

Ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, foi possível constatar que, de facto, as questões de ordem económica, nomeadamente a escassez de bens primários, interferem e, em muitos casos, condicionam a acção política dos Estados. Essa interferência dos agentes económicos pode ser percebida, primeiramente, através dos factores que levaram à derrocada do modelo social, político e económico do feudalismo. Apesar de o Feudo não ser um Estado propriamente dito e, portanto, não lhe poder ser aplicada uma reflexão relacionada com a “acção política do Estado” *tout cour*, o seu contributo para essa reflexão, no entanto, fora de primordial importância para determinar um objectivo inerente a todos os Estados na actualidade: a necessidade de constituir um espaço territorial unificado, no qual aquele actor exerce a sua soberania. Ou seja, fora através dos entraves ao desenvolvimento da actividade económica na Revolução Comercial que a ideia de Estado Nacional começou por ser desenvolvida.

Após a unificação dos seus espaços territoriais (Estado Absoluto<sup>230</sup>), bem como as moedas e os tributos, o desenvolvimento da actividade económica passou a ser pautado pelas potencialidades circunscritas ao território nacional, criando a necessidade de suprir as suas debilidades ou a escassez de recursos essenciais ao funcionamento da economia. Neste sentido, a acção política do Estado, na tentativa de solucionar os entraves ao crescimento da economia, foi a de estabelecer colónias que pudessem suprir as necessidades económicas nacionais de recursos escassos no seu território.

Apesar do Estado Nacional ter resolvido, inicialmente, o problema da fragmentação do território em inúmeros feudos e do sistema de tributação, a ingerência do Estado (absoluto) na economia passou, tal como ocorreu no sistema feudal, a cercear o desenvolvimento da actividade económica. No entanto, com o monopólio comercial exercido entre a metrópole e as colónias, o desenvolvimento da actividade económica passou a dar-se de forma mais dinâmica, sendo possível o desenvolvimento de novas técnicas capazes de otimizar a produção e atender à crescente demanda das colónias e,

---

<sup>230</sup> Cfr. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Op. Cit.*, nota 228.

por consequência, ao desenvolvimento económico interno (da metrópole). Foi assim que se processou a revolução industrial.

Tendo em conta esse dinamismo da actividade económica e, por inerência, do advento da Revolução Industrial, o pensamento Liberal passou a desenvolver-se e a dirigir as suas críticas contra a acção absolutista do Estado e a sua interferência na vida económica. A exemplo da derrocada do feudalismo, o Estado Absolutista, por seu turno, é então substituído pelo Estado Liberal. A sua concepção foi realizada no mesmo país em que a Revolução Industrial surgiu (Inglaterra), mostrando o quão forte é a relação entre a actividade económica e o seu reflexo na acção e postura política do Estado.

Neste sentido, por questões económicas, o Estado sai da sua condição política absolutista e passa a agir conforme os preceitos do liberalismo económico, grande parte dos quais teorizados por Adam Smith e David Ricardo. Aliando a liberdade económica à Revolução Industrial, os laços coloniais passaram a ser pautados, de forma mais estreita e firme, pela complementaridade recíproca da actividade económica, ligando a exportação de bens primários ao forte mercado consumidor interno das colónias – capaz de consumir o excedente produzido na metrópole. Esta foi a génese das bases da divisão internacional do trabalho que, mais tarde, seriam consolidadas geopoliticamente através da designação Norte/Sul.

Outra importante evidência, que aponta para uma motivação política dos Estados relativamente à percepção da escassez de bens primários ao nível interno da economia, foi a acção “negligente” da Inglaterra para com as colónias matrizes dos Estados Unidos da América. Estas últimas (em particular as do Norte), não produzindo nada que não fosse possível ser produzido também na metrópole, foram sendo deixados para segundo plano na administração colonial inglesa. Os EUA, gozando de uma certa “autonomia” em comparação com as outras colónias inglesas no mar das Caraíbas, desenvolveram a sua actividade económica interna, de modo com que os seus rendimentos não fossem remetidos para o exterior. Ou seja, a riqueza produzida internamente permanecia no território estadunidense, gerando mais riqueza. Desta forma, a ausência de uma rigidez na administração colonial inglesa auxiliou a acumulação de capital, que se revelou essencial ao desenvolvimento mais robusto da economia, factor importante do progresso económico dos EUA logo após a sua independência.

Tendo os EUA como caso de referência/de base desta dissertação, aquela que consideramos ser a sua percepção política da escassez pôde ser analisada com mais clareza do que no caso inglês. Primeiramente, ela parece ter-se manifestado através do seu expansionismo territorial em direcção ao oceano Pacífico pela crescente necessidade (escassez) de terras para a agricultura e a diversificação da produção rural. Posteriormente, com a derrota das oligarquias rurais do Sul na guerra de secessão, o trabalho livre e assalariado fora estabelecido em todo o território nacional,

acabando com a escassez de mão-de-obra, que era necessária para o desenvolvimento da actividade industrial e da constituição de um mercado interno consumidor.

Com o crescimento da actividade industrial, a necessidade da exploração dos minerais nos EUA fez-se sentir de forma mais intensa, principalmente após os avanços tecnológicos na produção da energia a vapor, que exigia uma quantidade considerável de ferro e carvão (desenvolvimento das estradas de ferro) e, posteriormente, com a utilização do petróleo, estimulada pela invenção do automóvel.

Impulsionados pelo desenvolvimento da actividade económica interna, os EUA passaram, através dos interesses das suas corporações empresariais, a agir no campo externo, nomeadamente em todo o continente americano. As suas acções políticas consistiam em reconhecer, de súbito, a independência dos países americanos contra as suas metrópoles (em função dos seus interesses). Na verdade, o que parecia ser uma atitude política da “boa vizinhança”, logo tratou de deixar transparecer as suas verdadeiras intenções: suprir as suas demandas por bens primários. A sua primeira atitude quanto a essa postura foi a Guerra Hispano-americana, tornando Cuba, Porto Rico e República Dominicana seus protectorados. Por detrás desta medida, estava a sua dependência do açúcar e tabaco cubano, bem como as posições estratégicas que ambas tinham para o controlo da América Central e a sua projecção para a América do Sul, além de seus domínios no Oceano Pacífico e Oceania.

Além do factor estratégico sobre o continente americano, a construção do canal sobre o istmo do Panamá dava aos EUA uma projecção privilegiada em relação às potências europeias para o controlo dos mercados no Oceano Pacífico. Deste modo, os EUA não desperdiçaram a oportunidade de suplantarem os seus rivais europeus e, tal como agiram contra os espanhóis em relação a Cuba, também contribuiu directamente para a emancipação política do Panamá contra os colombianos, tornando-os, em seguida, um protectorado estadunidense.

Essa política de relacionamento externo dos EUA com o continente americano, de carácter expansionista e agressiva, pode ser resumida pelo corolário de Theodore Roosevelt, mais conhecido como o *Big Stick*. Era o slogan “América para os americanos”. Porém, os “americanos”, neste pensamento, representavam/referia-se apenas aos habitantes dos Estados Unidos. Deste modo, este slogan podia ser traduzido por *Keep Out*, um alerta explícito para as potências europeias de que todo o continente americano lhes pertencia.

A acção política dos EUA continuou a imprimir o seu carácter expansionista, e já não apenas limitado ao continente americano, mas identificando também os mercados asiáticos. No entanto, com

o domínio económico e político sobre grande parte dos Estados americanos<sup>231</sup> (traduzido em abundância no fornecimento de matérias-primas), os EUA fizeram com que as suas indústrias pudessem suprir a demanda de vastos mercados ao redor do mundo, principalmente o continente europeu no período da primeira e segunda guerras mundiais.

É neste contexto que surge o *american way of life* que, por influência da conjuntura da Guerra Fria, passa a abranger a conotação política e ideológica do bloco capitalista quanto às questões de liberdade e bem-estar social baseadas numa sociedade de livre mercado. Ou seja, nesta perspectiva, o consumo passa a estar no centro das discussões sistémicas da economia e da política, na medida em que este se traduz no principal meio pelo qual os cidadãos exercem a sua liberdade de escolher um produto (A, B ou C) que melhor satisfaça as suas necessidades e aspirações, numa clara oposição ao modelo sistémico (planificado) soviético.

Garantir o bem-estar social assente no consumo, como forma de se opor ao bloco soviético, implicaria grandes esforços políticos e económicos para que esse padrão de vida não fosse abalado pela escassez de matérias-primas necessárias ao funcionamento desse sistema. Sendo os EUA a superpotência capitalista do mundo bipolar, coube-lhe a tarefa de salvaguardar o sistema capitalista da influência considerada nefasta do expansionismo soviético relativamente aos países pertencentes à sua esfera de influência. Ou seja, a acção política dos EUA esteve assente, em grande medida, na manutenção da disponibilidade de recursos naturais essenciais ao funcionamento do seu padrão de vida (*american way of life*) que, por sua vez, foi estendido a todos os outros países pertencentes ao bloco.

No entanto, o *american way of life*, ao ser exportado para vários países do mundo como modelo de sociedade desenvolvida, põe em causa a viabilidade do próprio sistema, pelo facto de este incluir os países subdesenvolvidos e os emergentes na rota do crescimento económico ao nível mundial. Com efeito, verifica-se que este modelo de desenvolvimento da economia só é sustentável se os países subdesenvolvidos não se desenvolverem, ou seja, esse modelo não se encontra estruturado para suportar todos os países do globo. Porém, sendo o desenvolvimento económico uma solução proposta no combate ao subdesenvolvimento das nações, as pressões sobre os recursos naturais, fruto da industrialização destes últimos, passou a dar-se de forma inevitável, pondo em causa tanto a sustentabilidade da economia mundial quanto o equilíbrio ambiental. O problema da escassez mais uma vez presente e a condicionar o *decision-making* e o *decision-taking*.

Como todas as nações almejam o desenvolvimento económico, o equilíbrio entre o crescimento económico e a responsabilidade ambiental foi proposto pela ONU através do Relatório

---

<sup>231</sup> Ao referir “Estados americanos” quis aludir para a sua verdadeira acepção do termo, onde estes são todos os países que compõe o continente americano. Caso essa premissa não fosse verdadeira, a Organização dos Estados Americanos (OEA) não se referia a todos os Estados do continente americano por exemplo.

Brundtland, estando destinado a procurar assegurar o desenvolvimento da economia alicerçada na sustentabilidade. No entanto, no que se refere ao domínio da luta pela aquisição, exercício e manutenção do poder ao nível global, aquilo que foi possível verificar foi o abandono, parcial ou total, por parte dos países, das recomendações propostas pelas diversas conferências realizadas pela ONU a respeito da necessidade de conceber um desenvolvimento que não ponha em causa a sustentabilidade económica global. Este esforço dos agentes externos, motivado pela necessidade de provocar uma mudança na postura dos Estados quanto às questões da sustentabilidade global, pôde ser representado através da CQNUMC, da Agenda 21 e do Protocolo de Quioto. Contudo, mesmo com o mundo soviético deixando de representar uma ameaça ao bloco capitalista (devido ao seu colapso), os EUA, não se sentindo mais na obrigação outrora exercida no mundo bipolar da Guerra Fria, recusam-se a submeterem a sua economia às reformas de sustentabilidade global, retirando-se das negociações propostas pela ONU para o desenvolvimento sustentável. A justificativa para tal acto, segundo George Herbert Walker Bush (1989-1993), consistia na ideia de que o *american way of life* “não pode ser negociado”<sup>232</sup>. Seguindo a mesma linha ideológica deixada pelo quadragésimo primeiro presidente dos EUA, o seu quadragésimo terceiro presidente, George Walker Bush (filho) (2001-2009), serve-se do mesmo artifício político do *american way of life* utilizado pelo seu pai, ao convocar o povo a lutar no Oriente Médio (riquíssimo em petróleo).

Deste modo, o que se observa, a exemplo dos EUA, é a tendência de o modelo do *american way of life* ser alargado a todos os países subdesenvolvidos, como forma de fazer o seu peso populacional traduzir-se em poder político ao nível global. Ou seja, é a lógica concorrencial dos Estados pelo controlo e exercício do poder à escala planetária que está em causa.

Neste sentido, o que testemunhamos na actualidade é o conseqüente desfasamento crescente entre a procura e a capacidade de oferta, ao nível mundial, dos recursos primários – situação provocada pelo desequilíbrio que, neste contexto se gera. Entretanto, apesar de a teoria de Thomas Malthus ser vulnerável, ou de certa forma questionável – pois ele não viria a conhecer os avanços tecnológicos no meio agrícola como o melhoramento genético das sementes, o uso de agrotóxicos e pesticidas, o uso e a intensificação das máquinas nas lavouras ou mesmo o avanço da agronomia enquanto ciência – a sua premissa sobre o desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a procura gerada pelo volume populacional torna-se verdadeira e extremamente actual. A vida no mundo moderno, em comparação com a vida na altura em que Malthus teorizou, é muito mais complexa e repleta de necessidades que a sua época não conheceu. Não havia telemóveis, carros, instrumentos electrónicos das mais infinitas variedades. Enfim, retomando as reflexões de Francis Bacon quanto ao método científico, a subjugação da natureza de antigamente (da época de Malthus) não se dá da mesma forma como na actualidade.

---

<sup>232</sup> WIKIPEDIA, “American way of life”, in [http://pt.wikipedia.org/wiki/American\\_way\\_of\\_life](http://pt.wikipedia.org/wiki/American_way_of_life), consultado no dia 22 de Maio de 2011, 09:47.

Assim, todos estes factores que temos vindo a salientar nesta parte final respondem à questão de partida e às suas questões derivadas de forma positiva, ao identificarem uma acção política dos Estados, no caso os EUA, estruturada com base na percepção da escassez de recursos primários ao nível interno e nas necessidades de dinamizar a sua economia ao garantir o abastecimento do seu mercado para fazer face e satisfazer as necessidades de consumo da sua população.

Deste modo, foi possível justificar as hipóteses de trabalho/investigação enunciadas como ponto de referência para o desenvolvimento do presente trabalho, na medida em que o progresso da actividade industrial tendo por base o consumo é tomado de modo consensual na actualidade enquanto solução para o subdesenvolvimento. No entanto, essa perspectiva trás consigo implicações políticas quanto às estratégias adoptadas pelos Estados ao procurar assegurar, garantir às suas economias o abastecimento de matérias-primas necessárias para o seu funcionamento.

Por outro lado, verificou-se que para além das preocupações dos Estados quanto ao abastecimento do seu mercado interno consumidor, também o mercado externo, de certa forma, passa a compor esse mercado interno no seio do qual a indústria<sup>233</sup> precisa ofertar bens de consumo. Digo mercado interno uma vez que, ao tratar de produção industrial, aquele encara a população enquanto fonte das necessidades a serem supridas, sejam elas internas ou externas (outros mercados). Ou seja: quanto maior for a procura por bens de consumo, maior será a necessidade das indústrias por bens primários. Sendo estes últimos escassos ou mal distribuídos geograficamente pelo mundo, caberá aos Estados, através de seus respectivos Governos, desenhar e definir estratégias ao nível global para suprir as suas exigências, sejam elas através de meios pacíficos ou de conflito.

Disputa ou cooperação, integração ou dominação, sustentabilidade ou crescimento indiscriminado serão palavras de ordem que estarão sempre a pautar a postura política dos Estados quanto à escassez de recursos primários, seja ela ao nível regional ou internacional. Deste modo, esta perspectiva tende a convergir com o que apontamos ser uma preocupação política dos Estados quanto ao fornecimento de bens primários à actividade económica. Por este motivo, consideramos ser possível falarmos numa Teoria Política da Escassez condicionadora da acção dos Estados.

---

<sup>233</sup> Segundo o Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, indústria é entendida como a “actividade económica que constitui o sector secundário e tem em vista a exploração dos recursos minerais, das fontes de energia e a transformação das matérias-primas em bens de produção ou de consumo”, convergindo com a perspectiva da lógica industrial quanto à escassez de recursos naturais”. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume II, Lisboa, 2001, p. 2088.

## BIBLIOGRAFIA

**ALMEIDA**, Miguel A. O. de. "O mito do equilíbrio ecológico". In **AA.VV.** *Luta contra a poluição*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976.

**ANDERSEN**, W. O. *A Revolução Industrial*, Editores Associados, Lisboa, s/d.

Apud **BEVERIDGE**, Albert J. "Discurso do Middlesex Club de Boston", 1898. In **FREITAS**, Gustavo de. *900 Textos e Documentos de História*, Plátano, Volume III, Lisboa, s/d.

Apud, **DOWDESWELL**, Elisabeth, **Jornal Folha de São Paulo**, Edição de 7 de Setembro de 1994, In **SENE**, Eustáquio de & **MOREIRA**, João Carlos. *Geografia – Espaço Geográfico e Globalização*, Scipione, São Paulo, 1998.

Apud, **SAOUMA**, Édouard. In **PILETTI**, Nelson & **PILETTI**, Claudino. *História e Vida: Da Idade Moderna à actualidade*, Editora Ática, São Paulo, 1997.

**ARISTÓTELES**. *A Política*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1975.

**ARRUDA**, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*, 25. Ed. Ática, São Paulo, 1993.

**ARRUDA**, José Jobson de Andrade. *A Revolução Inglesa*, Brasiliense, São Paulo, 1988.

**ASHTON**, T. S. *A Revolução Industrial. 1760-1830*, Europa-América, Lisboa, 1971.

**ASSADOURIAN**, Erik. *Estado Mundo*, Editora UMA, Salvador, 2010.

**BACON**, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*, Nova Cultural, São Paulo, 1999.

**BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues. *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo. Uma Visão Analítica*, Edição do Autor, Policopiada, Lisboa, 2008, pp. 10-16 [Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais apresentada ao ISCSP-UTL].

**BALÃO**, Sandra Rodrigues. *A Fórmula do Poder: Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP, Lisboa, 2001.

**BARROS**, Edgard Luiz de. *A Guerra Fria*, Atual, São Paulo, 1988.

**BESSA**, António Marques. *O Olhar de Leviathan – Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, ISCSP, Lisboa, 2001.

- BOBBIO**, Norberto. *Dicionário de Política*, Volume I, UNB, Brasília, 2004.
- BOBBIO**, Norberto. *Il futuro della democrazia*, Torino, Einaudi, 1995.
- BRUNDTLAND**, G. Harlem. *Nosso Futuro Comum*, Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.
- BURDEAU**, Georges. *O Liberalismo*, Europa-América, Lisboa, 1983.
- BURDEAU**, Georges. *Traité de Science Politique*, LGDJ, Vol. II, Paris, 1967.
- CARMO**, Hermano (Coord.), *Problemas Sociais Contemporâneos*, Universidade Aberta, Lisboa, 2001.
- CARVALHO**, Virgílio de. *Estratégia Global e Subsídios Para Uma grande Estratégia Nacional*, ISCSP, Lisboa, 1986.
- CASTRO**, Josué de. *A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo*, Edições ITAU, Lisboa, 1978.
- CASTRO**, Josué de. *Geografia da Fome*, Brasília Editora, Porto, 1975.
- CASTRO**, Josué de. *Geopolítica da Fome*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1959.
- CASTRO**, Josué de. *O Drama do Terceiro Mundo*, Dom Quixote, Lisboa, 1968.
- COLM**, Gerhad. *A Economia dos Estados Unidos*, Editora Cultrix, São Paulo, s/d.
- CONTE**, Giuliano. *Da crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*, Presença, Lisboa, 1979.
- COSTA**, Ângela Maria da. *1800-1914: no tempo das certezas*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- DEANE**, Phyllis. *A Revolução Industrial*, Zahar, Rio de Janeiro, 1973.
- DEYON**, Pierre. *O Mercantilismo*, Gradiva, Lisboa, 1989.
- Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume II, Lisboa, 2001.
- Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa**, Verbo, Volume I, Lisboa, 2001.
- DOBB**, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 2 Edição, Zahar, Rio de Janeiro, 1971.
- DURKHEIM**, Émile. *A Divisão do Trabalho Social*, Editorial Presença, Volume I, Lisboa, 1977.
- DUVERGER**, Maurice. *Méthodes de la Science Politique*, Presses Universtaires de France 108, Boulevard Saint-Germain, Paris, 1959.

**EEA** (European Environment Agency), *Environment in the European Union at the turn of the century*, Copenhagen, Denmark, 1999.

**EISENBERG**, Peter Louis. *Guerra Civil Americana*, Brasiliense, São Paulo, 1987.

**ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional**, Encyclopédia Britannica do Brasil, Volume XII, São Paulo, 1979.

**FURTADO**, Vlademiro. *Governança Multinível e Ajuda Pública ao Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*, Ed. Autor, Policopiado, Lisboa, 2009, p 40. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCSP-UTL].

**GALBRAITH**, John Kenneth. *A era da incerteza*, Livraria Pioneira Editora e Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 1979.

**GALEANO**, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

**GOMES**, Marco. *Protocolo de Kyoto: Origem*, PUC Minas, Minas Gerais, 2005.

**GUERREAU**, Alain. *O Feudalismo. Um Horizonte Teórico*, Edições 70, Porto, 1980.

**HEGEL**, G.W.F. *Lecciones sobre la historia de la filosofia*, Fondo de Cultura Económica, Volume I, México, 1955.

**HENDERSON**, W. *A Revolução industrial*, Verbo/Edusp, São Paulo, 1979.

**HENDERSON**, W. O. *A Revolução Industrial*, Editores Associados, Lisboa, 1969.

**HOBBSAWM**, Eric J. *As origens da Revolução Industrial*, Global, São Paulo, 1979.

**HOBBSAWM**, Eric. *A Era dos Extremos: história breve do século XX: 1914-1991*, Presença, Lisboa, 1996.

**HOBBSAWM**, Eric. *O Novo Século: entrevista a Antonio Polito*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

**HUBERMAN**, Leo. *História da Riqueza do Homem*, Zahar, Rio de Janeiro, 1977.

**JACINTO**, José Luís de Moura Martins. *O Trabalho e as Relações Internacionais*, ISCSP, Lisboa, 2002.

**KEYNES**, J. M. *The general theory of employment interest and money*, Macmillan, London, 1936.

**KYRÉ**, Alexandre. *Estudos de História do Pensamento Científico*, Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

- LARA**, António de Sousa. *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, ISCSP, Lisboa, 2005.
- LARA**, António de Sousa. *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários Para o Estudo da Sua História)*, ISCSP, Lisboa, 2000.
- LARA**, António de Sousa. *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, ISCSP, Lisboa, 2002.
- LARA**, António Sousa. *A Subversão do Estado*, ISCSP, Lisboa, 1987.
- MALTEZ**, José Adelino. *Princípios de Ciência Política*, ISCSP, Lisboa, 1998.
- MALTHUS**, Thomas R. *Ensaio sobre o princípio da população*, Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- MARQUES**, Eduardo Cesar. *Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo*, Annablume Editora, São Paulo, 2003.
- MARX**, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*, Boitempo, São Paulo, 1998.
- MARX**, Karl. *Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento económico*, Difel, Livro 4 de O Capital, Volume III, São Paulo, 1980.
- MARX**, Karl. *Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento económico*, Difel, Livro 4 de O Capital, Volume I, São Paulo, 1980.
- MARX**, Karl. *Teorias da Mais Valia: história crítica do pensamento económico*, Difel, Livro 4 de O Capital, Volume II, São Paulo, 1980.
- MATOS**, Rui Pedro Paula de. *As ONG(D) e a Crise do Estado Soberano*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2001.
- MEADOWS**, H. Donella, *Limites do Crescimento*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1978.
- MEDEIROS**, Eduardo Raposo de. *Blocos Regionais e Integração Económica no Mundo*, ISCSP, Lisboa, 1998.
- MEDEIROS**, Eduardo Raposo de. *O Comércio Internacional e os Produtos de Base*, ISCSP, Lisboa, 1986.
- MOREIRA**, Adriano. *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1979.
- MOREIRA**, Adriano. *Estudos da Conjuntura Internacional*, Dom Quixote, Lisboa, 2000.
- MORRIS**, Richard B. *Encyclopedia of American History*, Harper & Brothers, New York, 1953.
- NYE**, R. B. *História dos Estados Unidos*, Editora Ulisseia, Lisboa, 1955.

**OLIVEIRA**, Bernardo Jefferson de. *Francis Bacon e a Fundamentação da Ciência como Ideologia*, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

**PAZZINATO**, Alceu Luiz & **SENISE**, Maria Helena V. *História Moderna e Contemporânea*, Editora Ática, São Paulo, 1994.

**PERROUX**, François. *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.

**PILETTI**, Nelson & **PILETTI**, Claudino. *História e Vida: Da Idade Moderna à actualidade*, Editora Ática, São Paulo, 1997.

**PISSARRA**, Carolina da Silva. *Portugal e Espanha: entre o diálogo e o conflito*, Ed. Autor, Policopiado, Lisboa, 2009. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCSP-UTL].

**PLATÃO**. *A República*, Guimarães Editores, Volume III, Lisboa, 1970.

**POLIANSKI**, F. Y. *História Económica dos Estados Unidos*, Editorial Estampa, Lisboa, 1973.

**POPPER**, Karl. *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, Fragmentos, Lisboa, 1993.

**PRIEUR M.** *Droit de l'Environnement*, Precis Dalloz, Paris, 1991.

**RIBEIRO**, António Silva. *Teoria Geral da Estratégia: o essencial ao processo estratégico*, Coimbra, 2009.

**RICARDO**, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

**RIOUX**, Jean-Pierre. *A Revolução Industrial*, Dom Quixote, Lisboa, 1982.

**SANTOS**, António Pedro Ribeiro dos. *História Económica e Social*, ISCSP, Lisboa, 1997.

**SCHOELL**, Frank L. *História dos Estados Unidos*, Editorial Aster, Lisboa, 1977.

**SCHUMPETER**, Joseph A. *The Development Economics*, Oxford University Press, Oxford, 1961.

**SCHWARTZENBERG**, Roger-Gérard. *Sociologia Política*, Difel, São Paulo, 1979.

**SENE**, Eustáquio de & **MOREIRA**, João Carlos. *Geografia – Espaço Geográfico e Globalização*, Scipione, São Paulo, 1998.

**SEVCENKO**, Nicolau. *O Renascimento*, Atual Editora, São Paulo, 2003.

**SMITH**, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre a natureza e suas causas*, Nova Cultural, Volume I, São Paulo, 1985.

**SMITH**, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Volume II, Lisboa, 1983, pp. 91-142.

**SOROMENHO-MARQUES**, Viriato (Coord.). *O Desafio da Água no Século XXI: entre o conflito e a cooperação*, Editorial Notícias, Lisboa, 2003.

**SPOSITO**, Maria Encarnação B. *Capitalismo e Urbanização*, Contexto, São Paulo, 1988.

**SWEEZY**, Paul M. *Do Feudalismo ao Capitalismo*, Dom Quixote, Lisboa, 1971.

**SZMRECSÁNYI**, Tamás. *Malthus: economia*, Ática, São Paulo, 1982.

**VIOLA**, Eduardo. *O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil*, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, 2002, nº 50.

**WEBER**, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Pioneira, São Paulo, 1989.

**WHITAKER**, Arthurp. *Os Estados Unidos e a Independência da América Latina*, Itatiaia, Belo Horizonte, 1966.

**ZIPPELIUS**, Reinhold. *Teoria Geral do Estado*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1974.

#### INTERNET e outras fontes digitais

**Agenda 21**, **Capítulo 1º** - **Preâmbulo**, **item 1.3**, in <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado no dia 12 de Junho de 2010, 17:40.

**BBC BRASIL**, “COP-15”, in [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091215\\_cop15negocia\\_ebc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/12/091215_cop15negocia_ebc.shtml), consultado no dia 04 de Outubro de 2010, 20:15.

**BBC BRASIL**, “De Kyoto a Montreal, via Cancún” in [http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/planeta\\_clima/2010/09/de\\_kyoto\\_a\\_montreal\\_via\\_cancun.shtml](http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/planeta_clima/2010/09/de_kyoto_a_montreal_via_cancun.shtml), consultado no dia 22 de Setembro de 2010, 18:20.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *A Construção Política do Estado*, 2010, pp. 117-120, in [http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-onstru%C3%A7%C3%A3o\\_Politica\\_do\\_Estado.LuaNova.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-onstru%C3%A7%C3%A3o_Politica_do_Estado.LuaNova.pdf), consultado em 22 de Maio de 2011, 09:30.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *A Construção Política do Estado*, 2010, p. 01. in [http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-Constru%C3%A7%C3%A3o\\_Politica\\_do\\_Estado.LuaNova.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.05.b-Constru%C3%A7%C3%A3o_Politica_do_Estado.LuaNova.pdf), consultado no dia 08 de Maio de 2011, 02:45.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *O Conceito Histórico de Desenvolvimento Económico*, 2006, p. 01.  
in

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>, no dia 09 de Maio de 2011.

**BRESSER-PEREIRA**, Luiz Carlos. *Uma Nova Gestão Para um Novo Estado: Liberal, Social e Republicano*, 2001, pp. 03-05. in <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/78Ottawa-p.pdf>, consultado no dia 23 de Junho de 2011, 17:39.

**CASADEI**, Salete F. e **GÓIS**, Cláudia C. “Políticas Sociais Comparadas”, **REVISTA Espaço Acadêmico**, Nº 70, 2007, in [http://www.espacoacademico.com.br/070/70casadei\\_gois.htm](http://www.espacoacademico.com.br/070/70casadei_gois.htm), consultada em 19 de Fevereiro de 2011, 15:09.

**CASTRO**, Gustavo Almeida Paolineli de, “A segurança pública e a escassez de recursos”, **Jus Navigandi**, in <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14122/a-seguranca-publica-e-a-escassez-de-recursos>, consultado no dia 26 de Junho de 2011, 09:30.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, “Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, in <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20RJ%20sobre%20meio%20ambiente%20e%20desenvolvimento%20-%201992%20-%20OK.pdf>, consultado no dia 11 de Junho de 2010, 21:00.

**ECCLESIA**, “Principais Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente e Documentos Resultantes”, in [http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe\\_e\\_meio\\_ambiente/principais\\_conferencias\\_internacionais\\_sobre\\_o\\_meio\\_ambiente\\_e\\_documentos\\_resultantes.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html), consultado no dia 27 de Julho de 2010, 09:00.

**FRAGA**, Ana Cardoso, “A escassez de recursos e a sociedade contemporânea”, **Âmbito Jurídico**, s/d, in [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8090](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8090), consultado no dia 25 de Junho de 2011, 13:45.

**HALL**, Peter A. e **TAYLOR**, Rosemary C. R. “As Três Versões do Neo-Institucionalismo”, **REVISTA LUA NOVA**, n.º 58, 2003, pp. 193-224, in [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452003000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100010), consultado em 19 de Maio de 2011, 12:00.

**IG**, “Classes médias do Brasil, Índia e China vão mover consumo global”, in <http://economia.ig.com.br/classes+medias+do+brasil+india+e+china+vao+mover+consumo+global/n1.237993521926.html>, no dia 17 de Fevereiro de 2011, 07:06.

**JACKSON**, Tim. *Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy*, Economics Commissioner, Sustainable Development Commission, pp. 37-46. Ver relatório na íntegra em [http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/prosperity\\_without\\_growth\\_report.pdf](http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/prosperity_without_growth_report.pdf), consultado no dia 06 de Junho de 2011, 19:40.

**JOSUÉ DE CASTRO**, “Vida e Obra”, in <http://www.josuedecastro.com.br/port/index.html>, consultado no dia 05 de Junho de 2011, 13:00.

**MCT** (Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil), “Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF”, in <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/750.html> no dia 06 de Setembro de 2010, 20:47.

**MCT** (Ministério da Ciência e Tecnologia), “Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima”, in [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0012/12408.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12408.pdf), consultado no dia 13 de Junho de 2010, 19:15.

**MCT** (Ministério da Ciência e Tecnologia), “Convenção Sobre Mudança do Clima”, in [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0005/5390.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf). Consultado no dia 04 de Agosto de 2010, 18:20.

**MCT** (Ministério da Ciência e Tecnologia), “Protocolo de Quioto”, in [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0012/12425.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12425.pdf), consultado no dia 13 de Junho de 2010, 20:30.

**MMA** (Ministério do Meio Ambiente do Brasil), “Carta da Terra”, in [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf), consultado no dia 11 de Junho de 2010, 23:20.

**MMA** (Ministério do Meio Ambiente do Brasil), “Convenção da Biodiversidade”, in [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/arquivos/cdbport\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf), consultado no dia 11 de Junho de 2010, 18:38.

**NATIONAL ARCHIVES**, “Teaching With Documents: The Homestead Act of 1862”, In <http://www.archives.gov/education/lessons/homestead-act/>, consultado no dia 18 de Janeiro de 2011, 17:48.

**O’NEILL**, Jim. “Entrevista”, in **Revista Época**, in <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT73916-15223-73916-3934,00.html>, no dia 15 de Janeiro de 2011, 12:20.

**ONU** (Organização das Nações Unidas), “Agenda 21”, in <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado no dia 12 de Junho de 2010, 17:40.

**OPHULS**, William, “Ecology and the Politics of Scarcity: Prologue to a Political Theory of the Steady State”, **The Journal of Politics**, 1978, in <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=6227704>, consultado no dia 25 de Junho de 2011, 01:36.

**SOCIAL SECURITY ADMINISTRATION**, “History – Special Collections Chronology”, in <http://www.ssa.gov/history/1940.html> & <http://www.ssa.gov/history/1950.html> no dia 30 de Maio de 2011, 15:00.

**THE CLUB OF ROME**, “Home”, in <http://www.clubofrome.org/eng/home/>, consultado no dia 26 de Junho de 2010, 08:00.

**THE CLUB OF ROME**, “The Story of the Club of Rome”, in [www.clubofrome.org/eng/about/4/](http://www.clubofrome.org/eng/about/4/), consultado no dia 27 de Julho de 2010, 07:46.

**WIKIPEDIA**, “Protocolo de Montreal”, in [http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo\\_de\\_Montreal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Protocolo_de_Montreal), no dia 28 de Agosto de 2010, 17:00.

**WIKIPEDIA**, “American way of life”, in [http://pt.wikipedia.org/wiki/American\\_way\\_of\\_life](http://pt.wikipedia.org/wiki/American_way_of_life), consultado no dia 22 de Maio de 2011, 09:47.